



N.º5 | JANEIRO 2014



SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|



REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ÉTICA APLICADA (CISEA)

Nº5 – JANEIRO 2014 | ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

ines.morais@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Diretor: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretários de redacção: Inês Morais (ISPSN) Angola

Eduardo Schmidt Passos (CUA) EUA

Secretário técnico: Armindo Jaime Gomes (ISPSN) Portugal

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Maqueta e paginação: Sergio Soares (Teia - Digital Solutions) Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Antonio Gómez Ramos (UC3M) Espanha

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Lucas António Nhamba (Univ J. E. Santos - ISPSN) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canadá

Félix Duque (UAM) Espanha
Fernando Rampérez (UCM) Espanha
Gabriel Aranzueque Sauquillo (UAM) Espanha
Hugo Bento de Sousa (médico) Portugal
Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola
Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal
Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola
Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal
Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal
Rocío Orsi Portalo (UC3M) Espanha
José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal
José Pedro Serra (FLUL), Portugal
César Candiotto (Pontifícia Universidade Católica de Paraná) Brasil
José Ramón Molina (Faculdade de Medicina da Universidade José Eduardo dos Santos do Huambo – FMHBO) Angola
Tadeu Weber (PUCRS), Brasil

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola
António Miranda (Político) Cabo Verde
Giusepe Ballacci (U. Minho) Portugal
Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile
Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai
Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha
Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha
Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal
Paulo Songolo (ISPSN) Angola

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

Víctor Barbero Morales (UAM) Espanha

EDITORIAL

Sapiência, Comunicação e Comunidade

A presente edição da Revista Sol Nascente (RSN), a quinta pela ordem numérica crescente, apresenta-se ao seu público leitor com duas perspectivas:

- o fechar de mais um ciclo académico, não só no contexto angolano, mas, particularmente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) onde a transmissão de conhecimentos, intercâmbio de *Know-How* científico e liberdade de expressão foram sempre pontes-chave obrigatórios;
- o balanço de uma planificação, cumprida na ordem positiva, partindo de pressuposto global de sapiência, comunicação e comunidade porquanto as actividades científicas consubstanciadas em conferências, palestras, simpósios, publicações de artigos produzidos pelos docentes tiveram lugar, com temas discutidos que primaram pelos valores actuais, quer do ponto de vista da epistemologia, quer da metodologia, sem perder de vista a missão institucional e a exigência mercadológica globalizante.

No final do presente ciclo académico, e, conseqüente ano civil de 2013, congregamos todos nós (comunidades académicas do ISPSN e da V Região Académica, parceiros, colaboradores e convidados) na mesma vitória e com o mesmo júbilo pelo sentimento de missão cumprida.

O volume de conferências, palestras, simpósios realizados e artigos publicados em 2013 por esta revista, constituíram a mais-valia académica, permitindo aos alunos e demais uma oportunidade única para ouvir *in loco* e ler textos de especialistas de diferentes áreas do saber.

De salientar, o Primeiro Simpósio de Estudos Clássicos em Angola que decorreu a 31 de Outubro, com o intuito de elevar o papel dos estudos clássicos até aqui omissos em Angola e providenciar uma oportunidade inédita de contacto com especialistas internacionais, como o Professor Doutor José Pedro Serra, director do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa e a professora Rocío Orsí, da Universidade Carlos III de Madrid. De outras conferências a referir com impacto considerável, sublinhemos nomeadamente, “Mito, Religião e Política”, a 28 de Setembro, “Universidade Contemporânea em África – Desafios e Respostas”, a 18 de

Outubro, “Reflexão sobre as ciências das tecnologias do poder, - o Panóptico ver sem ser visto”, a 16 de Novembro de 2013, respectivamente.

A par deste enquadramento, a investigação teve um papel de relevo no Centro de Investigação Sol Nascente (CISN) do ISPSN, onde vários projectos estão neste momento a ser desenvolvidos, bem como parcerias com universidades de reconhecimento internacional. Estas últimas tiveram, neste ano lectivo, um balanço, deveras positivo, surgindo enquanto plataforma de aprendizagem por meio de agentes externos que podem inferir no ISPSN o seu conhecimento.

É partindo destes, e de outros pressupostos, a par da longa lista de docentes, colaboradores e convidados pesquisadores que a RSN traz à luz do número cinco os êxitos que caracterizaram o ano findo contribuindo para a extensão da linha de pensamento do ISPSN. Já nesta presente edição, distingue-se, desde a sua génese, pela multiplicidade de temas e autores de *backgrounds* diversos com o objectivo expresso de contribuir para o desenvolvimento da investigação científica em Angola, numa constante aprendizagem e procura pelo aperfeiçoamento.

Com o propósito de consolidar as conquistas superando as fraquezas, na expectativa de atingir um nível ainda mais exigente, esta última ideia continuará em 2014, simultaneamente com o aumento da oferta curricular do ISPSN, com novos cursos, sobretudo na área da saúde; desenvolvimento de novas parcerias mantendo as preexistentes e projectos científicos pertinentes e de carácter prático para a comunidade envolvente da V Região Académica (províncias do Huambo, Bié, Moxico), em particular, e em Angola, no geral; bem como, um calendário das actividades culturais e científicas diversificado e o mais abrangente possível, numa procura sistemática de novos desafios, em prol da comunidade.

Bem haja!

Armindo Jaime Gomes

Inês Morais

ÍNDICE

Editorial..... 5

Artigos / Papers

Ano de Kasanji ou Kasanji da década sessenta? 10

Armindo Jaime Gomes

Responsabilidade Civil da Administração Pública no ordenamento jurídico angolano 30

João Valeriano

Os sete pilares da natureza humana. Uma crítica à Teoria da escolha racional por meio da análise dos grandes desafios evolutivos 44

Thiago Moraes

Gestão das Escolas em Africa: análise comparativa do funcionamento das escolas públicas de nível secundário em Cabo Verde e África do Sul 67

MBangula Katúmua

Abordagens sobre Memória, Justiça e Transição 79

Rui Calado

Papel da satisfação laboral no desempenho organizacional – Banco de Fomento de Angola, Agências do Huambo 90

Anselmo Celestino

Câncer Cervico Uterino 110

Aracel Santos, Dilma Malungo

Risco de Hepatite B nos Pacientes que recorrem aos hospitais do Huambo ... 121

Analdina Mundombe, Hélder da Silva, Nilton Lialunga

**Como melhorar a Qualidade de Ensino na Escola Verde do ensino secundário do
II Ciclo? 137**

Adelino Sanjombe

Estudos

**Optimização da gestão do capital circulante como fonte de financiamento interno
e melhoria da rentabilidade das empresas: o caso da gestão de stock na Alumínios
Garfran Lda. Huambo 157**

Raimundo Rosa

Normas de Publicação 199

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente 201

Apresentação

Actividades



ARTIGOS/PAPERS

HISTÓRIA

Ano de Kasanji ou Kasanji da década sessenta?

Armindo Jaime Gomes

armindo.jaime@ispsn.org

Resumo:

Pelo tempo que as abordagens sobre o passado de Angola se desenvolvem, qualquer assunto que se sugere e debate já não permite participações, por haver interligação dialéctica entre os factos. Nada aconteceu do nada. O constrangimento reside no facto de que o passado mais recente é, geralmente, uma opinião argumentativa, menos consentânea, recheada de lendas, controvérsias e desencontros, ao ponto de subalternizar o método sob pena de lesar as ideologias dominantes dificultando a lógica dos acontecimentos. Tal é o caso do ano profético de 1961, cujo histórico marcou o período de transição entre o início do final do colonialismo português e o da luta armada pela independência de Angola. Antecedido do processo cinquenta, mexendo com todos os estratos sociais, mormente a juventude revolucionária, assistiram-se a peripécias de Henrique Galvão que a 3 de Janeiro tomara de assalto o transatlântico “Santa Maria”, seguido das sublevações de 4 de Janeiro em Kasanji, rebeliões de 4 de Fevereiro em Luanda e às insurreições regionais de 15 de Março. A presença europeia desde o séc. XV, tornou-se um conjunto de referências de guerras, revoltas, saques, razias, vinganças, fugas, mas nenhuma época marcou tanto como a década de 1960, pois a grelha nacionalista iniciada ainda com o messianismo kikhongo do séc. XVII, experimentada pelas elites intelectuais urbanas do litoral do séc. XIX em simultâneo à resistência de Mutu ya Kevela de 1902, Álvaro Talante Buta de 1915, Mandume de 1917 e dos Estados do interior à segunda década do séc. XX, orquestrou-se pelo território afora envolvendo todos angolanos, cada estrato com os seus meios, métodos e suas estratégias.

Palavras-chaves:

Baixa de Kasanji, estatuto do indigenato, política assimilacionista, código de trabalho dos indígenas.

Abstract:

By the time the approaches of the past had been developed in Angola, any matter that is suggested no longer allows reimbursement, for having dialectical interconnection between the facts. Nothing happened out of nowhere. The embarrassment is that the more recent past is usually a less consistent argumentative opinion, full of legends, controversies and disagreements, in a way that decrease the method through dominant ideologies that interfere in the logic of events. Such is the case of the prophetic year of 1961, which marked the transition period between the beginning of the end of Portuguese colonialism and the armed struggle for Angola's independence. Preceded by the fifty process, stirring all social strata, especially the young revolutionary, was watched the adventures of Henrique Galvão that in January 3 had taken "Santa Maria" ship, followed by the upheaval of 4 January in Kasanji, 4 February rebellions in Luanda and the regional uprisings at 15 March.

The European presence since the XV century, became a reference set of wars, riots, looting, raiding, retribution, leakage, but there wasn't not like the 1960s, as the nationalist grid still started with kikhongomessianism XVII century, experienced by the urban intellectual elite coastal century in the XIX century at the same time the resistance Mutuya Kevelain 1902, Álvaro Talante Butain 1915, Madume in 1917 and interior State to the second decade of the XX century, orchestrated by the Angolan citizens, each stratum with its means, methods and strategies.

Keywords:

Downtown Kasanji, status of indigenous, assimilationist policy, labor code of the natives.

0. Introdução

Aproxima-se o mês de Janeiro e, com ele, a ideia que circula na memória de grande parte de angolanos, quando se comemora o dia 4, é de tratar-se de um facto histórico ocorrido em Malanje, numa localidade chamada «Baixa de Kasanji» e, mais ou menos. Lido Norberto de Castro, autor da obra referenciada (1996, pp 87), visitei esta província até à fronteira incluindo Kalandula, Kiwaba Nzonji, Kateko ka Ngola, etc., e percebi que estava perante uma imensa depressão geográfica, rica em precipitações e fértil, com cerca de 80 mil km² de cuja revolta de trabalhadores contratados que se faz referência histórica, corresponde com uma vasta região de Angola de cerca de 175 mil habitantes distribuídos em um pouco menos de vinte povoações entre Mulundu, Nteka dya Nkinda, Yongo a Mulandu, Nkambu Nsunginje, Wolo dya Nkosi, Nzunge, Kazanje, Santa Nkomba, Nsi a Ndele, etc. No seu todo, administrativamente, pode ser limitada entre a província de Malanje, dentre as localidades do Kela, Kahombo, Masango, Marimba, Kiwaba Nzonji, Kunda dya Base, assim como a Lunda-norte entre Kwangu, Kapenda Kamulemba, Kwangula, Lubalo, Xa Muteba, áreas socioculturais predominantemente kaholo, kaxinji, mbangala, mbondo, cokwe, musuku, ndombo, malenge, kasongo, entre outras realidades etnolinguísticas ramificadas em territórios da Lunda-sul, do Bié, Kwanza-norte e Bengo, respetivamente.

1. Porquê «Baixa de Kasanji»?

O topónimo «Kasanji» é originário da língua planáltica umbundu que chegou ali por intermédio dos Imbangala, grupo etnolinguístico mbundu, da fala kimbundu, originários da Lunda em consequência da luta pelo lukano entre Cinguli e Cimbinda Ilunga que, nos séc. XV e XVI, migraram pelo planalto rumo ao norte da foz do Kwanza. Da curta estadia no Ekovongo interessaram-se pela apropriação dos valores mbundu falantes do umbundu que no seu conjunto de artes mágicas, colocavam cestilhas de amuletos servindo de sentinelas e que eram chamadas de «kasanji» significando frango. A designação de «kasanji» aos amuletos protetores dos “ovilombo” prendia-se coma interpretação literal pois, na tradição umbundu, o frango abstrai os maus espíritos encarnados na pessoa humana através de terapias mágico-religiosas dos planálticos (Miller, 1995-112/173).

Interessados que ficaram pelas técnicas de guerrilha dos “ovilombo” do Ekovongo, os Balunda adotaram alguns dos seus valores incluindo o «kasanji» que levado ao norte da

foz do rio Kwanza, difundiu-se entre os Libolo do Kulembe designando “kilombo” e passaram a chamar “Kasanji” a uma realidade político-administrativa que emergiu com os pressupostos de “kilombo” na vasta depressão geográfica entre as atuais províncias de Malanje e Lunda-norte com a função de intermediação mercantil do interior de África ao litoral, ao que ficou conhecido por Reino de Kasanji dos Imbangala do séc. XVII.

2. Enquadramento histórico

Para melhor compreender as motivações sociopolíticas registadas na «Baixa de Kasanji» implica fazer um recuo histórico ao encontro de alguns antecedentes pioneiros na implementação do sistema colonial, projectado por Norton de Matos, nas vestes de governador-geral de 1912 a 1915 e alto-comissário de Angola entre 1921 e 1924, funções exercidas com suporte ideológico da primeira República de 1910, altura que em Portugal se destituiu a monarquia constitucional. Na gestão deste Kuribeka-mor, pelo menos, um pouco mais até 1926, Angola foi um espaço fértil de manifestações sociopolíticas e o país conheceu várias reacções aparentemente isoladas de chefaturas residuais tradicionais endógenas e greves de trabalhadores brancos, particularmente, no litoral onde o desenvolvimento das forças produtivas já era perspetivado em regime colonial sobretudo em Luanda, Lobito e Benguela, únicos lugares que em 1961 já conheciam estradas asfaltadas entre os troços Lobito / Benguela e Luanda / Katete.

A implementação efectiva do colonialismo que se fez coincidir com a nomeação do Kuribeka-mor acima dito de 1912, serviu de pressupostos para as manifestações do proto-nacionalismo angolano. Por reinóis e cabritos, foi criada a Liga Angolana enquanto os cafusos assumiram o Grémio Africano, organizações influenciadas por mestiços e negros assimilados sem grande expressão política, com objectivos de ajuda mutua, recreação, sociabilidade e, sobretudo, a defesa dos interesses dos seus membros num contexto sociopolítico sobejamente difícil. Os dissidentes da Junta de Defesa dos Direitos de África(JDDA) criaram, em 1919, a Liga Africana, à qual estava ligada a Liga Africana de Luanda (LAL) sob influência de assimilados. Entretanto, a Junta foi reestruturada em 1921 e passou a Partido Nacional Africano (PNA). Sob acusação de conspiração, em 1922, o general Norton de Matos suspendeu a Liga Africana e o Grémio Africano. Foi assim que os primeiros intelectuais proto-nacionalistas como António de Assis Júnior foram presos e proibidos todos os jornais com linhas editoriais consideradas comprometedoras. Das reacções contra a política colonial de Norton de Matos

promoveram-se acções de clandestinidade emergente nos grandes centros populacionais com características ocidentais incluindo o corredor de Ambaka.

Portanto, longe de ter os domínios sob total controlo por causa da resistência militar à ocupação, a década de 1920 marcou assim o início da luta do governo português contra as tendências nacionalistas angolanas. Entre 1922 e 1925, algumas manifestações ambakistas do corredor Luanda / Ndalatandu foram reprimidas, pondo fim às manifestações intelectuais. Até 1926 Portugal tinha o território de Angola ainda por controlar. Desde então, associações africanas que se reproduziram mormente em Luanda, enfraquecidas com a repressão, passaram a ter uma atitude cooperante com as autoridades portuguesas, praticamente desaparecendo política e socialmente até ao final da II Guerra Mundial de 1945.

3. Implicações da estratégia de catalogação colonial

No âmbito das estratégias de dividir para melhor reinar, características do português, o sistema colonial estruturou o tecido social angolano por categorias hierarquizadas. Assim, em 1926, foi criado o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Em 1930, foi aprovado o Acto Colonial e em 1933, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina pelo que, por Decreto-lei, de 20 de Maio de 1954, foi aprovado o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, instrumento com força de lei, delimitando os direitos e deveres dos indígenas e visava no essencial a implementação da política assimilacionista dos africanos, abolida em 1961. Até à introdução do referido Estatuto os negros não tinham virtualmente direitos civis, jurídicos ou mera cidadania.

Desde então estabeleceram-se três categorias sociais cuja transição para as imediatamente superiores obrigava munir-se de um conjunto de requisitos, querendo:

1. ler e escrever em português como o sistema queria, significando que o negro era considerado capaz de ler em português atingindo a excelência na avaliação do colonialismo;
2. vestir-se a rigor ocidental, traduzido no uso do vestuário da primeira ordem portuguesa da época;
3. ser católico devoto, batizado e registado com os nomes em português;

4. manter padrões de vida com hábitos e costumes lusos, tendo um modelo de vida e comportamento de estilo português.

Com base nos requisitos acima inumerados, estabeleceram-se categorias sociais limitadas nos seguintes pressupostos:

1. categoria de brancos católicos de origem metropolitana com direito a cidadania, expressa no porte do bilhete de identidade portuguesa. Os beneficiários subdividiram-se entre:

- a) colonos metropolitanos, sem cadastro corrompido;
- b) colonos litigiosos judiciários;
- c) brancos reinóis, nascidos no ultramar.

Eram colonos, os brancos de primeira classe beneficiários de todas as regalias de cidadania. Os litigiosos judiciários eram brancos de segunda classe, portanto, degredados, portadores de bilhetes de identidade portuguesa com validade restrita ao espaço angolano. Os reinóis eram brancos de terceira classe, chamados assim por terem nascido fora da metrópole.

2. categoria de mestiços, sendo eles descendentes da relação entre brancos e, geralmente, mulheres negras. Subdividiam-se hierarquicamente entre:

- a) cabritos, nascidos de brancos e mestiças;
- b) mulatos, nascidos da relação entre mestiços e mestiças;
- c) cafusos, filhos nascidos da relação entre mestiços e negras.

Os abrangidos eram portadores de bilhetes de identidade, com acesso à cultura dos pais, enquanto herdeiros da linha patriarcal mas limitados, mormente, ao desempenho das funções socioprofissionais que não passavam de operários, dos trabalhos forçados aos menos formados, com os de auxiliares administrativos, reservados para os cidadãos com o liceu concluído, hoje equivalente ao nível médio preparatório universitário.

3. última categoria restrita aos negros e subdividida entre:

a) assimilados, convertidos ao catolicismo romano, adoptivos ao comportamento português que se precisava permanentemente testado com reconhecimento oficial desde à apresentação pública, o excelente domínio da língua portuguesa, sem sotaque das línguas locais, ao resto do *modus vivendi*, prescindindo dos hábitos e costumes ancestrais;

Aqueles que aceitaram o assimilacionismo, tornaram-se beneficiários do porte do bilhete de identidade português ultramarino, do trabalho urbano limitado entre as funções de operário, auxiliar administrativo e acesso à cultura ocidental.

b) indígenas.

Os que por qualquer razão resistiram ou rejeitaram o assimilacionismo colonial, tanto por convicções, como pela influência da igreja protestante rural que foi determinante mas, também as distâncias entre as áreas povoacionais e os centros político-administrativos colonias que contribuiriam sobremaneira no maior ou menor grau de proximidade de valores ocidentais, ficaram no último escalão conhecido por indígena, querendo dizer, os não-assimilados.

A estratégia divisionista colonial não se limitou apenas neste âmbito. Os cristãos católicos foram separados dos protestantes e no seu conjunto ficaram distanciados das comunidades não cristãs. Distribuídos por regiões etnogeográficas, os protestantes limitaram-se ao meio rural. Os Bakhongo ao norte ficaram com a Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA). Os Ambundu, com a Igreja Metodista Unida de Angola (IMUA), os planálticos, com a Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) e as outras correntes protestantes de menor influência sociocultural foram distribuídas entre os grupos etnolinguísticos do sul. Outrossim, os indígenas foram catalogados por grupos etnolinguísticos limitados geograficamente de modo a impedir as boas relações de vizinhança segundo o modelo de colonização francesa em África.

4. Implicações da colonização rural

Sendo camponesa por excelência, a população angolana foi rural e por força do sistema colonial, ficou na faixa do último subgrupo da última categoria, correspondente com a de não-assimilados, sem acesso ao porte do bilhete de identidade, por isso, sujeita ao trabalho forçado como mão-de-obra barata e aos impostos muito altos, geralmente, avaliados entre montantes equivalentes a 250\$00 e 350\$00 escudos, valores calculados na base dos interesses colonias. Grande parte da população africana não possuía direitos políticos, não podia manifestar-se, reunir-se, expressar seus sentimentos, criar movimentos ou formar partidos políticos nem sindicatos. Podia sim, estabelecer associações de carácter cultural, sob supervisão da PIDE. Outrossim, eram contribuintes forçados de impostos todos africanos de sexo masculino desde quando a sua fisionomia visualizasse a idade adulta,

verificada e aprovada através do nascimento dos pelos das axilas o que, no geral, era indicador do início da idade púbere.

Com a revogação do Estatuto de 1961, por Adriano Moreira, então ministro do Ultramar. Foi possível aos angolanos “indígenas” terem cidadania portuguesa, sem discriminação relevante podendo ser integrados no sistema educacional oficial. Um ano depois, em 1962 foi revogado o Código de Trabalho dos Indígenas (CDI) de 1956. Expirado o Código que estabelecia que o sistema de exploração económica fosse sustentado pela mão-de-obra indígena, em geral com baixos salários, terminou também a obrigatoriedade prática das culturas agrícolas específicas. Os indígenas deixaram de ser obrigados a trabalhar e passaram à “escolha livre” dos patrões e das localidades que quisessem. Há casos em que alguns passaram a aceder à função pública.

5. Caducidade da hegemonia branca

É, no entanto, a promulgação do Acto Colonial, de 8 de Julho de 1930, em plena crise económica, que estabeleceu a supremacia portuguesa sobre a população dita indígena, no decurso da implementação do Estado Novo vigorado entre 1933 a 1974, mantendo um tipo de ideologia de índole colonialista da primeira República, cujo regime criou a sua própria estrutura de Estado assegurada pela polícia internacional e defesa do Estado (PIDE), aparelho repressivo criado sob Decreto-lei nº 35046/45, de 22 de Outubro, responsável pela criação de colónias penais para presos políticos, no caso do Bentiaba, Damba, Baía dos Tigres, Misombo, pelo que continuou como Direcção-Geral de Segurança (DGS), depois de 1969 à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

A crise económica da década de 1930 levou António de Oliveira Salazar, empossado em 1932, a maior atenção para as colónias que passaram a ser o principal meio de sustentação, escolhendo Angola para projectos de plantações das monoculturas com destaque ao café, cana sacarina, sisal e algodão por serem as mais lucrativas na década de 1950, pois vendiam-se pelo dobro do que eram adquiridos aos produtores, e tinham um baixo custo de produção em grandes extensões de terras aliadas à mão-de-obra africana aparentemente gratuita. O maior problema, que Portugal enfrentava nesta projecção, consistia na dependência do capital inicial estrangeiro obrigando-se ao estabelecimento de regras opressivas das populações nativas, através das políticas de contratos, o “trabalho

forçado”, implementadas pelo menos até 1961, ano que expirou o “Estatuto do Indigenato” e o “Código do Trabalho dos Indígenas”.

Duas empresas mais conhecidas, nomeadamente «Logos & Irmão» de Katete e «Cotonang» de Malanje, sociedade de capitais luso-belgas fundada em 1926, lideraram a produção de algodão aplicando os métodos escravagistas dos séculos XV/XIX com a participação directa de Administradores das circunscrições, chefes de postos administrativos, auxiliados por sipaios e cabos civis, na “contratação forçada” da mão-de-obra barata, em substituição das autoridades do poder tradicional endógeno aos quais se nutriram desconfiança pois, mesmo terem caído na degradação aparente, a sua autoridade mantinha-se capaz de estabelecer estratégias de sobrevivência através de resistências. Entre as mais diversas atuações destas empresas foram conhecidas as seguintes:

a) movimentação forçada e arbitrária das populações de terrenos férteis para áreas pobres em termos de trabalhos de campo;

Em função do fracasso da produtividade, a Cotonang, forçava o abandono dos camponeses das suas aldeias e lavras a favor da empresa.

b) Aproveitamento inoportuno e exploração forçada da mão-de-obra extracontratual, nomeadamente as mulheres e crianças agregados aos contratados;

A empresa obrigava que famílias inteiras se dedicassem ao cultivo do algodão com os seus próprios meios, e as colheitas fossem vendidas a preços depreciados pelo comprador.

Com o final da II Guerra Mundial, a partir de 1945, a realidade tornou-se outra. Expirou o mito da hegemonia da raça branca. Os portos de Luanda e Lobito paralelos ao caminho-de-ferro de Benguela, tornaram-se grandes veículos de informação sobre a realidade internacional. Do Brasil chegava a bibliografia dita proibida, fazendo referência ao marxismo-leninismo, às guerras de libertação, o movimento independentista internacional, etc., e através do associativismo urbano, da juventude afectada à igreja protestante rural e dos seminaristas revolucionários, dedicaram-se a formular ideologias de auto-determinação influenciadas pela conjuntura.

Aconteceram abalos contra o sistema político ditatorial salazarista pela acção das forças políticas oposicionistas do Partido Comunista de Portugal (PCP) e democratas portugueses, candidatos às eleições presidenciais, quando Humberto Delgado concorreu,

aparecendo no contexto histórico como apoiante da operação «Ducineia» comandada por Henrique Galvão, aos 22 de janeiro de 1961, que terminou com o sequestro do transatlântico «Santa Maria», despertando atenção da comunidade internacional para os problemas do regime retrógrado e ditatorial de A. O. Salazar e culminou com o asilo político de 3 de fevereiro de 1961 cedido pelo Brasil, agitando o contexto político de Luanda. Seguiu-se, em Abril de 1961, o golpe de estado tentado pelo General Botelho Moniz, designado por «golpe Botelho Moniz», na tentativa de forçar a demissão de A. O. Salazar.

6. Movimento estudantil revolucionário

Se, em parte, os instrumentos com força de leis colonizadoras serviram de estabelecimento de regras opressoras, noutra, o estatuto permitiu aos jovens africanos efectuarem viagens ao exterior em bolsas académicas. Destaque à juventude masculina cristã, com particular realce às correntes protestantes rurais, abrindo brecha ao reordenamento do movimento clandestino. Embora os assimilados e mestiços pudessem estudar até à universidade, na prática, a situação era de profunda clivagem sociocultural entre africanos e portugueses do ultramar litorâneo. Com objectivo de formar elites, com base em ultramarinos, em 1944 em Portugal, o governo colonial formalizou as associações que se conheceram por «Casa dos Estudantes do Império (CEI)» de Lisboa, esta encerrada em 1965, de Coimbra e do Porto, estas duas encerradas em 1961, que serviu para forjar uma inteligência cada vez mais crítica ao ponto de passarem por ela vários estudantes revolucionários da geração pós II Guerra Mundial que passaram ao movimento político, fugindo de Lisboa lideraram os movimentos de guerrilha de libertação, tornaram-se escritores de referência africana e políticos que marcaram a história de Portugal em África. Contra a exportação da mão-de-obra africana para S. Tomé, em 1948, a juventude reinol do Huambo entre José Falcão, Sócrates M. O. Daskalos, Alexandre M. O. Daskalos, Carlos e Luís Bernardino, e outros, criou a Organização Socialista de Angola (OSA), com berço ideológico dos estudantes do Liceu de 1937 e, na mesma época jovens cafusos a exemplo de Viriato C. da Cruz, Maurício de Almeida Gomes e alguns cabritos como Mário A. F. Oliveira, assim como alguns brancos, a exemplos de António Jacinto Martins, A. Ervedosa de Abreu, C. Ervedosa de Abreu, Coacht Osório, etc., ambos litorâneos, criaram o movimento dos novos intelectuais de Angola (MNIA), associação promotora do movimento cultural que subscreveu uma carta

enviada às Nações Unidas, solicitando o estatuto de protetorado para Angola sob supervisão da comunidade internacional.

A implementação colonial no meio rural, exigindo a mão-de-obra barata indígena com métodos escravagistas, serviu de fomento de sentimentos de repulsa e ódio ao sistema gerido por brancos. Entre 1940/41 a 1949 os portugueses depararam-se com as primeiras revoltas rurais de grande vulto no sul de Angola cuja reação foi, deveras, desastrosa. Pela primeira vez empregaram bombas de *napalm* da II Guerra Mundial através da força aérea portuguesa, contra povoações Helelo localizadas no perímetro compreendido entre os rios Kupololo e Kunene, na tentativa desesperada de dizimar o grupo etnolinguístico de origem Bantu minoritário de Angola, distribuído entre os Kuvale, Ngendelengo, Hinga, Ciyavikwa, Ndimba, Kahona, Kwanyoka, Ndombe, etc., assim como os grupos minoritários não-Bantu nomeadamente os Kwambundyu, Kwepe e Kwandu. A punição consistia em impor ordem sobre os Kuvale revoltados entre 1940 e 1941, que reiterados, foram acusados de serem uma população sistematicamente desobediente, por se furtar do pagamento de impostos de palhota ou cubata e dízimos em vigor desde 1907.

Os cerca de cinco mil Kuvale, sofreram uma guerra que em pouco mais de cinco meses, movimentou cerca de mil soldados portugueses, auxiliados por um pelotão de morteiros e cerca de mil indígenas e mestiços que precisaram para tais incursões, dois bombardeiros equipados, um artilhado com uma metralhadora. A batalha, desencadeada contra comunidades sem vocação militar, devido ao seu sistema socioeconómico consubstanciado na pastorícia semissedentária, comportou execuções sistemáticas e em massas, deu cobertura a saques, pilhagens, prisões, confiscos, etc. Sendo essencialmente criadores, as vítimas perderam cerca de 90% do efectivo do gado bovino, mais de 20 mil cabeças de gado perdidas e mais de 3500, dos cinco mil habitantes, desterrados para as Lunda ao serviço da Diamang e da *De Beers Consolidate Mines* e Malanje, em benefício da Cotonang belga, precisamente na «Baixa de Kasanji». Dos 35 mil trabalhadores contratados a força que residiam em arredores com suas respectivas famílias, pelo menos, 3500 eram Helelo. Os restantes 1500 estavam distribuídos como mão-de-obra barata entre as fazendas colonias de oliveiras no Namibe e cajueiros em de S. Tomé.

7. Influência do contexto internacional

Devido aos erros salazaristas face ao desfavorável panorama internacional consubstanciado na condenação do colonialismo, apelando a descolonização, como consequência do fim da II Guerra Mundial, o que levou os africanos a procurar vias de autodeterminação entre as décadas de 1950 e 1960, apareceram na gestão política colonial novos problemas e consequentes necessidades, cujas motivações sugeriram a António O. Salazar e consequentes governos a introduzirem no dicionário político-administrativo o conceito de «Ultramariano Português (UP)» definindo uma nova solução para as possessões africanas. Destacaram-se entre outros, a conferência Afro-Asiática realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955 em Bandung, que entre várias conclusões, proclamou “*a necessidade de se por termo ao colonialismo sob todas as formas*” (Benot, Y., 1969:105) assim com a de Accra de Dezembro de 1958 em que participou a UPA de Hólden Roberto.

Ainda no início da década de 1950, foi criado o Club dos Marítimos Africanos, cujos membros, por serem marinheiros, faziam a ligação das informações sobre o regime português entre Lisboa e Luanda, em particular, das repreensões exercidas sobre as colónias. Foi desta forma que se tornou eficaz a promoção das ideais de libertação e através da agitação política comunitária pois, com o crescente aumento demográfico diversificado, mormente em Luanda, as ideias independentista fluíam mais rapidamente. Só Luanda, na década de 1960, estimava cerca de 250 mil almas destas, pelo menos 65% eram negros entre os quais cerca de 85% eram categoricamente indígenas por conveniência colonial, habitantes dos musekes, de onde se conheceram as primeiras manifestações de menor índole da década de 1950. Nesta época os matumbos, designação depreciativa dos assimilados atribuída aos indígenas oriundos do interior, querendo dizer gente de *atumbu*, plural de *etumbu* que em línguas locais designa província, isto é, os provincianos, emboscavam as viaturas das autoridades colónias com apedrejamentos por causa das rusgas, patrulhamentos e inibições de frequentar aos lugares públicos reservados aos brancos.

Na perspectiva de reivindicar independência de Angola, em 1953, foi criado o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e o movimento político da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), este que defendia a reabilitação do Khongo dos Mani. Durante o ano de 1955 criou-se o Partido Comunista de Angola (PCA). Em Dezembro de 1956 o PLUA juntou-se ao PCA, que funcionava na clandestinidade sob influência do Partido Comunista de Portugal (PCP). Entretanto, na sua publicação “Reler

África”, Mário A. F. de Oliveira, admite que a influência dessa formação política, junto dos extractos intelectuais africanos ultramarinos, não se tornou relevante, pois os seus principais responsáveis, nomeadamente Viriato da Cruz e outros, não conseguiram alargar as suas bases entre os indígenas, em virtude dos propulsores terem saído de Angola como prisioneiros, desterrados, bolseiros, etc.

A conferência de Áccra foi aproveitada pela juventude intelectual revolucionária da clandestinidade estudantil aliada aos indígenas, para desencadear a manifestação de ruas em Luanda contra a escravatura continuada sob capa de trabalho contratual forçado exigindo a independência nacional. As autoridades responderam à manifestação com uso de força desmedida e, nos dias seguinte, a polícia fez detenções sistemáticas nos musekes. No seguimento de reivindicações para uma solução pacífica do problema colonial, alguns jovens revolucionários como Agostinho Neto, Joaquim P. de Andrade e outros, em junho de 1960, foram presos em Lisboa.

A descolonização do Congo Kinshasa, de 30 de junho de 1960, auspiciada por Patrice Lumumba, sob presidência de Joseph Kasavubu, proporcionou condições do colonizador belga ir em busca de redes de comunicação para abandonar a ex-colónia, sobretudo, depois da rebelião de Moisés Tchombé de Julho de 1960 contra Lumumba, o que pareceu motivador nos olhos dos angolanos, ao assistir a fuga em debandada dos “civilizados”, fundamentalmente com o apogeu da crise política do Congo Kinshasa que terminou com o assassinato deste político, em Janeiro de 1961, pelo que tais acontecimentos chegados, através do afluente Kwangu, nutriram de esperança na luta pela independência de uma Angola livre da escravatura.

Tal como os portos de Luanda e do Lobito, os caminhos-de-ferro de Benguela e Katanga serviram sobremaneira de importantes meios de veículo de informações revolucionárias e para a fuga dos belgas que, muitos entre eles, passaram por Angola antes de buscarem comodidade noutros países.

8. Emersão do profético ano de Kasanji

Consta que Mulundu foi a fonte dos protestos, porquanto a sua localização geográfica em relação ao Congo Kinshasa sugere a manutenção de relações e consequente facilidade na acumulação de informações. De lá terá vindo António Mariano (Maria!?), da ordem cristão católica, de relação atribuída à União dos Povos de Angola (UPA), que desde 1958

capitalizou a simpatia dos angolanos, com particular realce aos protestantes. Pelo seu envolvimento, a ressurreição passou a chamar-se “Guerra de Maria”. Fazendo o porte de armas brancas, nomeadamente katanas, enxadas, azagaias, facas, mocas, os rebeldes gritavam messianicamente em uníssono por Kasavubu e Lumumba, em marcha com cânticos e danças de repúdio, queimaram as humilhantes cadernetas de identificação que eram alvos.

Invadindo os armazéns da empresa, fogacharam as reservas de sementes, inviabilizaram os meios de comunicação com emboscadas auxiliadas por obstáculos partindo as pontes, afugentaram os brancos destruindo as infraestruturas do poder administrativo colonial e os centros missionários da igreja Católica, saquearam os estoques e destruíram as plantações. A «Baixa de Kasanji» paralisou entre 4 a 12 de Janeiro de 1961, senão destruições sistemáticas e generalizadas das infindáveis plantações de algodão e tudo quanto tivesse impressão digital do “civilizador”.

Não obstante terem iniciado em Outubro de 1960, pelas circunstâncias do acontecimento não é possível falar de dados estatísticos senão algumas variações, mas sabe-se ter havido massacres de 20 mil angolanos em 17 povoações queimadas com napalm e que famílias e aldeias completas desapareceram como os Kahemba, grupo de origem etnolinguístico Bantu, que desde então deixou de se falar.

No geral, foi neste contexto que a revolução campesina algodoeira dos contratados do sistema colonial da «Baixa de Kasanji» se passou, subsidiada por aspectos consubstanciados em:

1. repulsa ao regimento indiscriminado de impostos;
2. luta contra o sistema de contratos forçados, às forças produtivas nativas;
3. impacto do eco nacionalista, enquanto confirmação da identidade e da angolanidade;
4. impacto colateral da opinião da comunidade internacional, face ao colonialismo português;
5. acesso ao fluxo de informações do movimento independentista africano.

Segundo Norberto de Castro (cfr. op. cit.), Alexandre de Sá Lemos, então jornalista da Rádio Clube de Malanje (RCM), é o único nome conhecido como quem conseguiu estabelecer contactos secretos com alguns sobreviventes. Com ele sabe-se que entre sete e nove mil mortos foi o resultado da violência de soldados portugueses da companhia de

caçadores especiais, que obrigavam os indígenas a cavar as suas próprias covas antes de serem fuzilados.

9. A inércia de Kasanji

Grupos aparentemente espontâneos e desordenados, mal armados, dispostos a arriscar a vida por se convencer da invulnerabilidade perante as balas inimigas depois das terapias dos “kilombos”, embaraçaram Luanda na madrugada de 3 a 4 de Fevereiro de 1961, com as emboscadas às viaturas das autoridades e tentativas de assaltos às diversas localidades nomeadamente, a casa de reclusão militar, a cadeia da 7ª esquadra policial, a sede dos correios (CTT), a emissora de Angola, etc. A resposta a partir da manhã seguinte foi desencadeada através de rusgas nos musekes e pelo país fora. Foi o alerta do início do fim do colonialismo português em África, 35 anos depois da sua efémera proclamação.

Entretanto, foi a 15 de Março de 1961 que todo o ódio espoletou, da forma mais brutal com ataques dos militantes da UPA às fazendas, roças das plantações, povoações e sanzalas de Kibaxe, Vista Alegre, Aldeia Viçosa, Kitexe, Kikabu, Nambuanguo, Zala, Kibala, Zalala, Nova Kaipemba, Bessa Monteiro, Madimba, Kanda, Mbridge, Luvaka, Bwela, Ndembu, etc., localidades correspondentes com as províncias do Zaire, Uíge, Kwanza-norte, Bengo. Dois dias depois, o país registava perto de 7500 mortos indiscriminados entre 1200 brancos, englobando fazendeiros e comerciantes, e mais de 6000 indígenas contratados das roças de café e suas famílias. O grau da expressão de ódio das humilhações acumuladas desde Norton de Matos, traduzira um tipo de chacina que incluiu métodos inimagináveis desde decapitações, incinerações, violações, desmembramentos, forçando Portugal a colocar no campo 33000 soldados que não conseguiram impedir o avanço da guerra de guerrilha não-convencional que dali se seguiu até à revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974.

As associações emergidas da clandestinidade urbana, até então sitiados, reorganizaram-se a partir de 1962. Em 1963, os problemas relativos à colonização de Angola internacionalizaram-se no âmbito da Guerra Fria e os apoios consolidados tornaram-se visíveis em África descolonizada e entre as potências ocidentais nomeadamente os EUA, a URSS, Cuba, etc., esta que já apoiava timidamente a causa angolana. A guerra generalizou-se pelo país entre 1964 e 1967, através das frentes de guerrilhas no leste, norte e confrontos de revoltas nos diversos postos administrativos, obrigando Portugal a

se adaptar com técnicas de contrassubversão a partir de 1966, envolvendo mais de 65000 soldados de todos os ramos das Forças Armadas.

10. Influências da igreja

O contexto ora descrito alude que existiu alguma influência externa interpretada no movimento de Lumumba que se falava em forma de lenda e na presença de dois misantropos, refletindo o papel da igreja protestante. Dos depoimentos deixados pelo radialista da RCM aos seus confidentes, os com sotaque inglês foram conhecidos por aldeões das áreas afectadas mas, depois das represálias do exército português que a região foi alvo os misantropos deixaram de aparecer. Admite-se terem sido eles os protestantes que incentivaram as revoltas contra a exploração escrava nas plantações de algodão e vitimados conjuntamente com os seus protegidos.

Por se tratar de uma escravatura continuada, a produção e exploração do algodão em Angola nomeadamente, no Ikolo e Bengo, Kwanza-sul e em Malanje foi, desde sempre, motivo de combate abolicionista por parte de algumas igrejas e correntes humanitárias. O exemplo é do arcebispo de Luanda e São Tomé e Príncipe, Dom Moisés Alves de Pinho que foi uma das poucas vozes com autoridade católica no seu combate a par das igrejas protestantes Baptistas, Metodistas e Congregacionais com centros de difusão educacional. As missões de Kibokolo, Uíge, Bembe, Mboka, Ambrizete, etc., foram encerradas. Em Luanda a missão metodista foi destruída e os congregacionais perderam grande triado parte do património vital. Mais de 90% do corpo missionário expatriado foi expulso e rejeitados os vistos daqueles que estavam em férias.

Pela FNLA, sabe-se em definitivo, através do Jornal de Angola de 13 de Julho de 1994, do papel relevante da liderança política inorgânica do Cónego Manuel Mendes das Neves, na defesa e motivação do nacionalismo angolano estabelecendo contactos com movimentos políticos de 1958 a 1961, razão porque, depois de 15 de Março, juntamente com outros cinco sacerdotes católicos, foi preso pela PID/DGS e deportando.

11. Kasanji da década sessenta

Na abordagem habitual, o impacto de alguns aspectos-chave na análise do processo de manifestações anticoloniais não tem merecido aturada exploração para se perceber os seus labirintos:

1. disseminação da igreja protestante no meio rural face aos conflitos com a igreja católica e conseqüente emersão das correntes messiânicas bakhongo;
2. redução do analfabetismo promovida pela igreja protestante, como condição ao acesso às escrituras sagradas que um crente era obrigado, a partir da sua língua materna ;
3. exigência de assinaturas que a Cotonang fazia aos contratados impulsionando-os a aprender a ler e escrever;
4. admissão de jovens assimilados nos seminários da igreja católica;
5. êxodo da mão-de-obra barata do meio rural para os grandes centros urbanos;
6. incapacidade do domínio colonial no controlo da extensão do território angolano;
7. concentração dos distintos grupos socioculturais e etnolinguísticos nas mesmas propriedades económicas, enquanto mão-de-obra barata, antes subdividida pela força do «Estatuto do Indigenato»;
8. afastamento do governador de Malanje, Júlio Monteiro, da gestão da revolta da Baixa de Kasanji, sendo cabo-verdiano, carecendo-lhe confiança colonial;
9. O governador-geral de Angola, em 1961 foi o Juiz Silva Tavares, reinol originário da Índia, sendo civil, para um regime habituado a nomear militares.

Povos retalhados pelo assimilacionismo, viram-se unidos perante a crise da década de 1930, obrigando-os a aderir às roças e fazendas das monoculturas, cuja oportunidade permitiu veicular as experiências do passado na luta contra o intromissor ocidental: a guerra de Mutu ya Kevela de 1902 entre os planálticos; a revolta dos Helelo do Kalahary de 1909; a revolta de Álvaro Talante Buta de 1913 entre os Bakhongo; os Ovambo do Mandume, em 1915; as rebeliões dos Vasele de 1917 e 1924, entre outros.

A «Baixa de Kasanji» não aparece na história como mais uma cena em que portugueses colonialistas, fascistas, exploradores e angolanos colonizados e explorados foram actores do mesmo palco com saída pela porta da tragédia pois, o problema não era

necessariamente entre brancos, mestiços e negros mas, de exploradores e explorados, apesar de aqueles serem, no geral, brancos e estes, negros. Como todas as revoltas, expressão da explosão de todo um conjunto de humilhações que foram alvos, não conheceram lideranças assumidas com empenho e convicção, senão no âmbito da guerrilha, pelo que os resultados foram desastrosos e o seu impacto continua reflectindo-se na vida hodierna.

12. Conclusões

O elevado grau de violência, do branco contra o indígena alfabetizado em línguas maternas, permitiu que os instrumentos aplicados na gestão do sistema colonial servissem de armas poderosas contra os seus autores pois, os portugueses não conseguiram conhecer os africanos que do resto tratava-se de um povo do mesmo estrato Bantu, repartido politicamente em consequências do desenvolvimento das forças produtivas, emergidas do conflito do sistema de parentesco fundamentado na linha patriarcal tradicional endógena. O suporte ancestral é, sempre foi e continuará sendo o mesmo entre os aparentemente diferentes grupos etnolinguísticos de Angola conhecidos genericamente por Ovimbundu, Ambundu, Bakhongo, Cokwe, Lunda, Lwimbi, Nyaneka, Ambô, Helelo.

A penetração europeia de 1482 a 1885 aconteceu, por coincidência, no período do desmembramento destas entidades sociopolíticas, em resposta ao desenvolvimento das forças produtivas acima ditas, cuja dimensão etno-histórica foi mal entendida pelos intromissores que acreditaram tratar-se de hordas de fácil subjugação. Convencidos que tinham o domínio sobre a realidade em epígrafe entre 1885 e 1926, os portugueses caíram na ilusão das vitórias das campanhas de pacificação militar mal consolidadas.

A incapacidade portuguesa no controlo de Angola explica-se pelo facto de que em plena década de 1940, bolsas territoriais podiam ser encontradas livres do jugo colonial e consideráveis resíduos do poder da autoridade tradicional endógena, pelo que, tal como no meio urbano, toda e qualquer manifestação anticolonial conheceu lideranças uterinas traduzidas na perspectiva matrilinear no âmbito do parentesco multifuncional na perspectiva Bantu. Os líderes das famílias alargadas, em situações sociopolíticas concretas transcendem às estruturas do poder tradicional endógeno com envergadura de influenciar as famílias de menores dimensões. Estas estruturas até aqui continuam inabaláveis na mesma intensidade. O exemplo é relativos aos quase permanentes conflitos

entre simpatizantes da UNITA e do MPLA ao longo do corredor ciyaka da faixa etno-geográfica que une as províncias de Benguela e Huambo.

A linha condutora das energias da força vital das elites sociopolíticas de Angola foi forjada pelo mercantilismo europeu do séc. XV/XIX, com a emersão da burguesia escravagista negra. Em consequência do abolicionismo do séc. XIX, esta classe converteu-se na burguesia do comércio à longa distância substituindo o escravo traficado por mercadorias naturais limitadas entre o marfim, o latex¹ e a cera que, para a sustentação estratégica, os sertanejos e pombeiros brancos, negros e mestiços esposaram as filhas dos Sobas, cruzando a burguesia mercantil com a aristocracia endógena uterina. Desta aliança resultou um tipo de burguesia que, no final do comércio sertanejo do início do séc. XX, converteu-se no poder eclesiástico protestante rural.

Os instrumentos aplicados nesta época, para a gestão colonial, partindo da governação de Norton de Matos no início do século, serviram de inserção desta burguesia no sistema pois, bisnetos dos pombeiros e sertanejos os reinóis, mestiços, assimilados e indígenas assim categorizados eram filhos de Sobas, Padres e Pastores que, beneficiando-se das bolsas, regressaram munidos de poderes para coadjuvar os países irmãos uterinos na luta contra o colonialismo. Assim, a década de 1960 serviu de unidade e despertou a consciência humilhada ao longo dos séculos.

Bibliografia recomendada:

BENOT, Yvens. (1969). *Ideologias das Independências Africanas*. 2 vol.

CANN, John P. (1998). *Contra-insurreição em África. 1961 – 12974. O modo português de fazer a guerra*.

CARVALHO, Rui. Duarte. (1997). *Aviso à Navegação*. INALD. Luanda

CASTO, Norberto. (1996). *Ano de Kasanji*. Luanda

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. (2006). *O Estatuto do Indigenato, Angola*. Chá de Caxinde.

GALVÃO, Henrique. (1974). *O Assalto ao Santa Maria*. Edições Delfo. Lisboa.

¹ Conhecido por borracha vegetal.

HEIMER, Franz-Wilhelm. (s/d). O processo de descolonização em Angola 1974 – 1976. CEDEP. Instituto Superior de Economia. Lisboa.

HENDERSON, Lawrence W. (1990). *A Igreja em Angola*. Além-Mar. Lisboa.

MILLER, Joseph C. (1995). *Poder Político e Parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola*. Arquivo Histórico Nacional. Luanda.

ROCHA, Edmundo. (2001). *Angola, Contribuição ao Nacionalismo Moderno Angolano*. 2 vol.

SANTOS, Eduardo dos. (1969). *Religiões de Angola*. JIU. Lisboa.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. (2010). *A guerra de angola, 1961 / 1974*. Academia Portuguesa da História

DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

João Valeriano

Resumo:

O artigo em questão irá abordar o art.º 75.º da Constituição da República de Angola, adiante designado por “CRA” sob a epígrafe (Responsabilidade do Estado e de outras Pessoas Colectivas Públicas).

No ordenamento jurídico angolano, o tema em foco é recente, e em termos de jurisprudência, começou a ser abordado num horizonte temporal não superior a 2 (*duas*) décadas, se tivermos presente o sistema político adaptado na altura da independência de Angola, com a estabilização da vida da comunidade política em que os interesses do Estado suplantavam os dos administrados. Como é óbvio, era difícil responsabilizar o Estado pelos seus actos ou omissões pois, o poder político instituído não tinha previsto constitucionalmente tal realidade.

Para melhor compreensão do sentido e amplitude da responsabilidade civil da Administração Pública, haverá toda a necessidade de se proceder ao uso da legislação infra-constitucional ao nosso alcance, porquanto a Administração Pública abarca muitos entes privados, desde que estes prossigam interesses públicos.

Relativamente aos requisitos da responsabilidade civil, é um dado assente que para o ente público ou privado investido de poderes de autoridade ser chamado a responder não é necessário que todos os seus pressupostos sejam preenchidos, mas sim, situações há em que basta a existência de um dano ou prejuízo na esfera do particular e para ser razão bastante de engajar a responsabilidade civil.

À responsabilidade civil do Estado está subjacente o dever de indemnizar e nos Estados democráticos de direito, os administrados têm os seus direitos e garantias consagrados nos textos constitucionais e demais legislação. Como é óbvio, quem detém certo poder, no caso do Estado, tende a criar lesões aos administrados com ou sem culpa. Assim, para mediar tal situação, o Estado cria mecanismos jurídicos para os administrados se socorrerem com o fim de protegerem e salvaguardarem os seus direitos e interesses legalmente tutelados.

Neste âmbito, os tribunais são as Instituições mais fiáveis para garantir a tutela efectiva dos direitos e garantias dos particulares, sem descurar daquelas situações em que o próprio Estado se vê obrigado a ressarcir graciosamente os danos causados na esfera dos administrados.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil; Administração Pública; Tribunais.

Abstract:

The article in question will address the art. # 75 . Constitution of the Republic of Angola, hereinafter " CRA " entitled (Liability of State and other IRPC Public) .

In the Angolan legal system , the subject is in focus recently , and in terms of jurisprudence , began to be addressed in a timeframe not exceeding two (2) decades , if we have adapted this political system at independence of Angola , with stabilization of the political life of the community in which the interests of the state outweigh the administered . Obviously , it was difficult to hold the state responsible for their acts and omissions because the political establishment had not anticipated such constitutionally reality.

To better understand the meaning and extent of liability of the Public Administration , will all need to be made to the use of infra -constitutional legislation within our reach , because public administration involves many private entities , provided they pursue public interests .

For the requirements of liability , it is undisputed that the public or private entity vested with powers of authority to be called to account is not necessary that all your assumptions are met , but yes, there are situations where the existence of a sufficient damage or injury in the private sphere and to be reason enough to engage the liability .

Civil liability for the state underlies the duty to indemnify and the democratic rule of law , administered have their rights and guarantees enshrined in constitutions and other legislation . Obviously , whoever holds some power in the case of the state , tends to create lesions administered with or without guilt . Thus , to mediate such a situation , the state creates legal mechanisms for bailing if administered in order to protect and safeguard their rights and legally protected interests .

In this context , the courts are the most reliable institutions to ensure the effective protection of the rights and guarantees of individuals , without neglecting those situations where the State itself is obliged to compensate the damage caused gracefully on the part of individuals .

Keywords: Liability , Public Administration ; Courts .

O tema que nos vamos debruçar encontra a sua consagração legal no art.º 75.º da Constituição da República de Angola, adiante designado por “CRA” sob a epígrafe (Responsabilidade do Estado e de outras Pessoas Colectivas Públicas), preceituando expressamente que “ *1 – O Estado e outras pessoas colectivas são solidaria e civilmente responsáveis por acções e omissões praticadas pelos seus órgãos, respectivos titulares, agentes e funcionários, no exercício das suas funções legislativas, jurisdicionais e administrativas, ou por causa delas, de que resulta violação dos direitos, liberdade e garantias ou prejuízos para o titular deste ou para terceiros;*

2 – Os autores dessas acções ou omissões são criminal e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.”

Para dizer que este texto Constitucional é vastíssimo e complexo, entretanto, nos atemos somente à função Administrativa dada a conexão existente entre o seu texto e a Administração Pública.

No ordenamento jurídico angolano, o tema em foco é recente, e em termos de jurisprudência, começou a ser abordada num horizonte temporal não superior a 2 (*duas*) décadas se tivermos presente o sistema político adaptado na altura da independência de Angola, com a estabilização da vida da comunidade política em que os interesses do Estado suplantavam os dos administrados.

Como é óbvio, era difícil responsabilizar o Estado pelos seus actos ou omissões pois, o poder político instituído não tinha previsto constitucionalmente tal realidade.

A responsabilidade civil do Estado encerra em si uma série de significados se tivermos presente os aspectos temporais e espaciais que a caracterizam uma vez que o sentido de responsabilidade do Estado de ontem não é o mesmo de hoje e tão pouco o será amanhã. Entretanto, o mais certo é que o termo responsabilidade impende sobre alguém que para todos os efeitos terá de responder pelo seu acto ilícito em princípio. A palavra princípio tem outro significado, pois quando a pessoa responsável é o Estado, nem sempre é necessário que este pratique um acto ilícito ou tenha culpa sobre o efeito, tendo presente a responsabilidade do ente público em termos objectivos ou pelo risco da sua actividade. Sobre a responsabilidade pelo risco, o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, da citação feita a partir de Maria da Glória Garcia, explica que “... a responsabilidade pelo risco assim delimitada opera em relação a serviços e operações materiais da Administração que são geralmente inidentificáveis como incluídas na actividade desenvolvida sob a égide do direito público, não suscitando especiais dificuldades de aplicação”²

É nesta esteira doutrinal que Gomes Canotilho / Vital Moreira tornam extensiva a responsabilidade no sentido de que “A responsabilidade do Estado e demais entidades públicas deve entender-se, (...) à responsabilidade por risco. Embora (...) a ideia de responsabilidade solidária possa ser entendida por alguma doutrina no sentido de limitar o alcance deste preceito à responsabilidade por actos ilícitos e culposos ou, pelo menos, ilícitos, a protecção constitucional do direito à reparação de danos deve entender-se às hipóteses da responsabilidade pelo risco em que haja violação de direitos, liberdades ou garantias ou prejuízos para os particulares derivados de acções ou omissões do poder público.”³

Para melhor compreensão do sentido e amplitude da responsabilidade civil da Administração Pública, haverá toda a necessidade de se proceder ao uso da legislação infra-constitucional ao nosso alcance porquanto a Administração Pública abarca muitos entes privados, desde que estes prossigam interesses públicos.

² Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento – Responsabilidade Civil Extra-Contratual do Estado, Coimbra Editora, 2002, pág. 243

³ GOMES, Canotilho / Vital Moreira – Constituição da República Portuguesa, Anotada, Volume I, 4.ª Edição Revista, Coimbra Editora, 2007, pág. 439

Relativamente aos requisitos da responsabilidade civil, é um dado assente que para o ente público ou privado investido de poderes de autoridade ser chamado a responder não é necessário que todos os seus pressupostos sejam preenchidos, mas sim, situações há em que basta a existência de um dano ou prejuízo na esfera do particular, e para ser razão bastante de engajar a responsabilidade civil. Carla Amado Gomes diz que “*A responsabilidade objectiva da Administração Pública não tem qualquer ligação a uma ideia de culpa, antes se relaciona com o desenvolvimento de actividades que envolvem um certo risco social e tem o seu funcionamento último numa ideia de justa repartição dos encargos.*”⁴

É assim que o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça determina que “*A categoria de responsabilidade do acto lícito procurou responder a situações de sacrifício legítimo porque imposto pelo interesse comum pois que por força do princípio da igualdade perante os encargos públicos, não devem permanecer sem compensação.*”⁵

Quanto à matéria de indemnização aquele Gabinete explicita ainda que “*Assim, há lugar a compensação quando, no interesse legal, a Administração, por acto jurídico ou material lícito, impuser encargos ou causar prejuízos especiais e anormais aos particulares.*”⁶

À responsabilidade civil do Estado está subjacente o dever de indemnizar e, nos Estados democráticos de direito, os administrados têm os seus direitos e garantias consagrados nos textos constitucionais e demais legislação. Como é óbvio, quem detém certo poder, no caso do Estado, tende a criar lesões aos administrados com ou sem culpa. Nisto, Carla Amado Gomes diz que “*O Estado não se pode demitir de compensação pelos danos que a sua actividade provoca, caso estes revistam uma intolerabilidade superior à normal.*”

⁷ Assim, para mediar tal situação, o Estado cria mecanismos jurídicos para os

⁴ GOMES, Carla Amado – Contributo para o Estudo das Operações Materiais da Administração Pública e do seu Controlo Jurisdicional, Coimbra Editora, 1999, pág. 416

⁵ Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento – ob. cit. pág. 263

⁶ Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento – ob. cit. pág. 264

⁷ GOMES, Carla Amado – Três Textos sobre o Novo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, Edição AAFDL, 2008, pág. 83

administrados se socorrerem com o fim de protegerem e salvaguardarem os seus direitos e interesses legalmente tutelados.

Neste âmbito, os tribunais são as Instituições mais fiáveis para garantir a tutela efectiva dos direitos e garantias dos particulares, sem descurar daquelas situações em que o próprio Estado se vê obrigado a ressarcir graciosamente os danos causados na esfera dos administrados.

I. Noção de Responsabilidade Civil

A ideia que se extrair da noção de responsabilidade civil é a de que alguém, ao praticar um acto, contrário à ordem jurídica, lesa interesses de outrem devendo assim, ser compelido a indemnizá-lo.

Aqui, o termo responsabilidade civil, segundo Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos clarificam que *“O qualificativo civil da responsabilidade não remete para o direito privado (...) esta visa predominantemente a reparação de danos”*

De igual modo, João Caupers afirma que *“A ideia de responsabilizar o Estado pelos seus actos – isto é, de o obrigar a suportar as consequências destes – era desconhecida antes do início do século XIX: a manifestação da vontade do soberano não podia gerar qualquer obrigação de indemnização, the king can do no wrong.”*⁸

Assim, por se tratar de um acto da Administração Pública em representação do Estado nem sempre há a inversão da ordem jurídica instituída, bastando para que haja a responsabilidade civil a verificação do dano independentemente da ilicitude ou não do acto, com ou sem culpa.

Nestes termos, Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos, afirmam que *“A responsabilidade civil é o conjunto de circunstâncias da qual emerge para a administração e seus titulares de órgãos, funcionários ou agentes, a obrigação de indemnização dos prejuízos causados a outrem no exercício da actividade administrativa.”*⁹

⁸ SOUSA, Marcelo Rebelo de Sousa e MATOS, André Salgado de – Direito Administrativo Geral, Tomo III, 2.ª Edição, Dom Quixote, 2009, pág. 477

⁹ SOUSA, Marcelo Rebelo e MATOS André Salgado de – Responsabilidade Civil Administrativa, Direito Administrativo Geral ... ob. cit. pág 447

Nesta senda, Deocleciano Torrierri Guimarães define o instituto de responsabilidade civil como “... *obrigação imposta a uma pessoa de ressarcir os danos que causar a alguém. Pode ser contratual se prevista em contrato, regendo-se pelos princípios gerais do contrato; e extracontratual também denominada [aquiliana], que se baseia, por acções ou omissões voluntárias, negligência ou imprudência, violar o direito ou causa prejuízos a outrem, fica obrigado a reparar o dano.*” ¹⁰

No mundo moderno, é o Estado realmente o sujeito jurídico economicamente mais poderoso.

O particular, o administrado portanto, possui posição de subordinação, mesmo que protegido por inúmeras normas do ordenamento jurídico.

Deste modo, Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos explicitam que “*O princípio vigente na Ordem Jurídica é o de que os prejuízos são suportados por quem os sofre, mas a situação pode inverter-se quando sejam causados por factos imputáveis a pessoas distintas daquelas em cuja esfera jurídica ocorrem. Nestes casos impõe-se prima facie que os lesados sejam ressarcidos dos danos sofridos por aqueles que os provocam.*”

11

Se assim é, não seria curial que diante de prejuízos advindos da Administração Pública tivesse ele o administrado de suportar os danos individualmente.

Assim João Caupers realça que “*O objectivo primeiro da responsabilidade do Estado e de outras entidades envolvidos no exercício de actividades de natureza pública é a transferência do dano referido pelo cidadão para o seu causador.*” ¹²

Já José Carlos Vieira de Andrade relativamente a responsabilidade civil da Administração Pública diz que “*Deve entender-se que a responsabilidade civil pública não tem de se limitar às violações propriamente ditas, dos direitos que ressaltam de actos ilícitos e culpas, alargando-se a uma responsabilidade de algum modo objectiva decorrente de acções ou omissões dos órgãos e agentes públicos, em especial no exercício da função administrativa – devendo considerar-se as situações de funcionamento anormal ou da*

¹⁰ GUIMARÃES, Deocleciano Torrierri – Dicionário Jurídico, 6.ª Edição Revista e Actualizada, São Paulo, Editora Rudeel, 2004, pág. 469

¹¹ SOUSA, Marcelo Rebelo e MATOS André Salgado de – Direito Administrativo Geral ... ob. cit. pág. 477

¹² CAUPERS, João - ob. cit. pág 320

«culpa organizacional» estabelecer-se presunções de culpa em caso de ilicitude ou de incumprimento de deveres especiais de cuidado, e admitir-se a responsabilidade pelo risco relativamente a actividades especialmente perigosas.»¹³

Nisto, passou-se a considerar que a Administração Pública, enquanto poder executivo e, por ser o mais poderoso de entre os poderes do Estado, teria que circular com o risco natural decorrente da sua gigantesca actividade.

Assim Paulo Vieira e Moura diz que *“O dever do Estado é ressarcir os prejuízos sofridos pelos administrados em consequência da acção dos seus órgãos, funcionários e agentes, é um dado que hoje não sofre qualquer espécie de contestação sendo seguro afirmar-se que o princípio da responsabilidade dos entes públicos é um princípio estruturante de todo o Estado que se pretende de Direito.”¹⁴*

O Estado enquanto Administração Pública, como ente juridicamente personalizado, é uma pessoa intangível que em princípio não deveria causar danos a ninguém. A sua actuação é consolidada pelos seus agentes são pessoas físicas capazes de manifestar vontade real.

Contudo, como essa manifestação evolutiva é imputada ao Estado, cabe a ele a responsabilidade civil pelos danos causados por aqueles que o fazem presente no universo jurídico.

Neste aspecto, João Caupers diz que *“O conceito jurídico de responsabilidade traduz sempre a ideia de sujeição às consequências de um comportamento. Trata-se de um conceito de base ética, que remete originariamente para uma relação causal entre a adopção consciente e voluntária de um comportamento lesivo de valores socialmente relevantes – e, por isso merecedor de protecção – e as consequências reprováveis resultantes de tal comportamento.”¹⁵*

A Administração Pública enquanto ente criada juridicamente para tornar possível a vida humana, organizada nas sociedades modernas, o Estado se torna uma pessoa sujeita à responsabilidade civil. Carla Amado Gomes ajuíza que *“... em virtude de uma administração cada vez mais inventora, múltiplas ingerências, muitas vezes danosas das*

¹³ ANDRADE José Carlos Vieira de – Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 3.ª Edição, Almedina, 2004, pág. 380

¹⁴ MOURA, Paulo Veiga e – A Privatização da Função Pública, Coimbra Editora, 2004, pág. 175-176

¹⁵ CAUPERS, João – ob. cit. pág. 320

*suas posições jurídicas subjectivas, os cidadãos têm a contrapartida desse sacrifício numa indemnização saída do erário público, repercutindo-se assim, a lesão da comunidade em geral.”*¹⁶

Hodiernamente, é pacífico falar-se em responsabilidade civil do Estado e é aceite universalmente. No entanto, para se chegar a este estágio de desenvolvimento, os Estados, experimentaram variadas teorias de configuração da sua responsabilidade civil perante o ordenamento jurídico. Para o efeito, vigoravam as teorias da irresponsabilidade pois dizia-se que o Estado era uma pessoa de bem e que, em princípio, não lesava interesses de particulares, posteriormente, passou-se para a responsabilidade com culpa e, finalmente, a responsabilidade do Estado mesmo que não haja culpa, bastando a verificação de um prejuízo ou dano, que é o sentido de responsabilidade dos dias de hoje.

O legislador angolano, mesmo não tendo se debruçado sobre a matéria na altura, o poder político “*rectius*” o executivo, só a título ilustrativo, desde o fim da guerra civil, tem estado a atribuir viaturas novas a certos cidadãos que outrora eram proprietários de viaturas requisitadas pelas Forças Armadas ou outro ente público e que as mesmas foram destruídas durante o período de guerra ao serviço do interesse do Estado, transportando bens essenciais às populações.

Neste contexto, o Estado-Administração tem estado a indemnizar os administrados sem que para tal tenha culpa tanto por sua parte ou mesmo pelos seus agentes. Deste modo, Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos, explicitam que “*A responsabilidade civil por facto lícito decorre do princípio da justa distribuição dos encargos públicos: segundo aquele princípio, os prejuízos resultantes do exercício de uma actividade que visa a prossecução de interesse colectivo devem ser suportados pelo colectivo que dele beneficiam e não exclusivamente pelo lesado.*”¹⁷

Destarte, é pacífico a implementação do princípio da justa distribuição dos encargos públicos que, para o efeito, no nosso ordenamento jurídico fundamenta-se nos princípios de Estado Democrático e de Direito e da Igualdade nos termos do art.º 2.º e 23.º ambos da CRA.

¹⁶ GOMES, Carla Amado – Contributo para o Estado das Operações Materiais da Administração Pública, pág.417

¹⁷ SOUSA, Marcelo Rebelo de e MATOS, André Salgado de - ob. cit. pág 477

II. Enquadramento Jurídico-Constitucional da Responsabilidade Civil da Administração Pública

A inserção do legislador constituinte da responsabilidade civil do Estado e de outras pessoas colectivas públicas no Título II, capítulo II sob a epígrafe “*Direitos, Liberdade e Garantias*” nos termos do art.º 75.º da CRA aparece como um direito fundamental. E deste modo, sendo um direito fundamental, o que é característico das sociedades modernas é que os direitos fundamentais como tal, são inerentes aos administrados, logo, há toda a legitimidade de que em caso de lesão, os particulares têm o direito de pedirem a responsabilidade do Estado, mais concretamente à Administração Pública e demais pessoas colectivas investidas de poderes públicos em repararem os danos criados no exercício das suas funções ou actividades, independentemente do tipo de gestão, isto é, pública ou privada.

Ainda assim, sobre a dicotomia entre gestão pública e privada, o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça clarifica que “... *o que verdadeiramente está em causa é o efeito, de um regime próprio de responsabilidade civil, não é o tipo de gestão, mas sim o exercício da função administrativa em si, independentemente da natureza dos meios empregues e dos sujeitos a que é confiado.*”

18

Do nosso ponto de vista, aferimos esse entendimento nos termos do art.º 2.º¹⁹ do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro. Em caso de conflitos, todas as matérias que envolvem a Administração Pública são dirimidos pelos tribunais, tal como Diogo Freitas do Amaral / Mário Aroso de Almeida o afirmam que “... *a jurisdição administrativa passa a ser competente para a apreciação de todas as questões de responsabilidade civil que envolvessem pessoas colectivas de direito público independentemente da questão de*

¹⁸ Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça - ob. cit. pág 258

¹⁹ “1 – O presente diploma aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública e a todos os actos em matéria administrativa, praticados pelos órgãos do Estado que, não sendo contudo da Administração Pública, desempenham funções materialmente administrativas.

2 – Para efeitos deste diploma são órgãos da Administração Pública:

- a) Os órgãos centrais e locais do Estado que exerçam funções administrativas;
- b) Os órgãos dos Institutos Públicos e das Associações Públicas.

3 – O regime fixado no presente diploma é também aplicável aos actos praticados por empresas concessionárias no uso de poderes de autoridade.”

*saber se tais questões se regem por um regime de direito público ou por um regime de direito privado.”*²⁰

A actividade administrativa é bastante ampla pois pode ser exercida não só por entidades públicas como por pessoas colectivas privadas investidas de poderes públicos.

Obviamente, são aquelas actividades materialmente administrativas que caem no âmbito do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95 de 15 de Dezembro.

Nisto, Marcelo Rebelo de Sousa e Andrade Salgado de Matos explicitam que “... *a função administrativa pode ser definida de modo positivo: ela compreende actividade pública contínua tendente à satisfação das necessidades colectivas em cada momento seleccionados, mediante prévia opção constitucional e legislativa, como desígnios da colectividade política – ou seja, os interesses públicos contingentes.*”²¹

A responsabilidade civil do Estado e demais pessoas colectivas públicas inserta nos termos do art.º 75.º da CRA, assume também a forma solidária com os titulares dos órgãos, funcionários ou agentes no exercício das suas funções. Para o caso subjudice estão em causa as funções administrativas que caem no âmbito da Administração Pública. Nesta base, a partir dos estudos feitos pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça aclara que “... *quando está em causa o exercício de funções públicas, a responsabilidade directa do titular de órgão, funcionário ou agente (...) e o directo de regresso sobre ele apenas devem existir quando tenha havido dolo ou culpa grave da sua parte.*”²²

Assim, enquanto estivermos perante a falta de legislação infraconstitucional uma vez que estes devem responder solidariamente com os seus agentes, o caminho a seguir é o recurso do direito civil em vigor no País nos termos do art.º 239.º²³ da CRA.

Neste âmbito, no plano das relações internas poderá haver o direito de regresso do Estado e demais entidades públicas contra os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes,

²⁰ AMARAL, Diogo Freitas do / ALMEIDA, Mário Aroso de – Grandes Linhas de Reforma do Contencioso Administrativo, 3.ª Edição Revista e Actualizada, Almeida 2007, pág. 34 e 35

²¹ SOUSA, Marcelo Rebelo de / MATOS, André Salgado de – Direito Administrativo Geral... ob. cit. pág. 41

²² Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça - ob. cit. pág. 259

²³ O direito ordinário anterior à entrada em vigor da Constituição mantém-se desde que não seja contrário à Constituição

dado que a responsabilidade do Estado visa garantir ao administrado o seu direito fundamental.

Neste contexto, Gomes Canotilho / Vital Moreira dizem que *“É indiscutível que cabe ao âmbito normativo do preceito a responsabilidade civil da Administração por acções ou omissões praticadas no exercício da função administrativa ou seja, está constitucionalmente consagrada a responsabilidade civil da Administração por acções ou omissões praticadas por titulares de órgãos, funcionários ou agentes no exercício ou por causa do exercício da função administrativa.”*²⁴

Para essa questão, o art.º 75.º da CRA, define expressamente as funções em legislativas, jurisdicionais e administrativas.

Assim, quando o Estado pratica funções legislativa e jurisdicional ao abrigo do art.º 75.º da CRA, em caso de responsabilidade civil, os seus titulares, agentes ou funcionários dificilmente respondem, dispensando deste modo a solidariedade nesta parte. Carla Amado Gomes diz que *“... quando o legislador prevê a responsabilização dos funcionários administrativos em virtude da prática de acto «que tiveram excedido os limites da função» está a pensar em faltas pessoais, em condutas que, apesar de terem ocorrido durante o desempenho da função, não a tem nem subjectiva nem objectivamente, como causa.”*²⁵

O art.º 75.º da CRA, não clarifica a responsabilidade civil dos funcionários limitando-se apenas em solidariedade, salvo quanto aos aspectos criminais e disciplinares nos termos do art.º 75.º, n.º 2 da CRA.

CONCLUSÃO

Aguisa de conclusões, podemos aferir que a figura de responsabilidade civil do Estado e demais pessoas colectivas com consagração constitucional, é um dado novo, porquanto ao longo da história de Angola nunca tinha sido prevista.

Entretanto, os danos na esfera dos particulares sempre se registaram e como recurso, são os diplomas legais infraconstitucionais que deram solução aos litígios emergentes da actividade da Administração Pública.

²⁴ CANOTILHO, Gomes / MOREIRA, Vital - ob. cit. pág. 626

²⁵ GOMES, Carla Amado – Contributo para o Estado das Operações Materiais da Administração Pública... pág. 404

A consagração constitucional da responsabilidade civil do Estado está inserta no capítulo dos Direitos Fundamentais o que nos leva a crer que o legislador constitucional qualifica a responsabilidade civil do Estado como um direito do administrado.

A actividade administrativa é extensiva, não só aos entes públicos, como também àquelas pessoas privadas investidas de poder público.

A actividade administrativa é dinâmica, logo o seu exercício é passível de gerar danos na esfera do particular.

Verificado o dano, cabe ao ente público ressarcir os prejuízos provocados à custa da colectividade.

Angola é um Estado novo, e, novidade ainda é a consagração constitucional da responsabilidade civil do Estado, cuja produção da legislação infraconstitucional relativamente à função administrativa é um imperativo.

LEGISLAÇÃO UTILIZADA

- 1- Constituição da República de Angola
- 2- Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- 1- **Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça** – Responsabilidade Civil Extra-Contratual do Estado, Coimbra Editora, 2002;
- 2- **GOMES, Canotilho / MOREIRA, Vital** – Constituição da República Portuguesa, Anotada, Volume I, 4.ª Edição Revista, Coimbra Editora, 2007;
- 3- **GOMES, Carla Amado** – Contributo para o Estudo das Operações Materiais da Administração Pública e do seu Controlo Jurisdicional, Coimbra Editora, 1999;

- 4- **Três Textos** – Sobre o Novo Regime da Responsabilidade Civil Extra-Contratual do Estado e Demais Entidades Públicas, Edição AAFDL, 2008;
- 5- **SOUSA, Marcelo Rebelo de e MATOS, André Salgado de** – Direito Administrativo Geral, Tomo III, 2.^a Edição, Dom Quixote, 2009;
– Responsabilidade Civil Administrativa, Direito Administrativo Geral.
- 6- **CAUPERS, João** – Introdução ao Direito Administrativo, 10.^a Edição, Âncora, 2009;
- 7- **GUIMARÃES, Deocleciano Torrierri**– Dicionário Jurídico, 6.^a Edição Revista e Actualizada, São Paulo, Editora Rudeel, 2004;
- 8- **ANDRADE, José Carlos Vieira de** – Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 3.^a Edição, Almedina 2004;
- 9- **MOURA, Paulo Veiga e** – A Privatização da Função Pública, Coimbra Editora, 2004;
- 10- **AMARAL, Diogo Freitas do / ALMEIDA, Mário Aroso de**– Grandes Linhas de Reforma do Contencioso Administrativo, 3.^a Edição Revista e Actualizada, Almedina, 2007.

PSICOLOGIA

OS SETE PILARES DA NATUREZA HUMANA. UMA CRÍTICA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL POR MEIO DA ANÁLISE DOS GRANDES DESAFIOS EVOLUTIVOS

Thiago Perez Bernardes de Moraes²⁶

thiagomoraessp@hotmail.com

Resumo:

A teoria da escolha racional é o lastro do individualismo metodológico da económica política e a sua influência não ficou restrita a este campo, ao contrário, avançou para as demais ciências sociais. Contudo, a teoria por vezes parece ter baixa aderência à realidade, sobretudo por não elucidar a origem da formação das preferências. Em contraste, a teoria evolucionista ao se dedicar aos aspectos proximais e distais do comportamento, desenvolveu importantes *insights* sobre a formação das preferências e das estratégias sociais. Identificamos os sete principais problemas evolutivos: 1)evitar danos físicos; 2)evitar doenças; 3)fazer amigos; 4)galgar *status* social; 5)adquirir parceiro sexual; 6)reter o parceiro; 7)arcar com o ónus dos cuidados à família; analisamos o efeito que estes desafios tiveram na composição dos módulos cognitivos e das respostas adaptativas. Ao que parece, a racionalidade como proposta pela teoria da escolha racional, não parece capaz de produzir soluções do tipo óptimas para os problemas propostos.

²⁶ O autor é cientista político, professor de ciências sociais e direito, é pesquisador na área de psicologia social pela Universidad Argentina John Kennedy. thiagomoraessp@hotmail.com

Palavras-Chave:

Teoria da escolha racional, psicologia evolucionista, desafios evolutivos, adaptações psicológicas.

Abstract:

The rational choice theory is the ballast of methodological individualism from political and economic influence was not restricted to this field, on the contrary, advanced to the other social sciences. However, the theory sometimes appears to have low adherence to reality, especially not to elucidate the origin of formation of preferences. In contrast, the evolutionary theory to devote himself to the proximal and distal aspects of behavior, developed important insights into the formation of preferences and social strategies. Identify the 7 major evolutionary problems: 1) avoid injury; 2) avoid diseases; 3) make friends; 4) climb social status; 5) acquire sexual partner; 6) retain the partner; 7) bear the burden of care to the family; We analyze the effect that these challenges had on the composition of cognitive modules and adaptive responses. Apparently, rationality as proposed by the theory of rational choice, doesn't seem capable of producing optimal solutions to the issues proposed.

Keywords: Rational choice theory, evolutionary psychology, evolutionary psychological adaptations, challenges.

Introdução

A teoria da escolha racional se tornou hegemónica nas abordagens da economia neoclássica e tal influência migrou também para o campo das demais ciências sociais. A teoria é baseada num individualismo metodológico e prevê que os agentes são dotados de informações perfeitas e traçam suas estratégias visando maximizar o custo e diminuir o ônus de forma auto-interessada. Os indivíduos para realizarem as escolhas, estratificam todas as opções existentes e *a posteriori* escolhem a opção do tipo ótima, e como são consistentes as escolhas, elas são inflexíveis, ou seja, o agente faz sempre a mesma escolha (à revelia das demais).

Entretanto, a teoria tem sido alvo de duras críticas, sobretudo no que diz respeito à sua aparente baixa aderência à realidade. Os teóricos da escolha racional não dão larga inteligibilidade sobre a origem das preferências, no limite, eles definem que como a economia sabe pouco sobre a formação das preferências, o mais útil, é pressupor que os agentes são maximizadores auto-interessados.

No lugar da teoria da escolha racional propomos que a psicologia evolucionista tem *insights* úteis para a compreensão da formação das preferências e também para uma série de comportamentos sociais. A chave do pensamento evolucionista é de que as mesmas pressões de seleção natural e sexual que compõem a nossa morfologia nos proporcionaram também inclinações comportamentais adaptativas. Isso porque nessa leitura o cérebro é composto por uma série de módulos mentais que surgiram para executar respostas funcionais aos problemas adaptativos recorrentes na paisagem onde evoluiu a espécie humana.

Identificámos sete desafios que podemos definir como centrais na evolução da espécie humana: 1) evitar danos físicos; 2) evitar doenças; 3) fazer amigos; 4) galgar *status* social; 5) adquirir um parceiro sexual; 6) reter o parceiro; 7) arcar com o ônus dos cuidados à família. Analisámos o efeito que estes desafios tiveram na composição dos módulos cognitivos e das respostas adaptativas. Ao que parece, a racionalidade como proposta pela teoria da escolha racional, não parece capaz de produzir soluções do tipo ótimas para os problemas propostos.

1. A teoria da escolha racional e críticas convencionais

Um problema clássico comum a toda a ciência social gira em torno de como as pessoas formulam as suas decisões e preferências. Nesse sentido uma série de abordagens recentes vem se valendo de *insights* da teoria da escolha racional, entretanto, ao que parece tal teoria, mesmo trazendo consigo alguns resultados consistentes, não consegue captar as *nuances* essenciais da vida social real (Pescosolido, 1992). A teoria da escolha racional é o principal ingrediente do individualismo metodológico próprio da economia neoclássica²⁷. Essa abordagem tornou-se hegemónica não só no campo da economia

²⁷ O restante da teoria neoclássica também se mostra inaderente à realidade. Presume-se aqui que todo mercado esteja sempre em ritmo máximo de funcionamento, ou seja, toda produção é imediatamente vendida, não há estoque e nem tampouco efeito da concorrência. Aqui, também não existe desemprego, os indivíduos escolhem quando e quanto trabalhar e os que estão desempregados estão voluntariamente nesta condição visando maximizar as oportunidades de lazer, pois nesse modelo a sociedade está sempre em pleno emprego. Lembrando que para a teoria, lazer, é o mesmo que não fazer nada, uma atividade sem custo. Além de não ser realista, a teoria é no limite

política, mas também nas outras ciências sociais como na sociologia (Coleman, 1994; Young, 1997), ciência política (Downs, 1957; Buchanan & Tullock, 1965; Stigler, 1971; Olson, 1971; Shepsle, 2006), relações internacionais (Levy, 1997; Goldsmith & Posner, 2000; Guzman, 2007), criminologia (Cornish & Clarke, 1986; Clarke & Felson, 1993; Nagin & Paternoster, 1993) e direito (Ulen, 1994; Posner, 1998; Hadfield, 1998; Keohane, 2002).

A teoria promove um individualismo metodológico onde todos os fenómenos sociais podem ser explicados em termos de racionalidade, ou seja, os indivíduos nesse sentido balizam todas as ações visando maximizar os ganhos e diminuir o ónus. O argumento teórico se lastreia por um arcabouço filosófico bastante pobre (valendo-se principalmente do utilitarismo de Benthan), que postula que qualquer que seja a escolha o qual o agente é submetido, não importando aqui nem o processo social nem as vias psicológicas que tenham posto a preferência em curso e nem a quantidade de opções, o agente sempre sabe tomar a decisão do tipo ótima no sentido de maximização da utilidade. Isso porque, com base no conhecimento de todas as opções os indivíduos supostamente *estratificam*²⁸²⁹ em ordem preferencial todas as escolhas e sempre escolhem a mais lucrativa e menos onerosa (Muramatsu & Bianchi, 2006). O objetivo da análise não é entender pura e simplesmente o comportamento individual, mas sim supor que o comportamento de toda sociedade representa a soma do comportamento de todos os indivíduos (racionais). Nesse sentido, os economistas encaram a sociedade como um mecanismo económico o qual tem uma lógica que não é só previsível, mas também matematicamente calculável. É como se a vida fosse um jogo entre máquinas calculadoras programadas com objetivos e dados heterogêneos numa visão que desconsidera as origens das motivações, a forma com que os atores sociais têm suas informações limitadas pelas vias institucionais e como a

normativa, visa em ultima instancia justificar a baixa intervenção do Estado na economia, pois, considerando que os indivíduos tenham escolhas ótimas, e o mercado esteja sempre no funcionamento máximo, qualquer ação do governo geraria inflação ou outro efeito indesejado. O agente da teoria racional “vive” neste mundo imaginário e é o principal componente dos modelos abstratos e irrealistas dos monetaristas (Lima, 2008; Moraes & Torrecillas, 2013).

²⁸ Para algumas questões há um grande numero de “soluções”, no mundo real, as pessoas dificilmente tem uma capacidade ilimitada de calculo e analisam todas as opções, elas geralmente buscam as soluções cognitivamente mais acessíveis e viáveis (Simon, 1973). Isso levando em conta que os indivíduos formulam suas escolhas buscando atalhos cognitivos através de simplificações e aproximações da realidade, pois a maior parte das pessoas é avessa ao esforço cognitivo (Fiske, 1992).

²⁹ Mesmo se assim fosse a teoria não leva em conta que os seres humanos têm percepção limitada da realidade o que lhes confere a possibilidade de serem passíveis a erros, de quererem realizar experimentações, de vivenciarem estágios de confusão. Enfim, mediante a isso é improvável que seres humanos tenham uma capacidade elevada de ordenar mentalmente todas as suas escolhas (Sen, 1990).

interação social dentro das redes de relacionamento exerce efeito sob o indivíduo (Monsma, 2000).

A maioria dos teóricos da racionalidade não elucida qual a fonte deste suposto *modus operandi* maximizador de utilidade. Outros teóricos da racionalidade vêem esta como resultado de um condicionamento psicológico. Há também pressupostos de que todos os agentes têm o mesmo nível de informação³⁰, que é do tipo ótima, e logo balizam em igual patamar suas escolhas, entretanto, é preciso considerar que no mundo atual, altamente complexo, o acesso a informações e a outros tipos de capitais se dá de forma assimétrica, logo, é impensável afirmar que todos os indivíduos são igualmente informados.

Mesmo os pressupostos da racionalidade tendo migrado para as demais ciências sociais e a noção de maximização de utilidade nesse sentido ser bem aceita, as evidências empíricas indicam que há uma gama de motivos para ação humana que extrapolam os limites da racionalidade, como é o caso da boa vontade e das ações altruístas. Essa noção de racionalidade é discrepante da realidade, pois ela faz parecer normal o egoísmo auto-interessado como algo normal e universal enquanto faz parecer um grande absurdo qualquer ação que seja contra preferencial (Sen, 1969).

No geral essa abordagem prevê que todos os indivíduos têm informação igual e perfeita sobre o mercado e com base nesta formulam suas decisões económicas sempre de forma perfeita. Como a racionalidade de todos os sujeitos dos indivíduos é consistente, os indivíduos ao invés de experimentarem mais de uma opção, quando confrontados com o mesmo problema, eles sempre fazem a mesma escolha. Por mais inaderente que seja o argumento, os economistas justificam-se dizendo que a economia pouco sabe a respeito de como as preferências são formadas, assim sendo, o mais conveniente é que se presumam as posturas humanas como invariantes (Becker, 1976).

2. Psicologia evolucionista e teoria social

A psicologia evolucionista para o comportamento representa o sucesso da biologia evolutiva dentro do estudo do comportamento humano. Em contraste com a teoria da escolha racional, esta abordagem tem como foco principal a origem da formação das

³⁰ No modelo racional tem se assumido que as pessoas têm informações perfeitas sobre os possíveis efeitos de toas as suas ações, entretanto, no mundo real as pessoas parecem usufruir apenas de informações imperfeitas, o que limita em larga medida a tomada de decisão do tipo ótima. Assim esse axioma propõe que as pessoas são capazes de calcular a utilidade esperada de cada ação quando enfrentam o risco. Os teóricos da racionalidade em geral concluem que situações de incerteza simplesmente não existem (Baert, 1997).

preferências dos agentes. O epicentro desta abordagem é a premissa de que todos os organismos vivos evoluíram para se comportar de maneira a elevar a vantagem evolutiva.

Nesse sentido a cognição, motivação e comportamento são intimamente interligadas, visto que todos são vetorizados pelo sistema neurobiológico e este assim como todos os outros sistemas surgiu em resposta às pressões de seleção natural. Podemos compreender então todo o aparelho neurobiológico como um todo composto de muitas adaptações projetadas para resolver problemas recorrentes no período ancestral. O papel da psicologia evolucionista nesse diapasão é formular perguntas sobre como os sistemas psicológicos se desenvolveram e qual a relação proximal e distal disto com o comportamento social contemporâneo (Griskevicius, Saad & Kenrick, 2013; Moraes, 2013a).

Uma visão importante do ponto de vista evolutivo é de que o cérebro é um órgão biológico que evoluiu de acordo com os princípios de seleção natural e é mobilizado por causas proximais e distais. Isso quer dizer que, mesmo consciente das ações, os indivíduos não tem acesso consciente à origem das motivações. Um homem, por exemplo, pode alegar que gostaria de comprar um carro de luxo porque ele tem acessórios personalizados e um poder de aceleração que o faz sentir bem, contudo, um carro de luxo proporciona não só isso, mas também um meio de elevar o capital social e conseqüentemente o valor no mercado matrimonial, o que proporciona acesso a mais parceiros sexuais e de melhor qualidade, aumentando o potencial reprodutivo (o que aumenta a vantagem evolutiva), (Griskevicius, Saad & Kenrick, 2013).

A vantagem evolutiva é impulsionada pela atividade dos sistemas motivacionais. Qualquer sistema destes inclui: 1)um modelo para reconhecimento de determinada classe de ameaças ou oportunidades ambientais; 2)estados motivacionais e fisiológicos destinados a mobilizar recursos relevantes; 3)regras cognitivas concebidas para analisar os *trade-offs* inerentes a varias ações; 4)conjunto de respostas formuladas a fim de responder a ameaças ou oportunidades vetorizadas pelos *inputs* ambientais. Cada sistema é vetorizado por uma espécie de gatilho inconsciente e também pode ter efeitos incidentais, isso porque, determinado comportamento pode servir a mais de um objetivo (Kenrick, Griskevicius, Neuberg & Schaller, 2010).

3. Os sete principais desafios sociais evolutivos e a teoria da escolha racional

Quando nos referimos à vantagem evolutiva, nos voltamos sempre para a sobrevivência e reprodução, contudo, há de se considerar que distintos problemas evolutivos tiveram que ser superados para promover sobrevivência e reprodução entre os indivíduos. Sendo os seres humanos animais sociais, há de se considerar que como tais, enfrentaram recorrentes problemas sociais no período ancestral. Os seres humanos enfrentaram uma gama de desafios sociais, mas alguns foram mais recorrentes do que outros.

Na tabela abaixo apontamos os sete desafios que podemos considerar como fundamentais. Devemos observar que cada um destes desafios ancestrais é qualitativamente diferente. Em verdade, por vezes a solução do tipo ótima para um problema evolutivo é totalmente antagónica para a solução de outro problema. As diferenças qualitativas entre os problemas sinalizam que o cérebro evoluiu para muito além da simples capacidade de fazer escolhas para maximizar as oportunidades eventuais de reprodução. Logo, podemos concluir que o cérebro não é apenas um solucionador de uso geral (que fica implícito na teoria da escolha racional), mas sim, um complexo órgão evoluído para resolução de desafios evolutivos. Assim sendo, a noção económica de racionalidade descreve uma série de supostas propensões comportamentais humanas, duras e inflexíveis universais aos humanos. Entretanto, tal padrão comportamental como veremos ao longo do texto mostra-se como totalmente antagónico as respostas adaptativas vetorizadas pela seleção natural.

Tabela 1. Principais desafios sociais do período pleistoceno.

Evitar danos físicos – proteção contra inimigos e predadores	Evitar doenças – curar infecções, não contrair doenças.	Fazer amigos – ter bom relacionamento com os outros indivíduos
Alcançar <i>status</i> social – adquirir respeito dos demais indivíduos	Aquisição de um companheiro – conseguir sucesso reprodutivo	Retenção do companheiro – estabelecimento de vínculos longínquos
Cuidados à família – arcar com o ónus da prole indefesa	***	***

Fonte: (Mithen, 1994; Kenrick, 2010; Griskevicius, Saad & Kenrick, 2013)

3.1 Protecção pessoal

Ao longo da história da evolução humana, os nossos ancestrais certamente tiveram de lidar com uma série de perigosos predadores, entretanto, os próprios companheiros humanos representam uns aos outros a mais perigosa ameaça. As evidências arqueológicas indicam que o homicídio fora sempre uma prática recorrente. Em larga medida essa tendência se reproduz, ainda com mais força, no mundo moderno. Durante o século XX, guerras e genocídios por só resultaram numa média de dois milhões de mortes por ano. Nesse sentido, os seres humanos são inclinados a buscarem nas suas escolhas, protecção contra terceiros (Neuberg, Kenrick, & Schaller, 2011; Pinker, 2011). Nas atuais sociedades de coletores e caçadores, que têm uma estrutura social semelhante à dos nossos antepassados, as taxas de homicídios são também razoavelmente elevadas, visto que além das ameaças internas do próprio grupo, os indivíduos estão expostos a sérias ameaças advindas de outros grupos, o que nos faz concluir que violentos conflitos dentro e fora do grupo sempre estiveram presentes na paisagem evolutiva do homem e dos demais primatas.

Como a ameaça de dano físico intencional sempre fora recorrente no cenário evolutivo humano é provável que duas adaptações funcionais estejam presentes no sistema de protecção pessoal: 1) a capacidade de detectar características dos outros indivíduos que lhe podem causar dano intencional; 2) uma ativação de respostas cognitivas e afetivas após a percepção de risco que facilitam a fuga e ou a remoção da ameaça implícita (Becker, Kenrick, Neuberg, Blackwell & Smith, 2007; Schaller & Neuberg, 2008; Shapiro, Ackerman, Neuberg, Manerm Becker & Kenrick, 2009). Em geral ameaças à segurança física não só provocam uma resposta afetiva negativa, mas levam a uma emoção específica: o medo. Essa resposta afetiva específica está associada com a ativação de determinadas cognições na memória de trabalho e em geral foi projetada para incentivar uma forma específica de ação: a fuga. A pesquisa em psicologia social nesse sentido tem relacionado à incidência de medo e ameaça na sociedade a respostas socialmente indesejáveis, como aumento do nível das formas de preconceito, funcionais, para a lógica ancestral. Esse resultado contraria uma longa tradição de pesquisa sobre preconceito no âmbito das ciências sociais. Tradicionalmente tem-se apontado que preconceito seria pura e simplesmente uma avaliação negativa de um grupo e seus membros, contudo, agora essa perspectiva se mostra simplista visto que a compreensão de qualquer preconceito

social demanda a compreensão da ameaça específica que é percebida pelos atores sociais e de como a reação emocional específica é acionada.

Considerando que durante a maior parte da história evolutiva as mulheres foram coletoras que se dedicavam aos filhos, em relação aos homens, as mulheres desenvolveram uma maior aversão aos riscos. Isso considerando que homens mais do que mulheres se expõem a perigos, como na caça ou na guerra. Nesse sentido, mulheres apresentam mais medo do que homens na maioria das situações de riscos e ao contato com animais nocivos (Prokop & Fančovičová, 2013; Moraes, 2013ab).

Em suma, o sistema de proteção pessoal funciona com diferente intensidade em homens e mulheres, e também nas diversas idades. Na teoria da escolha racional não há nenhuma inteligibilidade sobre tais diferenças, no limite, os indivíduos são tidos como maximizadores equivalentes, igualmente motivados. A teoria também não explica o porquê de alguns indivíduos investirem pesadamente em artigos de segurança enquanto outros não o fazem, visto que, se todos os indivíduos supostamente tomassem decisões do tipo ótimas quanto à preservação de recursos, a decisão de adquirir ou não artigos de segurança seria extremamente homogênea dentro das populações.

3.2 Protecção contra doenças

Estima-se que doenças infecciosas foram pressões seletivas importantes durante a história da espécie humana. Em resposta a esta pressão sempre recorrente à evolução biológica surge um complexo sistema imunológico para combater doenças e infecções. Há também uma outra adaptação no mesmo diapasão que é de cunho psicológico que incide numa inclinação comportamental imunológica onde os indivíduos largamente balizam as suas ações buscando evitar doenças. Tal sistema é ativado por pistas que sugerem a presença de agentes patogênicos nos outros indivíduos e no ambiente. As adaptações funcionais deste sistema psicológico em parte mantêm em curso comportamentos socialmente introvertidos, como a esquiva e a baixa tolerância com terceiros. No período de gestação as mulheres demonstram uma hipertrofia enquanto na atividade deste sistema psicológico, a partir do primeiro trimestre de gravidez, quando o desenvolvimento do feto é sensível, as mulheres passam a evitar alimentos que possam conter agentes patogênicos e não obstante, tornam-se mais xenófobas (Dessler, 2009; Hamamura & Park, 2010; Lienard, 2011).

Ainda em mulheres é mais intensa a sensação de nojo, tal sensação fora útil para balizar diversos comportamentos como o alimentar, gerando um incómodo fisiológico que afasta o indivíduo de comportamentos que poderiam pôr a saúde em risco, como ingerir carne apodrecida (Prokop & Fančovičová, 2013). Pelo fato das mulheres serem menos inclinadas do que os homens a assumir riscos, a expectativa de vida delas em todo mundo é maior do que a dos homens (Moraes, 2013b).

Estudos empíricos revelaram aderência também da influência deste sistema na preferência por líderes fisicamente atraentes. Ao comparar dados de eleições no mundo real e experimentos de laboratório, apoia-se a hipótese de que a preferência por eleitores fisicamente atraentes está ligada à prevenção de doenças, isso porque, nos distritos eleitorais onde as ameaças de doenças foram mais elevadas os fisicamente atraentes foram mais propensos de serem eleitos. Experimentalmente deixar os indivíduos preocupados com informações sobre doenças leva os indivíduos a darem mais valor a líderes fisicamente atraentes. Evolutivamente o mecanismo é bastante claro, quando o indivíduo prefere um líder fisicamente atraente, possivelmente ele está preferindo alguém com saúde, o que não irá trazer nenhum tipo de contágio para o grupo levando a uma elevação da aptidão evolutiva (White, Kenrick & Neuberg, 2013).

Sistemas de proteção pessoal e de proteção contra doenças têm funcionamentos e sentidos distintos, entretanto, possuem alguns traços em comum o que nos permite categorizá-los como sistemas de gestão de ameaça, na tabela abaixo elencamos os traços comuns entre estes dois sistemas.

Tabela 2. Traços comuns entre o sistema de proteção pessoal e o sistema de proteção contra doenças.

Fonte: (Neuberg, Kenrick & Schaller, 2011).

São domínios altamente especializados.	Promovem cascatas coordenadas de respostas adaptativas.
Ambos podem gerar diagnósticos sobre a interpretação dos estímulos que podem inferir ameaça.	São sensíveis aos contextos que conotam vulnerabilidade e ameaças específicas.

Por estes mecanismos gerarem diagnósticos falsos, por vezes, são desencadeadas custosas (energeticamente falando) cascatas de respostas adaptativas, mas que não são funcionais.

Isso, em contraste com a teoria da escolha racional, torna o indivíduo altamente susceptível ao erro e também a estabelecer posições de tomada de decisão distantes do padrão do tipo ótimo de maximização de utilidade.

A teoria pressupõe que em todos os momentos o indivíduo estará agindo de igual forma maximizadora, entretanto, a sensibilidade do sistema de ameaças é sensível a determinados contextos e situações, o que pode levar o indivíduo a realizar escolhas contra preferenciais. Xenofobia, preconceitos, estigmatização e outras faces do comportamento humano que guardam aderência com o sistema de gerenciamento de ameaças, não tem inteligibilidade alguma no escopo da teoria da escolha racional.

3.3 Filiações

Os seres humanos são seres sociais que sempre viveram em grupos. A sobrevivência nesse sentido entre os nossos ancestrais estava intimamente relacionada por forma com que as coalizões eram formadas e mantidas pelos indivíduos. Isso considerando que aliados representavam seguridades no que concerne à alimentação e segurança e também acesso ao ensinamento de habilidades valiosas. O sistema de filiações continua a ser valioso nos dias de hoje, o que faz com que os indivíduos dediquem boa parte do seu tempo a estratégias³¹ e jogos sociais³². O sistema de filiação é ativado por pistas dos terceiros, e também quando amizades são ameaçadas e o indivíduo corre o risco de ser socialmente rejeitado (Cacioppo & Hawkey, 2009).

Nesse sentido, no mundo moderno as políticas sociais são como um epifenómeno dessa tendência humana de compartilhar recursos³³ de forma social. Se a propensão a doar é biologicamente adaptativa, em verdade, uma menor quantidade de glicose (um indicativo de fome) tenderia a levar o indivíduo a um estado de maior sensibilidade a equidade e

³¹ As relações dos outros primatas também inclui como desafio o estabelecimento de amizades. Entre os chimpanzés, por exemplo, a capacidade de formar alianças e estabelecer laços com os indivíduos determina em larga medida como se dá a distribuição dos recursos alimentares e sexuais (Waal, 1996; Berreby, 1999).

³² Por tal razão os indivíduos atualmente dedicam nas diversas sociedades uma grande quantidade de tempo à navegação e interação nas redes sociais, explica também porque os indivíduos são largamente influenciados pelos conteúdos das redes (Christakis & Fowler, 2009). Esse mecanismo ao que parece está ligado também à alta aderência que a televisão tem na vida das pessoas, vide que a televisão é uma invenção muito recente, o inconsciente humano parece não adaptado a interpretar corretamente tal estímulo confundindo-os com indivíduos reais, por conta do princípio de savana (Kanazawa, 2002).

³³ As pessoas tendem a avaliar a importância da reciprocidade de acordo com o contexto ambiental e as situações sociais proporcionadas pelos demais atores (sejam eles parentes ou amigos) e podem apresentar diferentes níveis de sensibilidade à dinâmica da reciprocidade (Xue, 2013).

consequentemente uma maior identificação com programas e políticas sociais. Para testar essa máxima os cientistas políticos Lene Aarøe e Michael Petersen usaram o nível de glicose no sangue como um indicador fisiológico de fome, num estudo onde os indivíduos eram aleatoriamente levados a consumir bebidas adoçadas com adoçante artificial e bebidas adoçadas com açúcar. O estudo mostrou que os indivíduos com taxa mais reduzida de glicose no sangue apoiavam de forma mais forte o bem-estar coletivo (Aarøe; Petersen, 2013). Esta parece ser uma das “engrenagens” do sistema de filiação.

O módulo de detecção de trapaça nesse ponto representa um amplo papel na coordenação social como uma adaptação cognitiva primitiva ligada a alianças e à dominância social (Cummins, 1999). A lógica é que quando um organismo inflige o pacto de altruísmo recíproco³⁴, ele reduz as suas oportunidades de sobreviver, consequentemente, ele consegue interferir menos na formação do *pool* genético da espécie. Em contramão, se todos fossem egoístas à revelia do altruísmo, não haveria uma ajuda de nenhuma das partes, o que impossibilitaria qualquer tentativa de viver em grupo. Há pelo menos três características identificáveis funcionais para neutralizar a ação dos aproveitadores: 1)os organismos se encontram frequentemente; 2)os organismos distinguem-se entre os organismos já vistos e os não vistos; 3)organismos lembram-se dos indivíduos e também do tratamento oferecido pelos mesmos. Nessa lógica quem é recíproco, coopera, aumenta as possibilidades de receber ajuda para si. Os nossos ancestrais homínides desenvolveram essas três interfaces, pois a evolução legou a estes, módulos sofisticados de reconhecimento facial e memória para interações sociais, o que por um lado leva a nossa espécie a ser sensível ao altruísmo recíproco e por outro nos possibilita termos uma espécie de contabilidade social, onde estratificamos os indivíduos (Trivers, 1971; Axelrod & Hamilton, 1980; Ridley, 1997).

Em contraste a teoria da escolha racional propõe que os atores sociais vivem em um cego egoísmo, onde todas as transações comerciais adquirem caráter impessoal, não importando se a mesma é efetuada para com um amigo, um parente, ou um desconhecido. Se toda a tomada de decisão fosse pautada cegamente na maximização de utilidade, nenhum lastro de altruísmo recíproco poderia se formar, visto que os atores sociais não

³⁴ Traços e comportamentos que favoreçam a aptidão de um agente dentro de um grupo social (como por exemplo, *free-riding* e ou esgotar recursos) pendem ao desfavorecendo da aptidão de todo grupo e vice-versa (Ostrom & Cox, 2012).

fariam escolhas contra preferenciais custosas (como dar presentes), ou realizar favores, o que impossibilitaria o outro indivíduo responder reciprocamente.

As estratégias de aquisição de amigos e adentrar a alianças por vezes envolve custos que não são superados pelos possíveis ganhos, contudo, envolve benefícios considerados se entendermos que amizades funcionam como pontes para a realização de necessidades adaptativas, como garantir segurança pessoal ou acesso a alimentos. A alta inclinação humana para interações sociais mostra que os humanos, mais do que egoístas maximizadores são estrategistas sociais que buscam maximizar a aptidão inclusiva através muitas vezes de decisões contra preferenciais.

3.4 Status

Os seres humanos não são apenas pró-sociais, mas também são inclinados a galgar *status* social. Isso porque, ser respeitado pelos demais sempre trouxe benefícios. Isso se estende também aos outros primatas, babuínos dominantes, por exemplo, conseguem uma maior fatia na partilha de alimentos, assim como chimpanzés machos dominantes se acasalam com as fêmeas mais desejáveis do grupo (Teillaud, 1986; Waal, 1996). Entre seres humanos, indivíduos com maior *status* social detêm maiores vias de influência social, acesso mais facilitado a uma maior quantidade e qualidade de parceiros sexuais³⁵, melhor prestígio e acesso a outros recursos. O *modus operandi* do sistema de *status* traz em seu bojo sinais de prestígio e dominância social, tais como relações de rivalidade, produtos que trazem aptidão ao portador (Yeh, Musolf & Edwards, 1997; Miller, 2000).

Nesse sentido uma série de ações humanas têm como substrato inconsciente a necessidade de galgar *status* social, isso é visível inclusive nas ações que tem aparência altruísta, como no Kula³⁶, um dos sistemas econômicos mais complexos do planeta. O sistema é baseado numa grande corrente de doações que ocorrem entre um círculo de sociedades

³⁵ É largamente documentado em sociedades ocidentais que o status ocupa um papel central nas estratégias sociais, sendo tanto um meio, como um fim em si mesmo. No sentido de elevação de aptidão evolutiva, o status é uma ferramenta útil á ambos os gêneros, entretanto, é mais funcional aos homens. O status proporciona a oportunidade de se acasalar com um numero maior de mulheres e de exercer maior dominância social. Em suma, o status pode estar sustentado pela capacidade individual de infligir custos ou conferir benefícios a terceiros, como também, através de custosas técnicas de indicação de aptidão (Moraes, 2013b).

³⁶ O Kula ocorre nas ilhas Trombiand, Nova-Guiné e consiste em um sofisticado e complexo circulo de distribuição de mercadorias. O indivíduo que recebe algo tem por obrigação de executar a retribuição imediatamente, estas trocas que não envolvem moedas, e sim mercadorias, onde as partes negociam diretamente a permuta direta, de um produto, por outro (Haviland, Prins, Walrath & McBride, 2011, p.280-284).

tradicionais. Contudo, é visível que mesmo nesta relação, os chefes tribais entram em competição para aferir quem pode doar a maior quantidade de recursos, isso porque, aos indivíduos que doam mais recursos é conferida a fama de benevolente, o que *ad hoc* lhes atribui *status* social (Damon, 1990; Komter, 2010).

A indicação de aptidão não só entre humanos, mas também em outras espécies exige um custoso desperdício de recursos. No caso de humanos na sociedade contemporânea esta necessidade é suprida pela oferta de bens de consumo caros e que detêm poder simbólico de gerar distinção ao portador. Como no caso do Kula, o indivíduo adquire mais *status* social quando efetua maiores doações, entretanto, do ponto de vista da racionalidade económica está sendo contraproducente. No limite, o indivíduo descrito pela teoria da escolha racional seria incapaz de cumprir com qualquer das demandas necessárias para a aquisição de *status* social.

3.5 Aquisição de parceiros

A aquisição de um parceiro sexual talvez seja um dos desafios seletivos mais importantes, visto que é nesta arena que se decidem quais são os alelos que deixaram marcas para a posteridade. Como em qualquer outra espécie, entre *homo sapiens*, o acasalamento envolve uma variedade de comportamentos. O sistema e aquisição de parceiros respondem à presença de atores sociais reais ou imaginários do sexo oposto (no caso de heterossexuais). Contudo, homens e mulheres são diferentes, por isso, sinalizam de forma diferente a aptidão³⁷. Entretanto, há uma grande assimetria entre as preferências sexuais de homens e mulheres. Por conta do ónus parental (tal como na teoria de Robert Trivers), a mulher é mais seletiva que o homem. Por conta disso, os homens mais do que as mulheres estão dispostos a dispendir um esforço conspícuo para conseguir acasalar.

Nessa perspectiva é interessante o dimorfismo implícito entre os gêneros e a inclinação observável em perceptiva transcultural a respeito da idade matrimonial: em todas as culturas homens preferem mulheres mais novas como parceiras e mulheres preferem

³⁷ A necessidade de conseguir um parceiro faz com que homens, em relação às mulheres, se envolvam mais na disputa e na tomada de decisão que envolva riscos a fim de galgar acesso a potenciais parceiros sexuais. Em contraste, o nível de envolvimento em riscos na tomada de decisão em mulheres não parece oscilar frente à ação do sistema de aquisição de parceiro. A evidência nesse sentido parece corroborar que a tomada de risco (em homens) se desenvolveu como ferramenta para elevar as oportunidades individuais de aquisição de potenciais parceiros (Greitemeyer, Kastenmüller & Fischer, 2013).

homens mais velhos. Isto é corroborado tanto por *survey*, como pela análise dos dados quanto à idade do matrimónio de homens e mulheres nos diversos países do mundo. Por ser um padrão universal, somente a cultura como um elemento estruturante por si só é limitada para explicar as razões desta discrepância. Evolutivamente entretanto a vantagem evolutiva é nítida no lastro de tais escolhas: 1)homens preferem mulheres mais jovens pois elas detêm melhores capacidades reprodutivas, 2)mulheres preferem homens mais velhos pois geralmente estes em relação aos mais jovens detêm mais *status* social e a posse de capitais, o que proporciona maior capacidade de arcar com o ónus do investimento parental e do cuidado matrimonial (Buss, 1989, 1995; Moraes, 2013a).

Do ponto de vista da teoria da escolha racional, não há nenhuma inteligibilidade quanto à discrepância entre homens e mulheres pela preferência da idade do parceiro, aliás, do ponto de vista racional a única capacidade a ser avaliada é a capacidade de o potencial pretendente trazer recursos. Entretanto, se todos fossem “racionais” iríamos ter um cenário bastante dicotómico com agentes que valorizam os demais que possuem recursos, entretanto, nem um dos agentes sociais iria dispende estes recursos em sinalizações, nem sequer compartilhar.

3.6 Retenção de parceiros

Para os seres humanos e para outros primatas como os gibões, a elevação da aptidão evolutiva envolveu durante toda a evolução não só o desafio do acasalamento, mas também o da retenção do parceiro. O sistema de retenção de parceiros envolve comportamentos positivos voltados a manter a relação e também para gerenciar ameaças de potenciais concorrentes românticos. Não é o sistema de cuidados parentais que nos motiva a ter filhos (quem faz isso é o sistema de aquisição de parceiros), em vez disso, estimula os indivíduos a portarem-se de forma a garantir aos indivíduos da família que mais aos vulneráveis, atenção, recursos e cuidados.

O ciúme nesse sentido é uma adaptação evoluída para proteger total ou parcialmente o parceiro de outros potenciais contatos românticos. Em comum a homens e mulheres os ciúmes: 1) é uma emoção projetada para sinalizar ameaças dentro de uma relação valorizada; 2)ele é disparado pela presença de rivais intersexuais mais desejáveis; 3)essa

emoção é funcional contra a infidelidade e o abandono; 4) geralmente o parceiro com menor valor no mercado matrimonial tem mais ciúmes na relação.

Tabela 2. Ciúmes adaptativos em homens e mulheres.

Homens são mais sensíveis aos sinais de infidelidade sexual, por conta da incerteza da paternidade e da possibilidade de perda de recursos reprodutivos	Mulheres mais do que os homens são mais sensíveis aos sinais de infidelidade emocional, isso porque esse tipo de infidelidade coloca em cheque o compromisso do homem e dos seus recursos.	Mulheres são mais ciumentas e inseguras no que tange à atratividade das demais mulheres.
Homens são mais angustiados e inseguros no que diz respeito a rivais sexuais com mais recursos e <i>status</i>	Homens casados tem mais ciúmes de suas companheiras se elas são fisicamente mais atraentes	Mulheres casadas tem mais ciúmes de maridos que detém mais recursos e ou <i>status</i> social
Homens ao que parece tornam-se mais ciumentos durante o período de ovulação da parceira, período o qual a infidelidade sexual da parceira pode ser custosa aos recursos do homem por conta da incerteza da paternidade.	Homens mais do que mulheres parecem ter maior capacidade de memória e de reconstituição intuitiva de infidelidade sexual por parte da parceira	Mulheres mais do que os homens parecem ter maior capacidade de memória e reconstituição intuitiva de infidelidade emocional por parte do parceiro
Ao descobrir a infidelidade, homens mais do que as mulheres têm mais dificuldade em perdoar a infidelidade quando ela é de cunho sexual	Ao descobrir a infidelidade, mulheres mais do que os homens têm maior dificuldade em perdoar a infidelidade quando esta é de cunho emocional	***

Fonte: (Buss & Haselton, 2005).

Se a teoria da escolha racional baliza-se de fato o comportamento humano em todas as ações, é improvável que haveria diferenças tênues entre o comportamento de ciúmes entre homens e mulheres. Se a preocupação é unicamente com a expectativa de lucro, não há porque um homem ter mais ciúmes de uma mulher atraente ou de ter mais dificuldade em perdoar uma traição de cunho sexual, afinal não há valores económicos diretamente em jogo. Aliás, do ponto de vista racional, melhor seria se os indivíduos, tanto homens como mulheres, não se envolvessem em relações, nem sequer traçassem estratégias para reter os parceiros, afinal, parceiros podem representar divisão de recursos, o que numa última instância é contra preferencial. Em contraste, a psicologia evolucionista mostra que a discrepância entre o ciúme de homens e mulheres é, antes de tudo, funcional se pensadas como respostas aos desafios evolutivos que foram discrepantes entre os géneros.

3.7 Cuidados parentais

Estudos de sociedades tradicionais mostram que as crianças sem ambos os pais são menos propensas a sobreviver e quando sobrevivem, têm maior dificuldade de ascensão social e dificilmente adquirem tanto respeito como os outros indivíduos que possuem pais e mães. O sistema de parentesco é ativado por membros da família, sobretudo os mais vulneráveis e também por pistas de similaridade, como viver juntos, objetivos comuns. Na sociedade moderna os indivíduos continuam a despender imensa quantidade de tempo, energia e recursos financeiros para arcar com o ónus parental, é isso, por exemplo, que sustenta a demanda por uma série de produtos, tais como fraldas, mamadeiras, roupas de criança, bicicletas, vídeo games, mensalidades de escolas e faculdades, e muitos outros (Griskevicius, Saad & Kenrick, 2013).

Estimativas mostram que 27% das crianças do passado evolutivo não sobreviveram ao primeiro ano de vida, enquanto cerca de 47,5% não conseguiu sobreviver à puberdade. Esses números representam uma altíssima pressão seletiva que é ignorada por vezes por psicólogos evolutivos e por outros cientistas sociais. Em comparação com os outros grandes primatas, a mortalidade infantil do período pleistoceno fora mais ou menos semelhante à evidenciada em orangotangos e bonobos e potencialmente mais elevada em comparação com gorilas e chimpanzés. No diapasão da *teoria da história de vida*, as adaptações que foram concebidas em resposta às pressões evolutivas geraram meios para redução da elevada mortalidade infantil (Volk & Atkinson, 2013).

Considerando o enorme gasto de tempo e recursos financeiros que demandam filhos, se os indivíduos fossem se portar conforme a teoria da escolha racional, a decisão do tipo ótima seria a de não ter filhos. Nesse sentido, sendo todos os indivíduos igualmente maximizadores, porque é que os indivíduos têm filhos se os filhos representam um desvio de recursos indispensáveis? Se todos os indivíduos fossem maximizadores extremos os indivíduos não só evitavam filhos, mas quando os tivessem lhes negligenciariam o máximo que fosse possível dos recursos. Visto que os humanos nascem bastante frágeis e dependentes, é uma *conditio sine qua non* para a existência da espécie que os pais *ad hoc* arquem com todos os custos (que são contra preferenciais). Em suma, quanto ao principal desafio, que é cuidar da prole, assim quanto aos demais seis problemas adaptativos, a teoria da escolha racional não mostrou nenhuma aderência a possíveis respostas evolutivamente sustentáveis.

4. Considerações finais

A teoria da escolha racional apesar de gozar de bastante prestígio, mostra-se frágil frente a críticas mais rigorosas, e com baixa aderência ao mundo real. Em contraste, a teoria evolucionista não se concentra tanto nos aspectos distais como proximais, permite-nos entender de forma mais robusta como se formam as inclinações comportamentais e como se formam as preferências.

No lugar de um egoísta maximizador a seleção natural forjou uma capacidade comportamental muito mais complexa, isso porque cada um dos sete grandes desafios evolutivos compõem módulos especializados para resolução destes problemas. Em suma, a teoria da escolha racional propõe que somos indivíduos altamente preocupados em maximizar a utilidade como um fim em si mesmo; noutra diapasão, a psicologia evolucionista propõe que humanos são inclinados a maximizar aptidão evolutiva. Propomos que o modelo de racionalidade económica seja substituído pela abordagem da psicologia evolucionista, visto que esta pode tornar inteligível a maioria das lacunas que a teoria da escolha racional não se preocupa em responder, o que é um ganho para os economistas e também para os demais cientistas sociais.

Referências:

Aarøe, L., & Petersen, M. B. (2013). Hunger Games: Fluctuations in Blood Glucose Levels Influence Social Welfare Support. *Psychological Science, Forthcoming*.

- Axelrod, R., & Hamilton, W. D. (1981). The evolution of cooperation. *Science*, 211(4489), 1390-1396.
- Baert, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35).
- Becker, D. V., Kenrick, D. T., Neuberg, S. L., Blackwell, K. C., & Smith, D. M. (2007). The confounded nature of angry men and happy women. *Journal of personality and social psychology*, 92(2), 179.
- Berreby, D. (1999). *The hunter-gatherers of the knowledge economy* (pp. 70-79). Butterworth-Heinemann, Woburn, CA, USA.
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1965). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy* (Vol. 100). University of Michigan Press.
- Buss, D. M. (1989). Sex differences in human mate preferences: Evolutionary hypotheses tested in 37 cultures. *Behavioral and brain sciences*, 12(1), 1-49.
- Buss, D. M., & Haselton, M. (2005). The evolution of jealousy. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(11), 506-507.
- Cacioppo, J. T., & Hawkley, L. C. (2009). Perceived social isolation and cognition. *Trends in cognitive sciences*, 13(10), 447-454.
- Christakis, N. A., & Fowler, J. H. (2009). *Connected: The surprising power of our social networks and how they shape our lives*. Hachette Digital, Inc.
- Clarke, R. V. G., & Felson, M. (Eds.). (1993). *Routine activity and rational choice* (Vol. 5). Transaction Books.
- Coleman, J. S. (1994). A rational choice perspective on economic sociology. *The handbook of economic sociology*, 2, 166-180.
- Cornish, D. B., & Clarke, R. V. (Eds.). (1986). *The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending*. New York: Springer-Verlag.
- Cummins, D. D. (1999). Cheater detection is modified by social rank: The impact of dominance on the evolution of cognitive functions. *Evolution and Human Behavior*, 20(4), 229-248.

- Damon, F. H. (1990). *From Muyuw to the Trobriands: transformations along the northern side of the Kula Ring*. Tucson, Arizona: University of Arizona Press.
- Dessler, G. (2009). *A framework for human resource management*. Pearson Education India.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *The Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Fiske, S. T. (1992). Thinking is for doing: portraits of social cognition from daguerreotype to laserphoto. *Journal of personality and social psychology*, 63(6), 877.
- Goldsmith, J., & Posner, E. (2000). Moral and Legal Rhetoric in International Relations: A Rational Choice Perspective. *U Chicago Law & Economics, Olin Working Paper*, (108).
- Greitemeyer, T., Kastenmüller, A., & Fischer, P. (2013). Romantic motives and risk-taking: an evolutionary approach. *Journal of Risk Research*, 16(1), 19-38.
- Guzman, A. T. (2007). *How international law works: a rational choice theory*. Oxford University Press.
- Hadfield, G. K. (1998). An expressive theory of contract: from feminist dilemmas to reconceptualization of rational choice in contract law. *University of Pennsylvania Law Review*, 146(5), 1235-1285.
- Hamamura, T., & Park, J. H. (2010). Regional differences in pathogen prevalence and defensive reactions to the "swine flu" outbreak among East Asians and Westerners. *Evolutionary psychology: an international journal of evolutionary approaches to psychology and behavior*, 8(3), 506.
- Haviland, W., Prins, H., Walrath, D. & McBride, B. (2011). *Princípios de Antropologia*. (2a ed.). São Paulo: Cengage Learning
- Kanazawa, S. (2002). Bowling with our imaginary friends. *Evolution and Human Behavior*, 23(3), 167-171.

Kenrick, D. T., Griskevicius, V., Neuberg, S. L., & Schaller, M. (2010). Renovating the pyramid of needs contemporary extensions built upon ancient foundations. *Perspectives on Psychological Science*, 5(3), 292-314.

Kenrick, D. T., Saad, G., & Griskevicius, V. (2013). Evolutionary Consumer Psychology: Ask not what you can do for biology, but... *Journal of Consumer Psychology*.

Keohane, R. O. (2002). Rational Choice Theory and International Law: Insights and Limitations. *The Journal of Legal Studies*, 31(S1), S307-S319.

Komter, A. (2010). The evolutionary origins of human generosity. *International Sociology*, 25(3), 443-464.

Levy, J. S. (1997). Prospect theory, rational choice, and international relations. *International Studies Quarterly*, 41(1), 87-112.

Lienard, P. (2011). Life stages and risk-avoidance: status-and context-sensitivity in precaution systems. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 35(4), 1067-1074.

LIMA, G. (2008). *Economia, dinheiro e poder político*. Editora Ibpe.

Miller, G. (2000). Mental traits as fitness indicators: Expanding evolutionary psychology's adaptationism. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 907(1), 62-74.

Mithen, S. (1994). Technology and society during the Middle Pleistocene: hominid group size, social learning and industrial variability. *Cambridge Archaeological Journal*, 4(01), 3-32.

Moraes, T. P. B. (2013a). ¿ Por qué los hombres presentan un comportamiento más agresivo que las mujeres? Por una antropología evolutiva del comportamiento agresivo. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 37(1), 93-111.

Moraes, T. P. B. (2013b). Além do crime e das grades verde amarelas. Um estudo biopsicossocial sobre o crime no Brasil á partir da análise da população carcerária brasileira. *Derecho y Cambio Social*, 34(1), 1-28.

Moraes, T. P. B. D., & Torrecillas, G. L. D. S. (2013). Por uma nova economia política: notas críticas à teoria neoclássica, ao Direito Econômico e à política econômica. Uma contribuição epistemológica para os preceitos de administração pública no contexto

da globalização contemporânea. *Revista de Direito Público e Economia. Belo Horizonte*, V.11, n.41, p.227-240.

Nagin, D. S., & Paternoster, R. (1993). Enduring individual differences and rational choice theories of crime. *Law and Society Review*, 467-496.

Neuberg, S. L., Kenrick, D. T., & Schaller, M. (2011). Human threat management systems: Self-protection and disease avoidance. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 35(4), 1042-1051.

Neuberg, S. L., Kenrick, D. T., & Schaller, M. (2011). Human threat management systems: Self-protection and disease avoidance. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 35(4), 1042-1051.

Olson, M. (1971). Increasing the incentives for international cooperation. *International Organization*, 25(4), 866-874.

Pescosolido, B. A. (1992). Beyond rational choice: The social dynamics of how people seek help. *American Journal of Sociology*, 1096-1138.

Pinker, S. (2011). *The better angels of our nature: Why violence has declined*. Penguin.com.

Posner, R. A. (1998). Rational choice, behavioral economics, and the law. *Stanford Law Review*, 1551-1575.

Prokop, P., & Fančovičová, J. (2013). Self-Protection Versus Disease Avoidance. *Journal of Individual Differences*, 34(1), 15-23.

Ridley, M. (1997). *The origins of virtue*. Penguin UK.

Schaller, M., & Neuberg, S. L. (2008). Intergroup prejudices and intergroup conflicts. *Foundations of evolutionary psychology*, 399-412.

Sen, A. (1969). Quasi-transitivity, rational choice and collective decisions. *The Review of Economic Studies*, 36(3), 381-393.

Sen, A. (1990). Rational behaviour. J. Eatwell, MM & N. P (Eds.), *The New Palgrave: Utility and probability*, 198-216.

Shapiro, J. R., Ackerman, J. M., Neuberg, S. L., Maner, J. K., Becker, D. V., & Kenrick, D. T. (2009). Following in the wake of anger: When not discriminating is discriminating. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35(10), 1356-1367.

Shepsle, K. A. (2006). Rational choice institutionalism. *The Oxford handbook of political institutions*, 23-38.

Simon, H. A. (1973). Organization man: rational or self-actualizing?. *Public Administration Review*, 33(4), 346-353.

Stigler, G. J. (1971). The theory of economic regulation. *The Bell journal of economics and management science*, 3-21.

Teillaud, P. (1986). Strategies alimentaires et statut social chez le sanglier en captivité. *Behavioural processes*, 12(4), 327-347.

Trivers, R. L. (1971). The evolution of reciprocal altruism. *Quarterly review of biology*, 35-57.

Ulen, T. S. (1994). Rational Choice and the Economic Analysis of Law. *Law & Social Inquiry*, 19(2), 487-522.

Volk, A. A., & Atkinson, J. A. (2013). Infant and child death in the human environment of evolutionary adaptation. *Evolution and Human Behavior*.

Waal, F. (1996). Macaque social culture: development and perpetuation of affiliative networks. *Journal of Comparative Psychology*, 110(2), 147.

White, A. E., Kenrick, D. T., & Neuberg, S. L. (2013). Beauty at the Ballot Box Disease Threats Predict Preferences for Physically Attractive Leaders. *Psychological Science*, 0956797613493642.

Xue, M. (2013). Altruism and reciprocity among friends and kin in a Tibetan village. *Evolution and Human Behavior*.

Yeh, S. R., Musolf, B. E., & Edwards, D. H. (1997). Neuronal adaptations to changes in the social dominance status of crayfish. *The Journal of neuroscience*, 17(2), 697-708.

Young, L. A. (Ed.). (1997). *Rational choice theory and religion: Summary and assessment*. Routledge

Ciências da Educação

GESTÃO DAS ESCOLAS EM ÁFRICA:

Análise Comparativa do funcionamento das escolas públicas de nível secundário em Cabo Verde e África do Sul

Mbangula Katúmua³⁸

Resumo:

O presente texto aborda a questão da autonomia das escolas desde o ponto vista funcional. Através de uma análise comparada da realidade de dois países africanos (Cabo-Verde e África do Sul), baseada em fontes secundárias, procura-se demonstrar como a composição dos órgãos da gestão escolar e o envolvimento da comunidade na vida das escolas muda o sentido da autonomia e se reflecte na performance destes órgãos.

Uma reconstrução histórica dos perfis educativos de ambos países é feita por formas a traçar o percurso da criação dos respectivos modelo de governança escolar, questionando a ideia de uma África homogénea.

Palavras-Chave:

Gestão Escolar; Escolas Públicas de Nível Secundário; Cabo-Verde; África do Sul;

Abstract:

This paper addresses the issue of school autonomy from the functional point of view. Through a comparative analysis of the reality of two African countries (Cape Verde and South Africa), based on secondary sources. We aims to demonstrate how the composition

³⁸ Licenciatura em Sociologia.

of the bodies of school management and community involvement in school life changes the meaning of autonomy and is reflected in the performance of these organs.

A historical reconstruction of the educational profiles of both countries is made in order to trace the route of the creation of the respective model of school governance, questioned the idea of a homogeneous África

Keywords: Schools Management; Public Schools; Cape Verde and South Africa;

Introdução

É objetivo do presente texto analisar comparativamente o funcionamento das escolas secundárias da África do Sul e de Cabo Verde³⁹, identificar eventuais diferenças e pontos comuns nos modelos de gestão e grau de autonomia destas escolas.

Ambos países estão localizados no sul de África, contudo possuem passados coloniais diferentes (o primeiro foi colonizado pelos ingleses e o segundo pelos Portugueses). Assim, pretende-se verificar a existência ou não de traços herdados e assimilados a partir dos respetivos sistemas educativos coloniais. A diferença entre os dois países é também notória no plano socioeconómico. Em face disto, a se constatar um exomorfismo na estrutura de gestão das escolas destes países, poderemos eventualmente, falar num modelo de gestão escolar “africano”, que independe do passado colonial, da língua e do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Os diferentes desempenhos dos sistemas educativos sugere a existência de diferentes realidades, “várias áfricas”, como chamam alguns autores, (Munanga,2007:297). A ideia de “várias áfricas” dentro do único berço da humanidade remete-nos, por um lado, à sua grande diversidade étnica e cultural, explorada no passado colonial comum, por outro, às enormes discrepâncias existentes no desenvolvimento socioeconómico e cultural dos vários países.

³⁹ Último relatório de desenvolvimento humano, coloca estes dois países nas posições 121 e 132, África do Sul e Cabo Verde, respetivamente (IDH,2013), como resultado da performance dos diversos setores, incluído o da educação.

Para o efeito, adotou-se a análise documental, por se mostrar mais ajustada para o tipo de trabalho. Tomamos como base de análise fontes secundárias, nomeadamente a legislação específica de cada país e algumas monografias e estudos de casos já realizados sobre a temática, dada a escassez de demais bibliografia específica, fato este que coloca certas limitações a validade das comparações que fazemos⁴⁰.

Um pouco de história

Dado o passado colonial recente da maior parte dos países africanos (menos de 50 anos), as questões relacionadas a autonomia das escolas e o modo como elas são governadas não pode ser vista de forma isolada. Esta é uma questão que se inscreve no âmbito do conjunto de processos de reformas nacionais mais amplas empreendidas pelos africanos, alicerçados sobre os novos ideias nacionalistas. Deste modo, devemos procurar os seus marcos históricos nos primeiros anos que se seguiram as independências desses países. Os países que aqui analisamos, não escapam à regra.

Cabo Verde alcançou a independência em 1975, e um conjunto de medidas foram tomadas pelo governo do presidente Aristides Pereira, sendo notável uma forte intervenção do estado no setor da educação que até a altura da independência, oferecia uma exígua cobertura do ensino secundário que, de resto, era apanágio de uma pequena elite⁴¹. Essa intervenção permitiu que, mais tarde, na década de 1990, a rede escolar se expandisse para todo o país, tendo mesmo a cobertura das escolas secundárias alcançando os 22 municípios do país, favorecendo a massificação deste benefício, anteriormente disponível apenas para uns poucos. Por seu turno, a África do Sul, país onde por 48 anos vigorou o regime do apartheid foi marcado por profundas desigualdades quanto ao acesso no sistema de ensino. De 1950 a 1990 nenhum outro sistema refletiu mais o governo racial e filosofia do apartheid que sistema de ensino. As escolas eram usadas simultaneamente para praticar e ensinar o apartheid⁴².

⁴⁰ Por termos usado fontes secundárias, ou seja, informações que não foram produzidas originalmente para este fim, o que não nos permite assegurar a fiabilidade das informações utilizadas nem a correspondência das medidas utilizadas para ambos países esta comparação não poderá ser generalizada e deverão ser respeitadas as suas limitações.

⁴¹ De acordo Barbosa (2011:17), Após a independência a rede de escolas secundárias se resumia a dois Liceus para todo o Arquipélago. Fazia parte deles, o Liceu Gil Eanes em São Vicente, hoje, liceu Ludgero Lima, designação após a independência, que respondia às necessidades das ilhas de Barlavento, e do liceu Domingos Ramos, antigo liceu Adriano Moreira, que cobria as necessidades das ilhas de Sotavento.

⁴² Cfr.: <http://countrystudies.us/south-africa/56.htm>

Em virtude de população negra que constituía a maior parte, ter sido excluída das escolas, este país apresentava em finais da década de 1980 uma taxa de literacia inferior a 60% e estimava-se, de acordo com dados do ministério da educação, existirem mais 500.000 jovens sem formação⁴³. Esta realidade não difere da cabo-verdiana que até aos anos 60 do século XX tinha recebido pouco investimento para o setor, fato que deixou privada a maior parte da população do contato com a escola (Correia,2008).

Como o alcance da independência nacional em 1994, a constituição da república sul africana inaugurou uma nova era de reformas sob a bandeira da inclusão social, e com ela o compromisso “*to representative and participatory democracy, accountability, transparency and public involvement*” (Naidoo 2005:13 apud RCS, 1996). Estes princípios serão, depois, adotados nos diversos instrumentos reguladores no âmbito gestão educação, tal como o South Africa School Act (SASA)⁴⁴.

Pode-se assim constatar que, a semelhança dos demais países africanos, Cabo Verde e África do Sul tiveram necessidade de efetuar reformas no seu sistema de ensino, como condição necessária à rutura com o passado colonial e garantir o aumento da escolarização da população e concomitantemente, a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos seus povos.

Tal como na europa, continente dos ex-colonizadores, em África e em particular nestes dois países, tradicionalmente as escolas nunca tiveram muita autonomia e, só recentemente é que a temática tem vindo a ganhar terreno junto das lides governativas, que exercem um controlo centralizado da gestão da escola. Em Cabo Verde, por exemplo, a Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE) estabelece (Cap. I, art.º1º) que “o processo de desenvolvimento do ensino público e do ensino privado deve decorrer em instituições que dependem ou que são supervisionadas pelo Estado, ou em instituições criadas por outras entidades”. Embora o estado reconhece a complementaridade das escolas privadas ele não abdica da sua forte supervisão.

Para entendermos mais facilmente as razões deste forte papel interventivo que o estado jogou (e ainda joga), na gestão da vida das escolas temos de olhar para os objetivos

⁴³ Cfr.: Idem

⁴⁴ The SASA is a tool by which education in is democratized through the establishment of democratic structures of school governance in all public schools. Democratization includes the idea that stakeholders such as parents, teachers, learners and community members ‘must’ participate in the activities of the school (Joubert, sd:1)

visados e filosofia adotada pelos governos nos primeiros anos após a independência quanto a gestão do setor da educação.

Após as independências nacionais a maior parte dos estados africanos, sob a forma de estados-nação, iniciam um programa político visando a construção da identidade nacional e criação de igualdade de oportunidades, num cenário de quase nenhuma participação do setor privado.

A insuficiência de quadro especializado aliada a pouca experiência governativa, favoreceu a que os governos aptassem por modelos centralizados de administração como forma de garantir a coesão necessária ao bom funcionamento das instituições. Porém, os processos de desconcentração e/ou de descentralização tardam a acontecer dando lugar a rígidos e pesados sistemas pouco funcionais, aos quais, com o tempo vão se introduzindo novas alterações em face às debilidades de um sistema incapaz de atingir as metas preconizadas.

Dois países, dois olhares sobre a escola

Como vimos, historicamente, a trajetória dos dois países em matéria de gestão das suas instituições não diferem em muito. Contudo, com o passar dos anos a África do Sul não só diversificou os olhares que lançou sobre a escola, enquanto organização de natureza específica⁴⁵, como evoluiu em termos de legislação e instrumentos de suporte para a sua gestão. Uma realidade que em Cabo Verde tomou um rumo diferente, ou no mínimo, não na mesma velocidade, se tomarmos em linha de conta o estágio de organização que ambos sistemas apresentam hoje e os respetivos anos de independência, poderíamos mesmo falar numa relativa estagnação de Cabo Verde que iniciou o seu processo de vinte anos mais cedo que a África do Sul.

As questões ligadas ao setor da educação em ambos os países sempre mereceram, da parte dos respetivos governos, um tratamento normativo. Quinze anos após a sua independência, em 1990, Cabo Verde aprova a Lei n.º.103/III/90 de 29 de Dezembro – Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), através da qual definiu as linhas gerais da

⁴⁵ Cfr.: ALVES, José Matias (1996) *Modos de Organização, Direção e Gestão das Escolas Profissionais – um estudo de quatro situações*, Porto, Porto Editora, p.59

organização e funcionamento do seu sistema educativo assentes, fundamentalmente, no livre acesso de todos à educação, independentemente da idade, sexo, nível socioeconómico, crença religiosa ou convicção (LBSE artigo 1º), embora a nível do ensino secundário, esta reforma tenha sido feita, propriamente, apenas em 1996 com a introdução dos novos programas coincidindo com a aprovação da SASA na África do Sul, uma vez que este segundo país o aprovou dois anos após a sua independência, ou seja, em 1996. O South Africa School Act (SASA) introduz um novo modelo de governança para escolas, dando particular ênfase a participação dos cidadãos; pais, encarregados de educação e a comunidade em geral, bem como as formas de eleição dos órgãos de governança das escolas - os *School Governance Body* (SGB).

Quando se analisa a questão da autonomia das escolas, dificilmente se resiste à tentação de a relacioná-la com tipo de modelo de administração a elas subjacente. Ao contrário do que parece, num primeiro olhar, um modelo centralizado ou descentralizado não tem que ver necessariamente com o nível de autonomia das escolas. A este respeito Barbosa (2011:29) citando Costa, afirma que segundo estudos apresentados (Meuret & Sallé, 1992; Obin, 1992 & Alves, 1993b), “a existência de maiores espaços de autonomia dos estabelecimentos de ensino nos regimes centralizados do que naqueles que se apresentam como descentralizados, já que, nestes casos, os níveis de administração local assumem várias competências que naquelas situações são atribuídas às escolas”.

Da leitura feita à orgânica do ministério da educação de Cabo Verde, conforme espelha o Decreto-Lei nº.20 de 19 de agosto, o modelo cabo-verdiano caracteriza-se por ser um modelo centralizado articulando-se entre desconcentração territorial e funcional. Uma vez que, para a prossecução dos fins do ministério a nível local existem as delegações concelhias que dependem hierárquica e funcionalmente do ministério da educação. As decisões desse órgão são legitimadas através da sua dependência à um poder centralizado. Esta desconcentração abrange a transferência do controlo das escolas secundárias ao poder local municipal. Contudo, as autarquias deverão trabalhar sempre em articulação com o departamento governamental (hierarquicamente superior) responsável pelo setor. Em face disto, para a realidade cabo-verdiana é mais certo falar em processos de desconcentração do que em descentralização.

Se para Cabo Verde o existe um cenário de desconcentração das funções destes órgãos, com subordinação à uma hierarquia superior, na África do Sul esta desconcentração é acompanhada de uma maior autonomia das escolas secundárias.

Em ambos países a autonomia consiste no aumento das competências e capacidades de decisão das escolas e no estreitamento das suas relações com as comunidades. Também é encarada como forma de garantir a gestão eficiente e transparente dos recursos das escolas visando o alcance dos melhores resultados. Esta visão é imbuída do sentido de responsabilização dos atores locais quanto aos destinos da escola.

Composição dos órgãos de gestão das escolas

Falar de autonomia pressupõe falar em poder de decisão. Sendo a faculdade de decidir apanágio dos indivíduos ou órgãos, apresentamos de modo comparativo a composição dos órgãos de gestão das escolas secundárias dos dois países.

A gestão das escolas secundárias na África do Sul está ao cargo dos chamados School Governamt Body – SGB, isto é, em português corpo de gestão da escola que para o caso de Cabo Verde equivale a Direção da Escola. Desde já, existem diferenças quer na composição em si, quer no método da composição dos órgãos de gestão das escolas. Na África do Sul, professores, estudantes maiores de dezoito anos, pais ou encarregados de educação e pessoal não docente interno, podem se candidatar por um mandato de até três a um dos três órgãos da escola (direção da escola, conselho de estudantes ou assembleia de pais, respetivamente), enquanto em Cabo Verde o diretor da escola é indicado pelo órgão superior hierárquico, ou seja, pelo titular da pasta do setor junto da autarquia municipal por um período indeterminado. O diretor tem a prerrogativa de formar a sua equipa (subdiretor pedagógico, subdiretor administrativo e financeiro e subdiretor para os assuntos sociais). As direções das escolas funcionam com o suporte de órgãos colegiais, que em Cabo Verde assumem um caráter mais consultivo e na África do Sul um caráter mais deliberativo. Estes órgãos são, por exemplo, a assembleia da escola que discute e aprova o orçamento da escola e o valor das propinas na África do Sul e em Cabo Verde apenas toma conhecimento das decisões do Conselho de Direção, outro órgão colegial composto pelos quatro subdiretores, o secretário da escola e uma vogal em representação dos pais.

Pode-se assim afirmar que a forma de composição dos órgãos gestores da escola na África do Sul é mais democrática, pois é feita através da assembleia da escola onde professores, encarregados de educação e pessoal não docente interno participam, ao contrário da indicação unilateral do diretor na realidade cabo-verdiana. Outra diferença a assinalar consiste na fato de existir maior poder concentrado nos órgãos unipessoais (diretor da

escola) do que nos colegiais (conselho diretivo ou assembleia da escola), na realidade cabo-verdiana.

Autonomia das escolas

De um modo geral, são três os domínios nos quais as escolas secundárias podem ou não ser autónomas em Cabo-Verde. Na África do Sul, para além de autonomia das escolas abranger mais domínios, existe uma classificação específica das escolas secundárias quanto a sua autonomia. Existem as escolas abrangidas pela secção 21 do SASA e as não abrangidas. As escolas abrangidas possuem maior grau de autonomia na sua gestão, incluído poderes nos domínios pedagógico, financeiro e patrimonial.

Administrativa

O domínio administrativo é o que mais autonomias as escolas de ambos países possuem. Quase não existem limitações. Elas podem desde elaborar os seus próprios programas pedagógicos, definir calendários internos para atividades extracurriculares a desenhar os horários das aulas. Neste particular, as escolas na África são mais autónomas, pois podem contratar professores de substituição.

Financeira

Seja na África do Sul⁴⁶, seja em Cabo Verde⁴⁷, as escolas secundárias têm a prerrogativa de cobrar propinas dos alunos, embora apenas as escolas sul-africanas tenham autonomia para alterar e definir os valores, bem como decidir livremente sobre o destino a dar aos mesmos, em benefício da escola. Para além das propinas, as escolas podem arrecadar valores por meio da exploração de bens patrimoniais que possuam. Estes valores podem ser empregues na aquisição de material didático, manutenção das instalações, despesas

⁴⁶ Nos termos do SASA, SGBs estão mandatados para proceder a cobrança de propinas dos estudantes Jeoubert, s/d:11, apud Mbatsane

⁴⁷ Ao abrigo do art.º 3º do Decreto-Lei nº 19/2002 de 19 de Agosto

com a segurança e higiene e pagamento do pessoal administrativo indispensável. Ao contrário da África do Sul, em Cabo Verde ficam excluídas as despesas com construção de mais salas de aulas ou laboratórios, os pagamentos aos docentes e de serviços de como água e luz elétrica.

Pedagógica

A orgânica do ministério da educação cabo-verdiano não atribui nenhum poder executivo às escolas secundários quanto a sua gestão pedagógica. Embora, nos termos da artigo 35º, do Decreto-Lei nº20 de 19 de agosto de 2002, são atribuídas competências ao conselho pedagógico para elaborar as linhas gerais do projeto pedagógico da escola, este poder tem efetivamente pouca relevância na definição dos conteúdos e formatos dos programas escolares em comparação com as escolas sul-africanas. O projeto pedagógico da escola é mais um documento político que serve de orientação geral a prática curricular da escola que, não raras vezes é uma réplica dos documentos reitores do ministério. Ou seja, não se trata de uma autonomia no sentido de liberdade de criação ou adaptação de esquemas mais genéricos a realidade específica da escola, mas de um exercício de interpretação que deve ser mais fiel daquele esquema geral, por formas a garantir o seu cumprimento mais cabal a nível das escolas. Neste sentido, não há autonomia, tal como referimos na página número quatro. O mesmo não sucede com as escolas secundárias da África do Sul onde os poderes são mais efetivos neste domínio. As escolas estão dotadas de iniciativa programática e podem decidir sobre os tempos letivos e cargas por disciplinas. Essas decisões são tomadas a nível do conselho pedagógico em estrita colaboração com a assembleia de pais. O responsável municipal do setor junto governo funciona mais, nesse caso, como uma figura de júri e que pouco interfere nesses processos, contudo acompanha-o de perto com o fim de garantir que o mesmo decorre dentro do quadro previsto no SASA.

Disciplinar

As escolas cabo-verdianas tendem a ter, num plano mais imediato da ação, mais autonomia disciplinar sobre os alunos do que sobre os professores e membros da direção, em comparação as escolas sul-africanas. Em Cabo-Verde os conselho de direção pode

livremente decidir sobre a suspensão de estudantes sem consultar a assembleia de pais. Na África do Sul a direção da escola, isto é o conselho de direção apenas pode suspender o estudante por um período nunca superior a uma semana. A expulsão de alunos não compete as direções das escolas, limitando-se estas a remeter a proposta junto do órgão governamental competente, após consulta da assembleia de pais. Contudo, as escolas em Cabo-Verde não podem sancionar professores ou trabalhadores administrativos. A sua ação neste domínio está limitada a instrução do competente processo que segue para o setor responsável junto do departamento distrital, enquanto a direção da escola na África do Sul pode sancionar e até mesmo despedir professores.

Estas desiguais competências são, em parte, fundadas nas diferentes formas que dão origem e legitimam os poderes dos órgãos da gestão escolar. O poder das direções escolares em Cabo Verde não reside, originalmente, nelas mesmas. É um poder desconcentrado a partir do responsável do setor que os nomeia. Logo, a direção da escola não tem legitimidade própria o que poderá explicar as limitações que lhe são impostas. Já na África do Sul os corpos gestores das escolas possuem poderes próprios, porque são legitimados através voto de toda a comunidade. Quanto aos professores, uma vez que a escola não tem poder de contratar professores em Cabo Verde entende-se o fato de lhe limitarem o exercício da ação disciplinar sobre estes, ao contrário as escolas sul-africanas que podem contratar os seus próprios professores.

Conclusão

Do ponto de vista das abordagens institucionais a África do Sul possui mais trajetória, embora seja a república mais nova, fato comprovável pela sua extensa legislação específica e aplicável e diversas discussões promovidas. Não obstante a isso, existem várias semelhanças constatadas na composição dos corpos gerentes das escolas secundárias de Cabo Verde e da África de Sul. Porém, é notório um maior grau de dependência das escolas cabo-verdianas de órgãos externos à comunidade, fato que limita excessivamente a sua autonomia.

Os processos que dão origem às direções das escolas são mais democráticos na África do Sul (através do voto da comunidade) do que em Cabo Verde, que se dá por nomeação administrativa baseada em critérios mais políticos que técnicos.

Constatou-se, igualmente, que em algumas áreas em que a escolas cabo-verdianas possuem essa autonomia, nem sempre esta chega a efetivar-se devido ao certo vazio de legitimidade que assiste o exercício da gestão dos conselhos de direção, originado pela forma adjacente à sua indicação.

Embora existam na orgânica de ambas escolas órgãos colegiais, são as escolas sul-africanas que atribuem poderes aos seus órgãos colegiais. Estes parecem possuir poderes não só mais amplos, como também mais efetivos. Exercem uma ação fiscalizadora e um papel mais ativo nas dinâmicas escolares, em comparação a Cabo Verde.

Posto isto, podemos afirmar, com as limitações que nos assiste este exercício, existirem traços gerais dos respetivos passados coloniais na gestão das escolas nestes dois países. Da Inglaterra, África do Sul herdou a maior abertura e vem bebendo, através do intercâmbio, da sua tradição mais antiga em termos de autonomia das escolas; Cabo Verde está, atualmente, a realizar um trajeto semelhante ao levado a cabo por Portugal na década de oitenta, caracterizado essencialmente por uma gradual cedência de poderes às escolas no quadro de uma política de desconcentração administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, José Matias (1996) *Modos de Organização, Direção e Gestão das Escolas Profissionais – um estudo de quatro situações*, Porto, Porto Editora

Correia, A. (2008), *Análise sectorial da educação e desenvolvimento em Cabo-Verde. Que intervenção*, Lisboa, Universidade Aberta

Morais, Maria Helena Fortes (2011), *A escola secundária privada em Cabo verde: organização e funcionamento - estudo de caso* (memória de licenciatura), Universidade Piaget de Cabo verde.

Motimele, Mphela (2011), *School Governing Bodies: Rights and Responsibilities, Educatio*, Rigths e projects, Pretoria, South Africa

Naido, Jordan P (2005) Educational decentralization and school governance in South Africa: from policy to practice, International Institute for Education Planning, Paris, Unesco

Revista

Wolhuter at all (2003), *Learning from south–south comparison: the education systems of South Africa and Madagascar* in *South African Journal of Education*, Vol 23(1) 29 – 35

Legislação

Lei de Bases do Sistema Educativo 103/III/90 de 29 de Dezembro

Decreto-lei 18,19,20 /02 de 20 de Agosto

Republic of South Africa, President's Office (2006), *South Africa School Act*, Government Printer, Pretoria, Republic of South Africa.

Relatório

Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, PNUD

Eurydice (2007), *Autonomia das Escolas na Europa: Políticas e Medidas*, Bruxelas, Comissão Europeia.

Comunicações e outros documentos

Joubert, Rika (s/d), *School governance in South Africa: Linking policy and praxi*, Department of Education Management and Policy Studies, University of Pretoria.

Munanga, Kabengele (1997), “*Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos*”, in *A Dimensão Atlântica da África. II Reunião Internacional de História da África*, São Paulo,CEA-USP/SDG- Marinha/CAPES.

Ross, Clive (2009), *Public School Governance in South Africa*, Department of Basic Education, Pretoria, South Africa

HISTÓRIA

ABORDAGENS SOBRE MEMÓRIA, JUSTIÇA E TRANSIÇÃO

Rui Manuel Costa Calado⁴⁸

rui.mcc@iol.pt

Resumo:

Partindo da historicidade da palavra memória analisa-se o seu percurso histórico culminando no *boom* das políticas de memória, em particular na América do Sul. As transições para a democracia e a forma como os países gerem as mesmas têm sido objecto de estudo, nas últimas três décadas, para investigadores de diferentes zonas do globo. As questões centram-se na necessidade de uma política de verdade, justiça e memória para crimes contra os direitos humanos, cometidos em ditadura, e para outros numa política de “reconciliação”, ambas defendidas como indispensáveis, no processo de transição democrática.

Palavras-chave:

Memória; Políticas de Memória; Transição para a Democracia; Justiça; Comissões de Verdade.

⁴⁸Mestre em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutorando em Altos Estudos em História pela mesma faculdade.

Abstract:

Starting from the historicity of the word memory we will analyse its historical course until the memory policy *boom*, particularly in South America. Transitions to democracy and how countries manage them have been studied, in the last three decades by researchers from different areas of the World. The questions focus on the need for a politics of truth, justice and memory for crimes against human rights that happened in dictatorship and to others in a “reconciliation” policy, both protected as imperative in the democratic transition process.

Keywords:

Memory, Memory Policies; Transition to Democracy; Justice; Truth Commissions.

Introdução

Este artigo que aqui se apresenta resulta de uma investigação sobre as políticas de memória em democracia e pretende ser uma reflexão em torno de questões da memória, da justiça *versus* reconciliação e da forma como em democracia se praticam políticas de memória sobre as ditaduras. Questões como: o que é a Memória?; O que significa justiça?; O que representa a reconciliação? Será a justiça inimiga da normalização democrática? Será que um país saído de uma ditadura só poderá pacificar-se com políticas de reconciliação? Será a justiça de transição necessária ao desenvolvimento da democracia? serão ponderadas aqui.

Compreender a origem linguística da palavra memória, bem como, as diferentes dimensões sociais, individuais e históricas da mesma será determinante para a construção do conceito de políticas de memória. Conceito este que tem sido alvo de contenda tanto a nível social, como político e académico.

Ao longo das últimas três décadas inúmeros investigadores têm defendido duas correntes de pensamento no que diz respeito às políticas de memória nas transições para a democracia. De um lado privilegia-se a memória, verdade e justiça e conseqüentemente julgamentos de crimes contra os direitos humanos, defendendo-se que esta trilogia é indispensável ao processo de democratização e que os crimes cometidos jamais poderão ficar impunes sob pena de “as feridas não cicatrizarem”. Do outro lado há uma aposta nas

políticas de reconciliação que têm como pensamento subjacente o “esquecimento”. O julgamento de crimes é visto como um processo de conflito interno fazendo com que a sociedade jamais “esqueça” a ditadura e as suas acções, ficando refém do seu passado. Esta dicotomia e a forma como as políticas concretas que lhe estão associadas estão a ser postas em prática ditarão o rumo da minha reflexão ao longo deste artigo.

1 - Memória como problemática

Quando falamos de memória reportamo-nos, em primeira instância, à origem da palavra, origem grega, e que se atribui mais concretamente a *Mnemosine* – a mãe das musas. Na mitologia grega esta entidade conhece os segredos da beleza, do saber mas, também, da justiça e da verdade.

A memória pode ser definida em ópticas muito diferenciadas que abarcam a psicologia, antropologia, neurologia, biologia, passando pela filosofia e história. As actividades mnemónicas tendentes a rememorar aquilo que não está presente estão intimamente ligadas ao contexto histórico, existindo, por isso, a história da memória. Não querendo aqui fazer uma abordagem profunda da história da memória é relevante recordar alguns momentos e figuras históricas que marcaram esta temática. O sofista Hippias, do século V a.C., desenvolveu a arte mnemotécnica que irá perdurar desde a Antiguidade Greco-Romana até ao Renascimento, tendo como paradigma uma ideia de memória humana geral, objectiva e manifestada exteriormente através, por exemplo, da tentativa de concentração de todos os textos escritos num museu-biblioteca à semelhança de Alexandria. Todavia, Santo Agostinho desenvolverá uma nova técnica de memória, expressa no seu livro *Confissões*, uma memória interiorizada e caminhando numa esfera individual, deixando de ser um instrumento de saber universal para se converter na exploração de cada sujeito. Esta memória íntima e singular coabitará com a outra percepção de memória desenvolvida inicialmente por Hippias.

A invenção da imprensa e as respectivas consequências desenvolveram profundas transformações na memória levando a uma reestruturação dos trabalhos nesta área, contudo sem se afastarem das matrizes de Hippias e de Santo Agostinho. Hoje em dia verifica-se que as memórias autobiográficas ou os diários íntimos são manifestações representativas do esforço de reconstrução do passado individual e da importância da própria identidade na consciência de cada pessoa.

Uma outra esfera da memória tem como enfoque o estudo crítico e científico do passado humano realizado pelos historiadores, que têm como objectivo primordial o conhecimento.

A relação entre estas três dimensões da memória: social, individual e histórica é de complementaridade e não de acumulação e muito menos de oposição. A memória histórica não deve ignorar as provas factuais nem a experiência individualizada de cada indivíduo que viveu determinados acontecimentos. Este, no entanto, deve tentar nortear as suas memórias por premissas da verdade, sendo que estas são fulcrais para o desenvolvimento do trabalho do historiador. A interdependência será essencial para o desenvolvimento da memória social evitando o esquecimento e também a mistificação de acontecimentos.

A memória, do ponto de vista filosófico, tem inevitavelmente um problema insolúvel que consiste na presença de uma coisa que está ausente. Este aparente paradoxo entre a presença e a ausência foi abordado por Platão⁴⁹ num dos seus diálogos mais críticos *Teeteto* e mais tarde desenvolvido por Aristóteles na sua obra *Da memória e reminiscência*. Uma outra questão, complementar à anterior, está reflectida nas indagações de Paul Ricoeur que evidencia que o passado já passou, é algo terminado e não pode ser modificado, o futuro, pelo contrário, é aberto, incerto e indeterminado. Significa isto, que aquilo que o pode modificar será o sentido que se dá ao passado, sujeito a interpretações e reinterpretações alicerçadas na intencionalidade e perspectivas face ao futuro.⁵⁰

A “explosão” da memória no mundo ocidental, nos dias de hoje, constitui um fenómeno que coexiste, paradoxalmente, com um ritmo rápido e com a fragilidade dos acontecimentos do dia-a-dia. Os países, as comunidades, as famílias e os indivíduos narram os seus passados (para si mesmos e para os outros) de forma a revisitar o passado, a olhar e a ouvir os ícones e os rastros históricos de um “tempo que foi”. Esta cultura é, em parte, uma reacção a uma época de mudanças rápidas e vidas carentes de raízes, funcionando a memória como mecanismo cultural para favorecer o sentido de pertença a determinada comunidade. O aceleração da vida contemporânea causa o medo do esquecimento que se manifesta no marketing massivo da nostalgia ou, no caso português, na palavra tão singular: saudade. Este paradoxo do mundo contemporâneo entre a

⁴⁹Vide RICOEUR, Paul, *A Memória, História e Esquecimento*, Campinas – São Paulo, Unicamp, 2008, p.27

⁵⁰Vide Ricoeur, Paul, *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*, Madrid, 1999 e *A Memória, História e Esquecimento*, Campinas – São Paulo, Unicamp, 2008

aceleração do processo histórico, o medo do esquecimento e movimentos memorialistas que exaltam a presença do passado, consubstancia-se em fenómenos como o do Holocausto que nos é dado, não só como acontecimento histórico específico, mas, acima de tudo, como experiência traumática enraizada na nossa cultura ocidental.

Quando nos referimos à memória deveríamos falar no plural – memórias - já que há processos de construção de reminiscência tanto a nível individual como social. Ao falar de memória falamos de uma faculdade psíquica de recordar, ou seja, de reter realidades na mente. O indivíduo na sua acção quotidiana com os restantes elementos que compõem a sociedade tem a capacidade de “activar” o passado no presente, assim sendo, a memória é o presente do passado, segundo as palavras de Paul Ricoeur. Este mecanismo não ocorre somente nos indivíduos, ocorre também nas relações sociais, instituições e culturas, podemos desta forma falar numa memória colectiva que emerge de um contexto específico estando as memórias individuais sempre dependentes do conjunto de valores de uma sociedade ou grupo “solo podemos recordar cuando es posible recuperar la posicion de los acontecimientos pasados en los marcos de la memoria colectiva [...] el olvido se explica por la desaparición de estos marcos ou de parte de ellos [...]”.⁵¹ Seremos levados, necessariamente, a afirmar que existem tantas memórias colectivas quantos grupos e instituições na sociedade. Em suma a memória individual não pode ser distanciada da memória colectiva. O indivíduo não tem, de forma isolada, o controle sobre o “resgate” do passado, algo demonstrado nos trabalhos de Halbwachs. Este, como o autor mencionado afirma, nunca está só, reflecte e vê as suas memórias de forma colectiva interagindo com a sociedade e utilizando construções colectivas como por exemplo a linguagem.

A memória colectiva acarreta a responsabilidade colectiva a que se refere Jurgen Habermas “no existe la culpa colectiva. El culpable debe responder por su culpa individualmente. Al mismo tiempo, sin embargo, existe algo que puede llamarse responsabilidad colectiva respecto del contexto mental y cultural en el que los crímenes masivos fueron posibles.”⁵²

A memória individual varia consoante a posição que o próprio indivíduo ocupa dentro do seu grupo e a relação com outros grupos “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória colectiva, e esse ponto de vista muda segundo o lugar que “nele ocupo” e, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que “mantenho” com outros

⁵¹ JELIN, Elizabeth, *Los Trabajos de la memoria*, Madrid, Editora Siglo Veintiuno, Junho 2002, p.20

⁵² SABATO, Ilda, “Historia Reciente y Memoria Colectiva” in *Punto de Vista*, nº 49, Agosto de 1994, p. 31

meios”.⁵³ As memórias não são mais do que recordar um acontecimento memorável expressado de forma narrativa com um discurso coerente.

Na memória individual e colectiva não é premissa essencial (se bem que muito importante) que os acontecimentos sucedidos sejam relevantes historicamente, têm, no entanto, que ter uma carga afectiva. Esta última particularidade permite desenvolver o processo de recordar.

Toda a narrativa, seja ela individual ou colectiva, está intimamente ligada com o esquecimento, é um procedimento complexo que implica a selecção, de forma a tornar viável a sobrevivência de entidades individuais e colectivas. A memória total é impossível e são fulcrais, para a própria memória, as diversas formas de esquecimento e silêncio. A memória tem mecanismos de selectividade obrigando a esquecer determinados factos em detrimento de outros, não é “um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo [...]”⁵⁴

No entanto, o seu contrário é também impraticável, sempre que se tenta fazer uso do esquecimento apagando acontecimentos passados através de políticas do esquecimento, manifestações culturais e sociais recordam-nos, ainda que tenham estado “submersos” ao longo de décadas ou mesmo séculos, como se observa no caso de espanhol.

É necessário referir que, em termos semânticos, as palavras amnésia e amnistia, derivam da mesma raiz, isto é, a amnistia é uma forma de esquecimento propositada. Os usos da memória não se fazem, somente, através do esquecimento propositado, também a obsessão da memória e o memorialismo excessivo, de que fala Pierre Nora no seu livro, *Les Lieux de Memoire*, são utilizados por alguns sectores de forma a construir algo artificialmente. Vejamos a criação artificial de tradições nacionais na Europa, que serviram para legitimar Estados-Nação, para construir uma coesão nacional que combatesse, entre outras coisas, as lutas sociais internas. É este um exemplo do uso, ou melhor dizendo de manipulação da História passada⁵⁵. Também no famoso texto de Ernest Renan “O que é uma nação?”⁵⁶ o autor procura desmitificar a Nação “com fronteiras divinas” chegando mesmo a perguntar porque é que determinado rio separa dois países e um outro rio não o faz, numa tentativa de demonstrar a artificialidade da criação das nações, estando estas sujeitas a um plebiscito permanente.⁵⁷ Esta relação entre

⁵³ Apud Ricoeur, Paul, *A Memória, História e Esquecimento*, Campinas – São Paulo, Unicamp, 2008, pp. 133-134

⁵⁴ CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p.20

⁵⁵ Vide HUYSEN, Andreas, “En Busca del tiempo futuro”, in *Puentes*, n.º 2, Dezembro 2000, pp.12-29

⁵⁶ Tradução livre do autor

⁵⁷ Conceito utilizado por Ernest Renan

História e Memória tem vindo a ser alvo de reflexão por parte dos historiadores, “uma” memória nacional está edificada sobre a reivindicação patrimonial, de forma permanente e multiplicada, em busca de uma coesão (identidade) surgindo, segundo Pierre Nora, uma dupla questão. A primeira são os critérios de eleição desse património que, para este autor, estão directamente relacionados com o sentido da mensagem que se quer passar. Em suma, é a ideologia que os selecciona e é para a ideologia que estes são seleccionados. A segunda questão é a relação entre a Nação Histórica e a Nação Memorial, ou melhor dizendo de como a memória afectou brutalmente o futuro para legitimação da acção do presente. A influência da ideologia na memória, que não deixa de ter um sentido histórico, ainda que não seja único, faz com que actores históricos determinados tenham a intenção de a manipular.

Este tema ganha uma nova abordagem no livro *Les Abus de la Mémoire*, no qual Todorov critica o excessivo abuso da memória “literal”, em que as vítimas e crimes são vistos como únicos e irrepitíveis. A repetição, em forma ritual da memória é duramente criticada por Todorov e frases como “tem de ser” ou “porque é tradição” são vistas pelo autor com exemplos de “mau” uso da memória, defende por isso um outro paradigma da memória – memória nova ou exemplar - no qual esta se transforma num modelo para compreender novas situações de forma “[...] a non olvidar lo que no se debe repetirse”⁵⁸ Isto é a memória deve ir muito para além do recordar dos acontecimentos ocorridos, deve ter uma função primordial na não repetição de determinados acontecimentos. Em última análise, deve ter um papel activo na contemporaneidade.

No caso sul-americano, e não só, movimentos que defenderam os direitos humanos são a cara dos “empreendedores” da memória, conceito utilizado por Elizabeth Jelin, que transforma o conceito de militante da memória trabalhado por Henry Rousso. Jelin defende o envolvimento pessoal num projecto da memória comprometido com o restante grupo de trabalho, procurando gerar uma mobilização para além das fronteiras naturais, ou seja, tentando incutir a luta pela memória nos grupos aparentemente afastados desta temática. O papel destes agentes da memória é central para os conflitos em redor da memória pública.

Aliás, os “empreendedores da memória” utilizarão não só as datas mas também os lugares como “veículos” para recordar os acontecimentos ocorridos, por exemplo uma data que

⁵⁸ VEZZETTI, Hugo, *Pasado y Presente – guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires, Editores Siglo Veintiuno, 2009, p. 30

assinala um desaparecimento de um militante político ou um espaço físico onde foram cometidas atrocidades são, por excelência, memória. Estes espaços foram e são, ao longo da História, espaços de confronto entre aqueles que querem eliminar fisicamente estes locais e conseqüentemente tentar apagar traços da memória e aqueles que vêm estes espaços como marcas que devem ser potencializadas em prol do presente e do futuro. Não é por acaso que estes traços⁵⁹ da representação memorial são compreendidos como vestígios humanos voluntários ou involuntários.

O espaço físico é de certa forma o poder sepultar os desaparecidos que não tiveram esse direito, melhor dizendo, os lugares físicos causam aos amigos e familiares e, em última análise, a toda a sociedade uma sensação de conforto e de alívio perante o sofrimento. Nesta abordagem sobre o que é o espaço físico e a sua relação com a memória apercebemo-nos que a “conquista” (já abordada no capítulo anterior) do espaço físico pelos “empreendedores da memória” é executada de forma a conseguir que o potencial de historicidade de um determinado local se desenvolva. Não é, portanto, de estranhar que palavras como memória e monumento tenham uma origem comum que provém do termo *men* de matriz indo-europeia. Aliás como refere Fernando Catroga no livro *Memória, História e Historiografia*, a relação entre estas duas palavras não se limita à proveniência etimológica, também “[...] convida a relacionar as dimensões espaço-temporais [...]”⁶⁰ Um monumento, por exemplo, torna visíveis os factores que levaram à construção do mesmo. Na realidade, não é o espaço que produz a memória, é a memória que produz o espaço, que, por sua vez, o capitaliza para a transmissão e aprendizagem da memória. A marcação dos lugares físicos é visível nas intituladas “casas da memória” que Joel Candau refere na obra *Anthropologie de La Mémoire*, que mais não são do que museus de arte e tradição popular, etnográficos ou de história local e que têm como propósito fundamental a transmissão e preservação de “experiências humanas”.

Difícilmente se podem separar as três “empreitadas” da memória: preservar e transmitir as memórias, reconhecimento e homenagem às vítimas e procura da justiça.

⁵⁹ Esta palavra está registada desde o século XII e provém da palavra *tractus* que significa, grosso modo, impressões da passagem de um animal. Vide: CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001

⁶⁰ CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora 2001, p.24

2 - A justiça, memória e transição para a democracia

A problemática de justiça e memória tem sido debatida nos meios académicos ao longo das últimas décadas. Algumas correntes de pensamento da transição democrática e mecanismos de justiça, durante os anos 80 e inícios dos anos 90, defenderam que os julgamentos que assentam nas violações dos Direitos Humanos seriam politicamente insustentáveis e susceptíveis de prejudicar novas democracias pouco maduras⁶¹. É nesta linha de pensamento que autores como O'Donnell e Schmitter vêm defender que “os líderes políticos não se podem dar ao luxo de serem movidos apenas pelas suas convicções, alheios às inibições da vida real[...]” porque os valores éticos e as acções tomadas na sua defesa podem conduzir a reacções militares que poem em causa a própria democracia.

Esta linha de pensamento defende que os políticos, que executaram as transições nestes países, teriam de conciliar os seus princípios éticos com o pragmatismo de uma possível reacção política e/ou militar a tais julgamentos. Alertaram para o facto de estas acções serem susceptíveis de prejudicar a democracia, defendendo que as decisões tomadas pós transição, nomeadamente as amnistias, tinham de ser duráveis e estáveis de forma a “reconciliar” as sociedades. Advogavam ainda que a passagem do tempo atenuaria as memórias “duras” das ditaduras conduzindo a uma “reconciliação”. Samuel Huntington, a propósito do caso concreto espanhol, refere mesmo “a passagem do tempo atenua a mais amarga das memórias”⁶². Desta forma o debate sobre as atrocidades ia perdendo mediatismo no espaço público o que naturalmente fazia diminuir o apoio da opinião pública à reivindicação por justiça.

Para esta corrente dominante os julgamentos, a ser realizados, deviam tê-lo sido num curto espaço de tempo, de preferência imediatamente após a implementação da democracia. Para grande parte destes autores os julgamentos feitos no “pós transição”, conceito por eles utilizado, iria “minar” a democracia.

Ainda nesta linha e atendendo a que em alguns casos haverá desejo de “verdade” e de “justiça” defendem a separação destes dois conceitos achando que devem ser inconciliáveis. Afirmavam que as Comissões de Verdade deveriam ser alternativas aos julgamentos. Um dos autores que defende esta perspectiva é Zalaquett, que curiosamente

⁶¹VIDE: HUNTINGTON, Samuel, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1991

⁶²VIDE: O'DONNELL, Guilhermo e SCHMITTER, Philippe C., *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1986

foi um dos elementos que pertenceu à *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* no Chile, explanando nos seus trabalhos uma suposta dicotomia entre as Comissões de Verdade e os julgamentos como se fossem inconciliáveis.

A partir dos anos 90 a realidade de alguns países, nomeadamente na América Latina, veio contradizer as narrativas, hegemónicas, até então. Vários autores têm vindo a estudar os fenómenos empíricos relacionados com o aumento significativo de Comissões de Verdade e de Julgamentos que incidem em violações de Direitos Humanos, grosso modo, Políticas de Memória, chegando à conclusão de que não há uma relação entre os julgamentos e a instabilidade democrática. Os diferentes tipos de julgamentos, sejam eles nacionais ou internacionais, são para estes autores não são só meramente conciliáveis com as Comissões da Verdade mas acima de tudo constituem duas faces da mesma moeda, como alguns teóricos, por exemplo Sikkink, Walling e Jelin têm vindo a defender. Os dois primeiros fizeram um estudo sobre a realidade na América Latina e chegaram à conclusão que em 2/3 dos países em que houve Comissões de Verdade também se realizaram algumas formas de julgamentos de crimes cometidos contra os Direitos Humanos. Demonstraram não haver uma dicotomia entre as Comissões da Verdade e os Julgamentos. Para além disto, no mesmo estudo ficou comprovado que no caso da América Latina houve, desde 1978, houve poucos exemplos de golpes militares, comparativamente com grande parte do restante século XX. Em catorze países, desta zona do globo, em que existiram julgamentos não existiu nunca, para estes autores, uma evidência clara entre os julgamentos e instabilidade, sendo por ventura a única exceção a Argentina, onde na década de 80 houve tentativas falhadas de golpes militares contra o governo de Alfonsín.

Ao contrário do que defendiam os teóricos da “reconciliação”, e tendo como base as recentes leis da memória em Espanha, as recordações não se apagam e surgem mais tarde ou mais cedo. A propósito, basta observar o debate existente hoje em dia na sociedade espanhola sobre as atrocidades cometidas pelo regime franquista, ainda que passadas muitas décadas.

Os “partidários” da justiça defendem que esta deve ser vista numa estratégia a longo prazo e não meramente como uma justiça em período de transição⁶³, de forma a que os crimes cometidos sejam levados a tribunal, uma vez que em democracia todas as pessoas são tratadas segundo os mesmos princípios.

⁶³Entende-se aqui o período de transição como fenómeno de curta duração e não um mecanismo de transição num espaço temporal mais lato.

Não há, para estes autores, dicotomias entre verdade e justiça, entre julgamentos e democracia ou idealismo e pragmatismo, os julgamentos podem, segundo os últimos estudos, contribuir para a melhoria dos Direitos Humanos num Estado de Direito, ajudando a construir uma democracia mais aprofundada e participativa. No entanto, devemos ver o contexto concreto de cada país e região existindo realidades tão diversas como as da América do Sul, Europa do Leste, África ou da Ásia não podendo assim ser utilizados os mesmos mecanismos quer de análise quer de acção. (...)

BIBLIOGRAFIA

- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001
- HALBWACHS, Maurice, ALEXANDRE, J.H. *La Memoire collective*, Paris, PUF, 1950
- HUNTINGTON, Samuel, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1991
- HUYSEN, Andreas, “En Busca del tiempo futuro”, in *Puentes*, n.º 2, Dezembro 2000
- JELIN, Elizabeth, *Los Trabajos de la memoria*, Madrid, Editora Siglo Veintiuno, Junho 2002
- MARTINS, Rui Cunha, *Portugal 1974 Transição Política em Perspectiva Histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011
- O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C., *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1986
- RICOEUR, Paul, *A Memória, História e Esquecimento*, Campinas – São Paulo, Unicamp, 2008
- RICOEUR, Paul, *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*, Madrid, 1999 e *A Memória, História e Esquecimento*, Campinas – São Paulo, Unicamp, 2008
- SABATO, Ilda, “Historia Reciente y Memoria Colectiva” in *Punto de Vista*, nº 49, Agosto de 1994
- SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth, “The impact of Human Rights Trials in Latin America”, in *Journal of Peace Research*, vol.44, nº 4, pp. 427-445, 2007
- VEZZETTI, Hugo, *Pasado y Presente – guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires, Editores Siglo Veintiuno, 2009

GESTÃO

PAPEL DA SATISFAÇÃO LABORAL NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL – BANCO DE FOMENTO ANGOLA, AGÊNCIAS DO HUAMBO

Anselmo das Neves Mário Celestino

anselmo.neves@ispsn.org

Resumo:

No âmbito da Gestão de Recursos Humanos, procuramos olhar especialmente para o aspecto de satisfação laboral e o seu impacto no cumprimento da missão e visão da organização, para a obtenção da eficiência e eficácia em seu trabalho quotidiano, estabelecendo uma real parceria entre a motivação e a satisfação dos empregados com a maximização dos lucros. Esta combinação lucro-pessoa, num consciente programa de melhoria da qualidade pode promover um ambiente que favoreça o cumprimento dos objectivos do indivíduo/trabalhador e os da empresa.

O presente trabalho aponta que a força de trabalho não é um simples recurso e sim, um capital humano que precisa ser valorizado como uma força viva e inteligente que aprende e persegue os seus objectivos. Portanto merece investimento para a sua formação, motivação e liderança de formas possam encontrar satisfação através do trabalho⁶⁴. Assim, os órgãos de Gestão das empresas/organizações precisam fazer previsões para que se possa tirar proveito do capital humano disponível na empresa, promovendo a competitividade empresarial.

⁶⁴FRANÇA, Ana Cristina Limongi (1996). *Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000*. (dissertação de doutorado em Administração). USP, São Paulo

Palavras-chave: Motivação, satisfação, Desempenho Organizacional, Capital Humano e comportamento organizacional.

Abstract:

In the context of Human Resource Management, we try to look mainly for the aspect of job satisfaction and its impact on the fulfillment of the mission and vision of the organization to achieve efficiency and effectiveness in their daily work, establishing a real partnership between motivation and satisfaction in the employees with the maximization of profits. This combination income-person in a conscious program of quality can improve an environment that contributes to the fulfillment of the employees' goals / employee and the company.

The present work shows that the workforce is not a simple feature to the other, but a human capital that needs to be valued as a living and intelligent force that learns and pursues its goals. Therefore, deserves investment for their training, motivation and leadership to find fulfillment through work. Thus, the management bodies of the companies/organizations need to make predictions that can take advantage of the human capital in the enterprise, promoting business competitiveness.

Keywords: Motivation, Satisfaction, Organizational Performance, Human Capital and Organizational Behavior.

Introdução

Não basta ter pessoas competentes numa empresa, deve-se, antes, oferecer condições para que desenvolvam o seu potencial a fim de que se comprometam com a organização e produzam os resultados almejados. O conhecimento dessas premissas despertou o interesse para analisar a actuação dos funcionários bancários afectos ao Banco de Fomento Angola e a sua satisfação com o trabalho que realizam nas malhas da empresa.

O contexto económico actual exige que as empresas revejam as suas estratégias sob pena de desaparecer do mercado. Nesse empenho, o factor produtivo mais destacado é a força

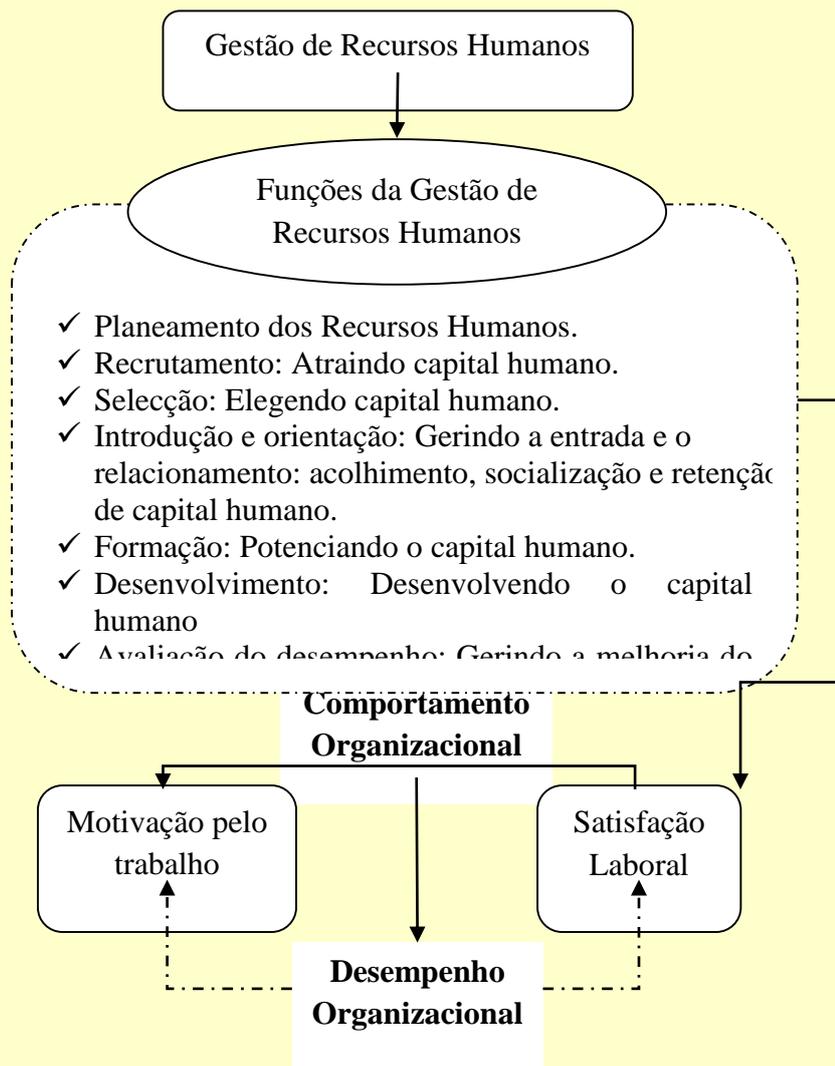
laboral das organizações, mas tal força deve ser motivada para que fique satisfeita e tenha os comportamentos desejados de forma a contribuir para o cumprimento da missão e visão estratégica da organização. Neste pensamentos, a satisfação no trabalho constitui-se na peça chave do desenvolvimento humano e profissional, pois é nas organizações que o indivíduo – trabalhador - encontra o seu sucesso ou a sua frustração⁶⁵, situações estas que interferem directamente no seu bem-estar psicossocial, assim como no seu rendimento na vida laboral.

A questão que anteriormente era vista apenas como a satisfação dos trabalhadores (satisfação com o trabalho) agora é vista como um conjunto de acções que a empresa deve levar á cabo com vista a proporcionar um ambiente atractivo e um clima organizacional harmonioso para que os empregados sejam mais produtivos e sintam-se realizados profissional e pessoalmente através do trabalho. O agir da gestão em função destas condições, vem ganhando importância no âmbito das organizações e espaços nas discussões académicas e empresariais. Na verdade, o autor coloca a questão da satisfação laboral como ponto chave para a qualidade nos serviços, o que conduz não só para um adequado comportamento organizacional, mas também, um alto desempenho e competitividade organizacional.

Mapa conceptual para análise teórica do estudo.

A investigação que se relata neste trabalho, teve grande pertinência pela razão da forte contribuição que dá para o melhoramento do desempenho organizacional. Como maneira de partir do geral para o particular, integrando num sistema os elementos teóricos (variáveis conceptuais), se concebeu o mapa conceptual da figura 1.

⁶⁵, segundo Vasconcelos (2001)



Então segundo fio condutor da figura 1, a análise conceptual inicia-se pela Gestão dos Recursos Humanos que consiste num processo contínuo para manter na organização às pessoas adequadas, nas posições adequadas, no momento adequado. O gestor dos Recursos Humanos é a pessoa encarregada desta complexa tarefa, por isso as actividades mais críticas do administrador estão na selecção, capacitação e desenvolvimento da gente que mais pode, com o seu desempenho, contribuir para o desenvolvimento da organização⁶⁶.

⁶⁶Stoner, (1996)

I. 1. Recursos humanos versus capital humano

«As pessoas são o nosso activo mais importante» - eis uma afirmação recorrente nos relatórios de contas e nos discursos dos gestores. O seu conteúdo, ainda, nem sempre é validado pela prática organizacional.

“Frequentemente, as decisões de gestão das pessoas, ao contrario das decisões financeiras, são tomadas de forma pouco rigorosa e com conhecimento pouco avançado. Um desafio que se coloca às organizações contemporâneas é o da criação de valor - uma responsabilidade de todas as áreas e de todos os membros da organização. A forma como as pessoas são geridas é fundamental para o valor de longo prazo de uma empresa. É igualmente crucial que a gestão das pessoas demonstre a sua contribuição para o valor organizacional, sob pena de perder (ou não ganhar) credibilidade como função de gestão”⁶⁷.

Uma tarefa crucial para os gestores é, pois, a de compreender como as organizações podem gerir as pessoas de tal forma que aumentem a respectiva capacidade produtiva e criativa, ao mesmo tempo que mantêm em limites sustentáveis os custos associados ao trabalho.

Nesse sentido joga um grande papel a diferenciação do enfoque de Recursos Humanos versus Capital Humano. O capital humano se identifica com “Know-how”, com as destrezas e as capacidades dos indivíduos de uma organização. “Reflete às competências que as pessoas trazem para o trabalho”. É a soma das competências, conhecimentos e experiência que dão força de trabalho para uma organização. Daí que a lógica do capital humano consiste em criar parcerias estratégicas entre a organização e os seus membros, por via do acompanhamento, escuta, desenvolvimento e tratamento digno dos membros da organização⁶⁸. A força laboral é compreendida como um ente não material (se não mesmo social) que sabe, aprende e ensina, e nesse sentido deve ser motivada a partir de suas necessidades para assim conseguirem-se comportamentos desejados, de forma a

⁶⁷ para melhor compreensão, o leitor deve consultar (Gomes *et al*, 2008)

⁶⁸ Vasconcelos 2001.

atingir os níveis de desempenho planeados. Esta é a lógica contemporânea que considera a capacitação da força laboral como um investimento

A **lógica de Recursos Humanos** consiste em cumprir as funções administrativas tradicionais, tais como: A segurança da gestão corrente e as tarefas administrativas clássicas: Controlo da assistência, pontualidade, etc. Esta é a lógica tradicional e considera a capacitação da força laboral como uma despesa para a organização.

Sendo os recursos humanos⁶⁹o principal activo ou capital das organizações, o seu desempenho eficiente é a base do êxito da missão de uma organização. Mas isso depende da boa gestão do capital humano, a qual se consegue mediante suas funções básicas explicadas por Stoner.

I. 2. Funções da Gestão do Capital Humano

- ✓ A gestão dos recursos humanos é um processo que inclui sete actividades básicas sistemicamente interligadas. Essas actividades são as conhecidas funções da gestão dos recursos humanos: **1) Planeamento dos Recursos Humanos; 2) Recrutamento; 3) Selecção; 4) Introdução, orientação e socialização; 5) Capacitação e Desenvolvimento; 6) Avaliação do desempenho; 7) Compensação ou recompensas, ascensões, transferências, descidas e separações.**⁷⁰

I. 3. Motivação, satisfação laboral, comportamento humano no trabalho e desempenho organizacional.

Existe certo debate entre os autores que tentam medir através das análises factoriais (exploratórios ou confirmatórios) se a motivação determina (variável independente) ou causa a satisfação laboral (variável dependente) ou ainda, se é a satisfação que causa a motivação. Tal conclusão ultrapassa o alcance desta pesquisa, entretanto podemos

⁶⁹Observe o leitor que estamos a falar indistintamente de Recursos Humanos e de Capital Humano, no entanto temos claro que o conceito reitor na contemporaneidade é o segundo, já que, a maioria dos autores na actualidade considerou que se trata de capital humano porque são as pessoas portadoras e assimiladoras dos conhecimentos que garantem o desenvolvimento das organizações.

⁷⁰Idalberto Chiavenato (2009)

concordar que entre tais variáveis, mais do que relações de dependência, existem relações de interdependência. Quer dizer que a motivação causa a satisfação e que, por sua vez, um trabalhador satisfeito resulta ser uma pessoa mais motivada pelo trabalho, que dá tal satisfação.

O desempenho é considerado por dicionários de várias línguas como sendo acção ou efeito, quer dizer, como o processo de agir por uma finalidade determinada tanto como o resultado desses agir. Agora em qualquer das duas formas o desempenho é resultado de certos comportamentos desejados que concorram em função de metas ou objectivos específicos, mas esses comportamentos precisam ser motivados e incentivados.

A relação entre desempenho e satisfação com o trabalho apresenta, pelo menos, duas explicações distintas, não prevalecendo uma sobre a outra. A primeira é a de que um funcionário deve estar satisfeito para então melhorar seu desempenho. A segunda refere-se ao fato de um funcionário que desempenha bem suas tarefas estar satisfeito devido às recompensas que receberá por essa atuação.

Portanto, concordamos com Maria Luisa ao afirmar que, é adequando os custos à excelência que muitas empresas se ajustaram à Nova Economia, devido aos fortes investimentos em conhecimento e tecnologia⁷¹.

Estas ideias ficam esboçadas no mapa conceptual da figura 1, mas para uma melhor compreensão das mesmas é necessário aprofundar alguns aspectos.

Primeiro é de extrema importância compreender as leis da natureza humana, abordadas por Kurt Lewin, Leon Festinger, McGregor e KrysArgyris, para posteriormente apreender as teorias da motivação humana, neste caso aplicadas para o trabalho e o desempenho da organização.

I. 4. Teorias sobre a natureza humana

Existem várias teorias sobre a natureza humana que devem ser apresentadas neste trabalho para uma melhor compreensão das teorias da motivação. As principais teorias sobre a natureza humana são: a teoria de campo de Lewin, a teoria da dissonância

⁷¹Por Maria Luiza Salvador de Carvalho Wolkon jul 3, 2012

cognitiva, as teorias X e Y de MacGregor e a teoria da maturidade de Argyris.⁷²

I. 4.1. Teoria de campo psicológico de Kurt Lewin

A teoria do campo baseia-se na premissa de que o comportamento das pessoas resulta do conjunto de factores que coexistem no ambiente em que essa pessoa desenvolve a sua actividade, e esse conjunto de factores constitui uma relação dinâmica e de interdependência. Esse conjunto de factores é nomeado por Lewin como o campo psicológico e considera que esse campo para cada pessoa constitui seu espaço de vida que define a forma como essa pessoa percebe e interpreta o ambiente externo que o rodeia.

Em concordância com esta teoria, a interpretação subjectiva que cada pessoa faz de outras, das coisas e das situações que em determinado momento constituem o seu meio ambiente, traduz-se em valência, quer dizer que adquirem um determinado valor, existindo a valência positiva e negativa, a mesma é positiva quando a forma como a pessoa capta o seu ambiente lhe induz a ideia da possibilidade de satisfação dos seus desejos, e é negativa em caso contrário.

I. 4.2. Teoria da dissonância cognitiva

Proposta por Leon Festinger, a teoria da dissonância cognitiva, baseia-se no princípio de que as pessoas procuram actuar de forma a criar um clima de consonância ou consistência entre as suas convicções e os seus actos.

A dissonância cognitiva aparece quando um indivíduo acredita em determinados valores, tem determinadas crenças, e age contrariamente a essa crença. Ela traduz uma inconsistência de comportamento que são apreciadas pela própria pessoa. Quando ocorre, a pessoa está motivada para reduzir o conflito existente entre as suas convicções. Por isso conhecer esta teoria ajuda aos gerentes a determinar os valores dos trabalhadores e sobre esta base podem prever e estimular a ocorrência de certos comportamentos desejados e desanimar os não desejados.

I.4.3. Teorias X e Y de McGregor

⁷²Teixeira (2011)

Douglas McGregor expôs a filosofia do gestor sobre a natureza humana e sua relação com a motivação dos subordinados. Segundo sua teoria, os gestores tendem a desenvolver um conjunto de disposições, crenças e ideias sobre os empregados que podem ser divididas em dois grupos que constituem duas visões diferentes e contrapostas: Teoria X e a Teoria Y.

Segundo a Teoria X: A) As pessoas, de modo geral, não gostam do trabalho e evitam-no, se possível; B) Porque não gostam de trabalhar, tem de ser coagidas, controladas, dirigidas e até ameaçadas; C) De modo geral, não tem ambições, evitam assumir responsabilidades e procuram segurança e recompensas económicas, acima de tudo; D) A maior parte das pessoas não tem capacidade criativa e resiste às mudanças e E) Na maior parte dos casos, os trabalhadores preocupam-se fundamentalmente consigo próprios e não com os objectivos da organização.

Em contraposição com tal visão negativa das pessoas traduzida pela Teoria X, a Teoria Y defende que: 1) Os empregados encaram o trabalho de uma forma tão natural como prazer e o descanso; 2) As pessoas são capazes de se autodirigir e autocontrolar-se se estiverem empenhadas na persecução de objectivos; 3) O grau do empenhamento das pessoas no cumprimento dos objectivos da organização geralmente depende da ligação “cumprimento dos objectivos/recompensa”; 4) A generalidade das pessoas, sob condições apropriadas, está disposta a aceitar e até, a procurar responsabilidades e 5) A capacidade da imaginação e criatividade na solução dos problemas das organizações está largamente dispersa pela população e não é apanágio exclusivo dos gestores.

De entre essas duas teorias, investimos nossas crenças na teoria Y, pois ela quando aplicada nas malhas da organização, conduzirá a técnicas de gestão mais participativas, o que se exige, dado o contexto actual do mercado.

Assim, de acordo com estas duas perspectivas, os gestores podem ser caracterizados com um estilo participativo de gestão (teoria Y) ou num estilo autocrático (Teoria X).

I. 4.4. Teoria da maturidade de Argyris

Para Chris Argyris, da Universidade de Harvard, o desenvolvimento de uma pessoa processa-se ao longo de um intervalo contínuo de uma situação de imaturidade para uma situação de maturidade. Uma pessoa madura é activa, independente, autoconfiante e autocontrolada. Pelo contrário, a imaturidade traduz-se por passividade, dependência, falta de confiança e necessidade de controlo pelos outros.

A forma como as organizações geralmente funcionam, mediante: a especialização do trabalho; cadeia de comando; unidade de direcção e apertado grau de controlo, impede muitas vezes, que os empregados possam desenvolver-se e atingir de forma natural um razoável grau de maturidade. De facto, geralmente espera-se que eles sejam passivos, dependentes e “subordinados”, que não exijam um elevado grau de controlo sobre o seu trabalho diário, que tenham uma perspectiva de curto prazo, que possuam apenas aquele reduzido número de aptidões necessárias para seu trabalho imediato.

Argyris defende que os empregados com elevado grau de maturidade, quando encontram uma situação desta, tendem a tomar uma das seguintes três atitudes: a) Fuga, demitindo-se, faltando ao trabalho, etc b) Luta, através da organização informal ou das estruturas de classe organizadas, como por exemplo, os sindicatos, c) Adaptação, a reacção mais típica; o empregado “entra no jogo”, desenvolve uma atitude de relativa apatia e indiferença, e o salário é a compensação pelo castigo que o trabalho representa

Das três atitudes possíveis, a última é a que mais se opõe à concretização de uma boa saúde mental. Por isso sublinha-se que deve ser tido em conta pelos gestores que devem cuidar da saúde dos recursos humanos para garantir o desempenho organizacional desejado, mediante a motivação dos mesmos.

I. 5. Teorias da motivação

São várias as teorias da motivação, mas no contexto deste trabalho, vão considerar-se quatro das teorias sobre a motivação.

I. 5.1. Teoria das necessidades

Uma necessidade passa a ser um motivo quando alcança determinado nível de intensidade. Um motivo é uma necessidade que é suficientemente importante para levar a pessoa a agir.

Sigmund Freud (citado por Kotler e Keller, 2006) concluiu que as forças psicológicas que formam o comportamento dos indivíduos são basicamente inconscientes e que ninguém chega a entender por completo as próprias motivações.

No caso da motivação no marketing, quando uma pessoa avalia marcas, ela reage não apenas as possibilidades declaradas dessas marcas, mas também a outros sinais menos conscientes, tais como a forma, o tamanho, o peso, o material, a cor e o nome que podem estimular certas associações e emoções.

Tomando a forma em que expôs Teixeira (2011), a teoria das necessidades está baseada no pressuposto de que a melhor forma de explicar a motivação é através das necessidades dos indivíduos. O contributo mais importante nesta linha de pensamento deve-se a Abraham Maslow, que desenvolveu o conceito de pirâmide das necessidades. A explicação da motivação com base na satisfação das necessidades tem que ver fundamentalmente com a chamada motivação intrínseca, isto é, a motivação orientada por uma recompensa esperada ou uma satisfação de carácter exterior (um louvor, um prêmio de produção, etc.).

Neste trabalho se concorda com essas ideias, e se aceita que as teorias das necessidades- como explicação do processo de motivação- enfatizam nas necessidades internas que movem os comportamentos das pessoas desde dentro.

I. 5.2. Teoria da equidade

De acordo com esta teoria, os indivíduos são motivados para reduzir toda e qualquer desigualdade de tratamento percebida por eles. Para isso lutam por igualar as relações

entre outputs e inputs de cada um, umas vezes actuando nos inputs, outras vezes, nos outputs. Por exemplo, alguns trabalhadores que tenham a percepção de inequidade, podem passar a fazer um esforço menor ou gastar mais tempo para fazer o mesmo trabalho. Outros reclamam maiores salários ou outros benefícios. Outros ainda poderão ajustar a sua percepção sobre a equidade depois de uma reavaliação dos seus esforços, experiência ou formação ou do esforço, experiência e formação dos outros.

I. 5.3. Teoria do reforço

Uma das teorias mais atractivas é a do reforço. Foi desenvolvida pelo psicólogo de Harvard B. F. Skinner e baseia-se na ideia de que o comportamento humano pode ser explicado em termos da previsão positiva ou negativa das consequências desse mesmo comportamento. De acordo com esta teoria, o comportamento que é recompensado tende a ser repetido, enquanto o comportamento que é punido tende a ser eliminado.

Para Skinner, o castigo do comportamento não desejado deve ser evitado uma vez que isso contribui para o desenvolvimento de sentimentos de constrangimento e acções de revolta. Ao contrário do Skinner defende, neste artigo concorda-se que metas difíceis quando aceites pelos trabalhadores possuem um melhor desempenho do que metas fáceis quando impostas pela gestão. Nesta teoria, os funcionários desempenham melhor as suas actividades quando recebem *feedback* dos seus superiores.

Para que se implementem com sucesso os programas de modificação do comportamento, devem-se tomar medidas tais como: a) Identificar o desempenho desejado em termos bem específicos; b) Identificar as recompensas que constituem o reforço do comportamento desejado; c) Fazer com que a recompensa seja uma consequência directa do comportamento; d) Escolher o programa de reforço óptimo.

Embora se considerem os sucessos alcançados pela aplicação prática da teoria do reforço, alguns críticos acusam-na (e com razão) de ser uma abordagem manipulativa e autocrática.

I. 5.4. Teoria das expectativas

A teoria das expectativas, proposta pelo psicólogo Victor Vroom. Diferentemente das teorias mais conhecidas (as teorias das necessidades de Maslow e Herzberg, que não têm em conta as diferenças individuais), Vroom afirma que o processo de motivação deve ser explicado em função dos objectivos e das escolhas de cada pessoa e das expectativas de atingir esses mesmos objectivos.

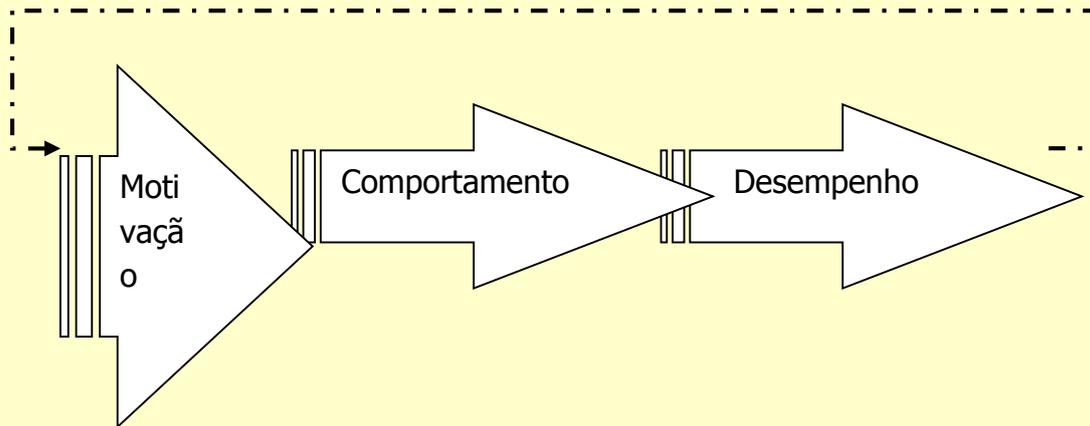
Concordamos com a ideia de Vroom quanto que a motivação é o produto do valor previsto atribuído a um objectivo pela probabilidade de alcançar esse mesmo objectivo. Ou seja: $M=VE$ (**Força da motivação = Valência x Expectativa**), onde valência é a intensidade da preferência individual de um resultado, sendo a expectativa, a probabilidade de uma determinada acção conduzir a um resultado desejado. Assim, se para uma pessoa é indiferente atingir um determinado objectivo, a valência é zero; a valência será negativa se a pessoa prefere não atingir o objectivo. Em qualquer dos casos, naturalmente, não há motivação. Do mesmo modo a motivação será nula se a expectativa for nula ou negativa, isto é, se a pessoa admitir que a probabilidade de conseguir determinado resultado que lhe interesse (uma recompensa, por exemplo) é nula ou negativa mesmo que o objectivo seja atingido.

Em certa medida, esta teoria ajusta-se ao conceito de harmonia de objectivos entre os dos trabalhadores e os da organização e é compatível com o sistema de gestão por objectivos (GPO).

Podemos concluir com a ideia de que a motivação induz o comportamento e que o comportamento produz o desempenho, a qual aparece expressa na figura 2⁷³.

Figura 2. Modelo de interligação entre as variáveis: motivação, comportamento e desempenho.

⁷³Malvina Bacia (2012)



1.6. Papel da satisfação no desempenho organizacional

Na realidade pessoas satisfeitas são mais produtivas que aquelas que não estão. Assim, empregados contentes com os múltiplos factores que incidem na sua vida laboral também terão comportamentos mais orientados para os objectivos e metas da empresa e um desempenho individual superior, já que, a existência de um desempenho pessoal superior deve pode traduzir-se logicamente num desempenho organizacional maior.

Muitas vezes se discute sobre, se a gente satisfeita é mais produtiva ou se a gente produtiva está mais satisfeita, mas esta é uma questão, a qual é a variável dependente ou independente que não é o foco deste trabalho. O mais importante é que, seja qual for a variável independente ou dependente, as duas situações darão um desempenho organizacional mais alto.

Pode concluir-se que a satisfação gera motivação, da mesma maneira que também a motivação pode gerar satisfação. Os dois casos conduzem a um melhor comportamento que, por sua vez produzem um desempenho superior nas malhas da empresa.

II. Desenho do estudo

Este estudo não está expressamente dirigido ao tratamento do clima organizacional, mas o mesmo tem uma forte relação com a satisfação laboral. O Clima Organizacional faz referência a todos aqueles julgamentos e percepções que possuem os membros de uma organização em relação a seu funcionamento, dinâmicas de trabalho e estrutura.

Neste sentido, se os gestores vão agir em função da motivação baseada nas necessidades, então têm que saber como realmente sentem-se os trabalhadores na organização.

Vários estudos mostraram, que os níveis de produtividade e alcance de resultados de uma organização estão relacionados directamente com a forma como o pessoal percebe a organização e como se sente nela. Por isso é importante conhecer o que pensa a equipe de trabalho sobre a organização e seu nível de satisfação.

Satisfação são os sentimentos para com a organização, que se manifestam mediante o orgulho de pertencer a ela, a identificação com seus objetivos e seus produtos e com a complacência pela contraprestação e o tratamento recebido. Por quê medir a satisfação? Para identificar elementos de satisfação e de insatisfação para poder potenciar os primeiros e modificar os segundos em função de elevar o desempenho.

Quando se realizam intervenções para o melhoramento organizacional é conveniente realizar medições iniciais da satisfação laboral como referências objetivas e tecnicamente bem fundamentadas. Além dos julgamentos intuitivos ou anedóticos, permite uma melhor valoração do efeito da intervenção.

Com que frequência se deve medir a satisfação dos trabalhadores? Recomenda-se uma medição anual, mas a organização pode viver situações particulares, como processos de intervenção ou mudança, que requeiram a repetição de estudos a menor tempo.

Que benefícios obtêm a Organização quando mede a satisfação laboral?

- Obtém informação confiável e válida sobre seu funcionamento com indicadores humanos.
- Estabelece o valor médio da satisfação e o compara com os diferentes departamentos ou áreas.
- Estabelece *Benchmarking*⁷⁴ interno com o fim de aproveitar as melhores práticas dentro da empresa.
- Monitora e avalia os avanços da satisfação dos trabalhadores em diferentes momentos, o qual é importante quando se estão adiantando processos de mudança organizacional.

⁷⁴ O *banchmarking* consiste em avaliar e comparar o produto de um competidor com o seu próprio produto (de acordocom os padrões vigentes) para que melhoraspossam ser feitas. Note que neste contexto, estamos nos referindo de comparar comportamentos entre os colaboradores.

- Adicionalmente, é possível conhecer os elementos satisfatórios e aqueles que provocam insatisfação no pessoal de uma organização.
- Detecta áreas organizacionais robustas e áreas que requerem atenção.
- Faz seguimento do efeito de Programas de Intervenção e Mudança.
- Realiza comparações com outras organizações e se apoia nelas com fins do *Benchmarking*.
- Gera espaços de conversas e de aprendizagem entre o pessoal da organização.

II.1. Inquérito e interpretação de dados

O estudo de caso, que é uma estratégia de pesquisa social⁷⁵, é utilizado em muitas situações em que se é necessário uma análise mais profunda, podendo-se fazer comparações entre dois ou mais enfoques específicos. Para dar ênfase a este artigo, procuramos fazer um estudo do nível de satisfação dos funcionários do BFA (Banco de Fomento Angola) - uma Agência Bancária que actua no mercado financeiro angolano há mais de 14 anos por transformação da então sucursal do Banco Português de Investimentos, constituinte do índice de PSI-20 da Euronext Lisboa. É um dos maiores bancos estrangeiros de Angola, com mais de 120 balcões, centros de empresas e de investimento, mais de metade dos quais se localizam em Luanda e outros restantes espalhados por todas as outras províncias do território de Angola – no qual se aplicou um inquérito a 24 deles, constado nos anexos.

II.1.2. Análise e interpretação dos resultados

Depois de serem interpretados os dados, se chegou ás seguintes análises:

⁷⁵Yin (2001)

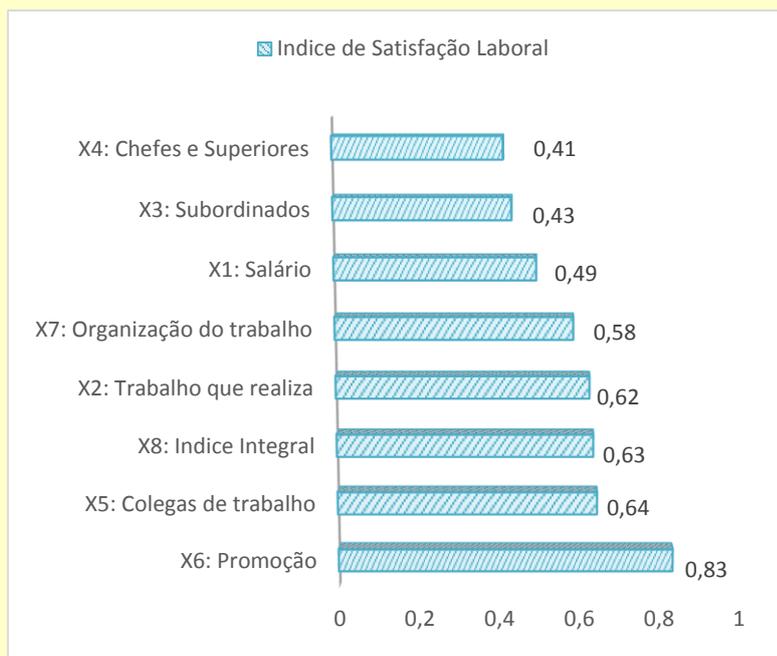
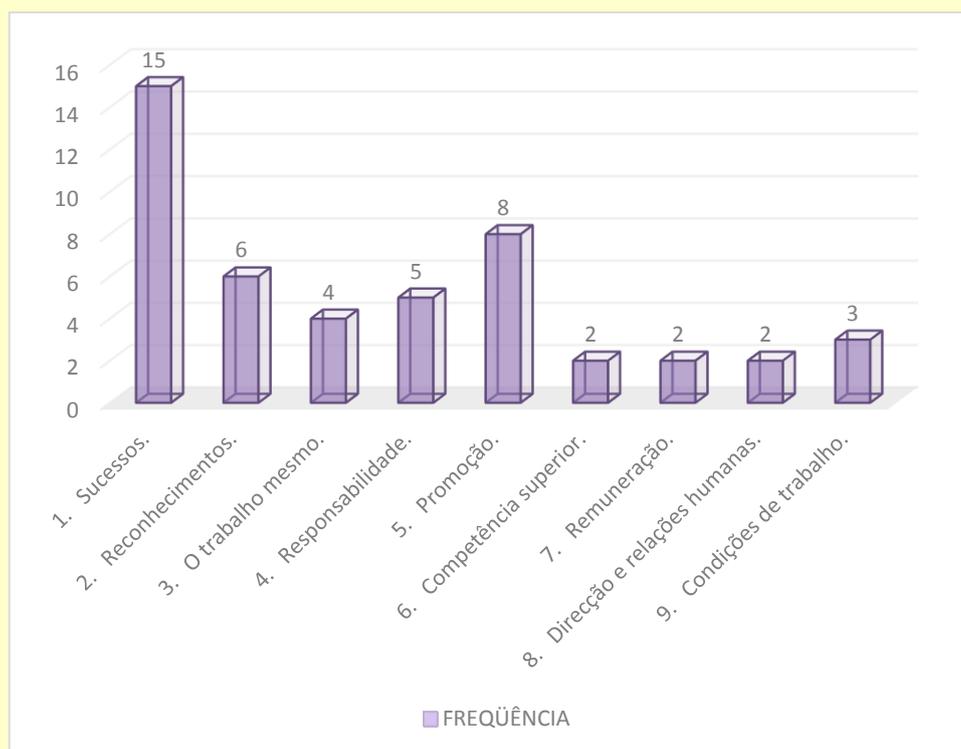


Gráfico 1: Índices de satisfação por variável em análise.

O gráfico 1, ilustra que os três factores mais influentes para uma alta satisfação laboral são (em ordem descendente): A necessidade de sucesso, de promoção e de reconhecimento. Desde o ponto de vista da motivação laboral estes resultados estão a significar que não são as necessidades primárias, se não as de auto - realização as que estão a predominar nos empregados do BFA. Portanto as estratégias de melhoria devem estar focadas a partir destes resultados.

Gráfico 2. Ilustração dos factores básicos nas situações de alta satisfação laboral.



No gráfico 1, ilustra-se os cinco⁷⁶ factores mais impactantes numa baixa satisfação laboral, tais como (em ordem descendente): Condições de trabalho e reconhecimentos (empatados com 7 valores cada um deles); a Direcção e Relações Humanas, a responsabilidade e o trabalho mesmo (com 3 valores cada um, mas a menos de 50% dos valores que receberam as Condições de Trabalho e o Reconhecimento); finalmente aparecem a Remuneração e a Competência Superior. Pode concluir-se que a ausência de quase qualquer dos factores originam situações de insatisfação laboral.

II. 2. Proposta de soluções

As estratégias são as vias para atingir os objectivos estratégicos. No caso desta pesquisa e partindo do desenho teórico da mesma, fica evidenciado que o **objectivo estratégico** que deve ser conseguido mediante estratégias relacionadas com a motivação e o

⁷⁶Neste caso vamo-nos referir a 6 factores porque dos três possíveis estão empatados na avaliação dos inquiridos, o que demonstra a importância dos mesmos.

desempenho laboral, é aumentar o desempenho organizacional do BFA, empregado num aumento da competitividade do mesmo.

Como estratégias o BFA deve conseguir um melhor desempenho e aumento da competitividade mediante a motivação mais efectiva dos trabalhadores. Por sua vez dita motivação tem que ser conseguida mediante: **1)** O melhoramento das condições de trabalho, porque segundo os resultados do inquérito este é o factor de mais alto grau de insatisfação laboral na empresa (ver gráfico 5); **2)** elevação da liderança quanto ao reconhecimento dos resultados do trabalho (ver gráfico 5); **Facilitação** das condições para um maior relacionamento humano e socialização entre os empregados; **3)** Delegação de autoridade e confiar que a força laboral assume as correspondentes responsabilidades pela autoridade delegada porque a gente gosta de trabalhar- portanto, nas condições para chefes guiados pela teoria “X” de McGregor; **4)** Considerar que a renumeração deve ir associada com os resultados da motivação que gera comportamentos mais produtivos.

CONCLUSÃO

Toda uma empresa que pretende se firmar no mercado, deve deixar de olhar de fora para dentro e passar a ter uma visão mais holística dos aspectos organizacionais. Para o caso específico do BFA, é necessário que se faça um planeamento de toda a organização e alinhar todas as estratégias como um sistema sob pena de comprometer o atingimento de seus objetivos estratégicos. O BFA deve ainda, muito rapidamente realizar uma avaliação de desempenho com ajuda de especialistas para esta tarefa, no sentido de estimular comportamentos almejados e desestimular os comportamentos não desejados apresentados por alguns trabalhadores.

Achamos que agora sim, podemos afirmar que o trabalhador é o cliente interno da organização⁷⁷. Portanto, assim como um cliente insatisfeito pode tornar-se um propagandista negativo da empresa, o trabalhador insatisfeito pode não só comprometer o desempenho da empresa, como também pode tornar-se uma ameaça nas malhas da organização, como nos mostra a teoria da maturidade de argyris.

⁷⁷KOTLER Philip e KELLER Kevin Lane (2006)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHIAVENATO, Idalberto.(1994) *Recursos Humanos*. 3ª ed. São Paulo: Atlas,
2. FRANÇA, Ana Cristina Limongi (1996). *Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000*. (dissertação de doutorado em Administração). USP, São Paulo:
3. GIL, A.C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ed. São Paulo: Atlas.
4. Gomes et al., 2008.
5. KOTLER Philip e KELLER Kevin Lane (2006). Administração de Marketing. 12ª Edição (A Bíblia do Marketing). Prentice Hall São Pablo Brasil.
6. LOCKE (apud Casado, 2002)
7. MALVINA BACÍA, Rita (2012). Tese de Grau intitulada “Motivação dos Recursos Humanos na Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente do Huambo. Estratégia para a melhoria”. Faculdade de Economia, Universidade José Eduardo dos Santos, Huambo.
8. RODRIGUES, C. M. C. (2002) Qualidade de vida no trabalho na Coinbra S/A: um levantamento do nível de satisfação dos funcionários. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., Curitiba. INTERNATIONAL CONFERENCE ON INDUSTRIAL ENGINEERING AND OPERATIONS MANAGEMENT, Curitiba. Anais... Curitiba: ENEGEP,
9. RODRIGUES, Marcus Vinícius Carvalho (1994). *Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no nível gerencial*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
10. SAMPAIO, Jader dos Reis (org.)(1999). Qualidade de Vida, Saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo,
11. SILVA, Marco Aurélio Dias; DE MARCHI Ricardo (1997). *Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho*. São Paulo: Best Seller.
12. TEIXEIRA, Sebastião (2011). Gestão das organizações. 2da. Edição. Portugal.
13. VASCONCELO, 2001
14. YIN, 2001

SAÚDE

Câncer Cervico Uterino

Aracel Santos, Dilma Malungo

Tutor: Dr. Ramón Cruz

Resumo:

O cancro cervico uterino é um processo maligno que acomete o útero e que em graus avançados acaba por invadir órgãos vizinhos e órgãos distantes, esta afecção é causada principalmente por alguns subtipos do Papiloma Vírus Humano (HPV), que aprofundaremos mais adiante. Este trabalho foi elaborado com o intuito de esclarecer algumas questões por vezes ignoradas pelas pessoas que seriam de grande importância na prevenção da enfermidade, como os factores causais, factores de risco, medidas preventivas, diagnóstico e tratamento. Procuramos com este trabalho reduzir a falta de informação sobre o problema e além de tudo actuar sobre a prevenção.

O Carcinoma do colo do útero mata e mata muito, sem falar dos outros problemas que causa à mulher. Por ser um problema real, a nossa guerra contra ele também tem de ser real.

Palavras-chave:

Carcinoma Uterino, Câncer do Colo do Útero, Papiloma Vírus Humano (HPV).

Abstract:

Uterine cervical cancer is a malignant process that affects the uterus and in advanced degrees can eventually affect surrounding and distant organs, this disease is mainly caused by some sub-

types of Human Papilloma Virus (HPV), which we will develop further. This work was done in order to clarify some issues sometimes ignored by the people that would be of great importance in preventing the disease, as causal factors, risk factors, preventive diagnosis and treatment. We seek to work to reduce the lack of information about the problem and besides all act on prevention.

Uterine cervical cancer kills and kills a lot, not to mention the other problems that cause to a woman. It is a real problem so our war against it must also be real.

Keywords:

Uterine cervical cancer, Human Papillomavirus (HPV).

Introdução

O cancro do colo do útero é um problema de saúde real grave que anualmente sacrifica a vida a cerca de 250.000 mulheres em todo mundo.

É bem verdade que já se realizam várias campanhas, direccionadas a prevenir este grande mal. Todo o esforço dos profissionais está centrado na captação precoce da enfermidade, visto que quanto mais cedo se descobre o problema maior será a probabilidade de êxito no tratamento.

Infelizmente em alguns países como é o caso de Angola para além das mulheres não terem ao seu dispor informação necessária para a prevenção deste problema, existe também o problema na carência de serviços de saúde capazes de responder adequadamente à prevenção, pesquisa e tratamento do carcinoma do colo do útero.

O cancro do colo uterino, também chamado câncer cervical é uma doença de evolução lenta, que afecta sobretudo mulheres acima dos 25 anos de idade. O principal agente causal da doença é o Papiloma Vírus humano (HPV) que pode infectar também os homens e estar associado por sua vez, ao surgimento do câncer de pênis.

Antes de se tornar maligno (o que leva alguns anos) o tumor passa por uma fase pré maligna denominada NIC- Neoplasia Intraepitelial Cervical, a mesma pode classificar-se em quatro fases que são NIC-I, NIC-II, NIC-III e NIC-IV. Estas fases nos ajudam a identificar o grau de severidade do problema em que NIC-I+ HPV, HPV e, NIC- I sem

HPV, se denominam lesões de baixo grau, ao passo que classificam-se como lesões de alto grau de severidade NIC-II, NIC-III- carcinoma *in situ*. E NIC-IV que é o grau de maior severidade em que já há metástases a outros tecidos.

Epidemiologia

Epidemiologicamente é sabido que esta enfermidade é típica do sexo feminino, apesar de que o papiloma vírus humano pode afectar ambos os sexos, o câncer uterino é uma condição própria das mulheres devido também a questões anatómicas visto que logicamente só as mulheres possuem um útero. Este problema afecta cerca de 500.000 mulheres anualmente em todo o mundo, causando a morte de cerca de 250.000 destas mulheres, diagnosticadas da enfermidade, estes valores são recentes graças a campanhas de pesquisa precoce da enfermidade e as medidas de prevenção e controle da mesma alcançaram-se tais cifras, que não são das melhores mas que teve uma redução de 50% nos últimos 40 anos, graças à ampla triagem realizada com o exame preventivo (papanicolaou). Em 2007 ocorreram aproximadamente 11.150 novos casos de câncer de cérvix invasivo e > 50.000 novos casos de carcinoma *in situ*, em que culminou com a morte de 3.670 mortes, destas mulheres 85%, jamais haviam realizado um exame preventivo. É importante que as pessoas tenham conhecimento deste grande mal, qual a sua forma de transmissão e riscos para a saúde, isto será uma mais-valia para o combate deste problema, já que este é um dos cânceres femininos que mais extermina vidas sobretudo em países subdesenvolvidos afectando maioritariamente mulheres de baixo nível económico com predilecção para aquelas que tiveram início da sua vida sexual activa antes dos 18 anos e múltiplos parceiros sexuais. Este câncer é o terceiro câncer ginecológico mais diagnosticado nestes países.

Etiologia e Genética

Os dois tipos de tumor mais frequentes associados à infecção pelo papiloma vírus humano são: carcinoma epidermoide que representa 80% dos casos e os adenocarcinomas com 20% dos casos.

O Vírus do Papiloma Humano transmite-se de forma venérea. Foram isolados 66 subtipos do vírus. Muitos deles associados a verrugas genitais. Os tipos comumente associados ao carcinoma cervical são: 16, 18, 31, 33, 52, e 58, mas em 70% dos casos são causados por HPV- 16 e 18. Juntamente com outros tipos estão também associados à neoplasia intra-epitelial cervical (NIC). O produto proteico do HPV-16, a proteína E7, liga-se e inativa o gene supressor tumoral Rb, e a proteína do HPV-18 têm uma sequência homóloga à do grande antígeno T SV40, bem como capacidade de se ligar e inativar o gene supressor tumoral p53. As proteínas E6 e E7 são necessárias e suficientes para causar transformação celular *in vitro*. Esses eventos de ligação e inativação podem explicar os efeitos carcinogênicos do vírus.

Classificação

A FIGO- Federação Internacional De Ginecologia e Obstetrícia, tratou de classificar esta patologia da seguinte forma:

Etapa 0 - carcinoma *in situ*, carcinoma intra-epitelial. Estes casos não devem incluir-se em nenhuma das cifras estatísticas terapêuticas do carcinoma invasor.

Etapa I- Carcinoma estritamente limitado ao colo do útero (deve descartar-se extensão ao corpo uterino.)

Etapa IIa-Carcinomas pré-clínicos cervicais.

Etapa Ia-Evidência microscópica mínima de invasão ao estroma.

Etapa I-II-Lesões detectadas microscopicamente que podem medir-se. O limite superior da medição não deve mostrar uma profundidade de invasão de mais de 5mm desde a base do epitélio já seja de superfície ou glandular de que se origina, e uma segunda disseminação horizontal não deve exceder os 7mm.

Etapa Ib- Lesões com dimensões maiores em relação as do estágio I-II, observáveis clinicamente ou não.

Etapa II- o carcinoma expande-se mais além do colo uterino afecta a vagina deixando livre o seu terço inferior, e a parede pélvica.

Etapa IIa- Não há afecção parametrial óbvia.

Etapa III- O carcinoma expande-se até à parede pélvica e afecta o terço inferior da vagina. No tato rectal não há espaço livre entre o tumor e a parede pélvica. Devem incluir-se todos os casos de hidronefroses ou rim não funcionante que sejam por outras causas.

Etapa IIIa- Não há extensão sobre a parede pélvica.

Etapa IIIb- Extensão sobre a parede pélvica hidronefrose, rim não funcionante ou ambos.

Etapa IV- O carcinoma expande-se além da pélvis verdadeira ou afecta clinicamente a mucosa vesical ou recta. Um edema buloso em si não justifica classificar uma paciente em estágio IV.

Etapa IVa- Disseminação do tumor a órgãos adjacentes.

Etapa IVb- Disseminação do tumor a órgãos distantes.

OBS: esta classificação serve para avaliar o grau de invasão do tumor bem como sua severidade.

Sintomatologia

Na sua fase inicial o carcinoma do colo uterino mostra-se assintomático. Posteriormente, evolui com sintomas próprios como o sangramento vaginal especialmente depois das relações sexuais, no intervalo entre as menstruações ou após a menopausa, leucorreia de cor escura e com mau cheiro.

Em estados avançados surgem sintomas como: uma massa palpável a nível do colo do útero, hemorragias, obstrução das vias urinárias e intestinais, dores lombares e abdominais, perda de apetite com consequente perda de peso. Estes são os sintomas cardinais do carcinoma do colo do útero.

Factores de risco

Como factores de risco a se padecer de cancro do colo uterino encontramos as seguintes razões:

- Início precoce da primeira actividade sexual (antes dos 16 anos)
- Promiscuidade de um dos parceiros ou de ambos
- Imunodeficiência
- Mulheres fumadoras activas
- Más condições de higiene pessoal
- Multiparidade
- Período intergenésico curto
- Uso de contraceptivos orais por mais de 5 anos
- Co-infecção por clamidia
- Antecedentes familiares de cancro do colo uterino.

Diagnóstico:

O diagnóstico da enfermidade faz-se mediante a avaliação ginecológica, e mediante alguns exames como a Colposcopia a biopsia, teste de Schiller, e citologia vaginal.

Colposcopia- exploração minuciosa do colo uterino realizada por meio de um sistema óptico que proporciona uma visão estereoscopia e aumentada. Este exame infelizmente não está disponível a todos os serviços de saúde.

Estudo da citologia vaginal- realiza-se mediante biopsia vaginal

- **Teste de Schiller**-consiste no emprego de iodo no colo uterino, este exame baseia-se na reacção do iodo com o glucógeno que possuem as células normais do epitélio cervico vaginal. Em condições normais terá uma coloração, vermelha obscura homogénea. **Biópsia**: o médico recolhe tecido para proceder à pesquisa de células pré-cancerígenas ou cancerígenas. As maiorias das biopsias são feitas no consultório médico mediante anestesia local. Posteriormente, o tecido será examinado por microscopia por um patologista.

- **Biópsia por punção:** o médico utiliza um dispositivo oco e afiado para retirar pequenas quantidades de tecido cervical.
- **LEEP:** o médico utiliza um fio eléctrico com laço para cortar uma porção fina e arredondada de tecido.
- **Curetagem endocervical:** o médico utiliza uma cureta (pequeno instrumento em forma de colher) para raspar uma pequena amostra de tecido do canal cervical. Pode utilizar-se uma escova fina e macia em vez da cureta.
- **Biópsia em cone:** o médico recolhe uma amostra de tecido em forma de cone. A biópsia em cone, ou conização, permite ao patologista observar se existem células anómalas no tecido abaixo da superfície do colo do útero. Este exame pode ser feito no hospital mediante anestesia geral. A biópsia em cone pode ainda ser utilizada para remover uma zona pré-cancerígena.

A remoção de tecido do colo do útero pode provocar hemorragia ou corrimento. Regra geral, a zona cicatriza rapidamente. A mulher pode sentir alguma dor, semelhante às dores menstruais, e desconforto que é possível aliviar com medicação.

Técnica para a toma de amostra do exame citológico vaginal:

-Interrogar a paciente se, fez lavagem dos genitais internos ou externos ou fez tratamento com medicamentos via vaginal na semana antecedente ao exame. Caso a resposta seja afirmativa esta amostra não serve.

- Perguntar à paciente se nas últimas 24horas teve relações sexuais, porque também é em factor invalidante do exame.

-Saber se a paciente foi submetida, a uma exploração bimanual ou colocação ou retirada de algum dispositivo intra-uterino nas ultimas 48horas.

Prevenção e Recomendações:

Como em todas as enfermidades o melhor sempre é prevenir que tratar, com carcinoma do útero não existe excepção, por isso assinalamos aqui algumas medidas preventivas, muitas vezes banalizadas, mas que determinam muita coisa.

1. Primeiro a população sobretudo feminina deve estar correctamente informada ou esclarecida sobre o que é o carcinoma do colo uterino e sua patogênese.
2. Aprofundar os factores de risco da enfermidade.
3. Orientar as mulheres a consultar sempre o seu ginecologista e realizar o teste de “papanicolaou” nas datas previstas para descartar lesões pré-malignas.
4. Outra forma eficaz de prevenir a enfermidade é a vacinação contra o HPV-papiloma vírus humano.
5. Nunca é demais ressaltar que o uso de preservativo vem sendo um meio de prevenção muito importante de prevenção de muitas enfermidades de índole venérea.
6. Não existe uma idade mínima para as meninas receberem a vacina, mas orienta-se a ministrá-la preferencialmente a partir dos 9 anos de idade.
7. . Toda mulher deve estar consciente de que o exame de Papanicolaou representa uma estratégia de rastreamento do câncer do colo que pode salvar vidas.

Tratamento:

Vacinas-existem duas marcas de vacinas aprovadas para prevenirem a infecção por determinados subtipos do HPV. Alguns delas responsáveis pela maioria dos casos de carcinoma cervico uterino. A vacina é recomendada para meninas ainda na infância em 3 doses antes do início da actividade sexual. Ainda assim todas as mulheres devem continuar fazendo o rastreio da enfermidade mediante exame papanicolaou.

- Parte das mulheres sexualmente activas expostas ao HPV, podem curar-se espontaneamente ou com tratamento médico pertinente. Caso isso não aconteça deve-se levar em conta o estágio da enfermidade, retirada ou destruição das lesões pré-malignas, sobretudo se, se confirma a presença de tumores malignos, a partir desse momento o tratamento será de acordo as diferentes fases desse tumor.

Cirurgia

A cirurgia trata o cancro localmente, no colo do útero e na área adjacente ao tumor.

A maioria das mulheres com cancro do colo do útero precoce é submetida a cirurgia para remover o colo do útero e o útero (histerectomia total). Contudo, em estádios de evolução muito precoces (estádio 0) de cancro do colo do útero, pode não ser necessário realizar uma histerectomia. Entre outras formas de excisão do tecido cancerígeno contam-se a biópsia core, a criocirurgia, a cirurgia laser ou LEEP.

Algumas mulheres necessitam de efectuar uma histerectomia radical. Na histerectomia radical é removido o útero, o colo do útero e parte da vagina. Tanto na histerectomia total como na histerectomia radical, podem remover-se as trompas de Falópio e os ovários. A este procedimento dá-se o nome de salpingo-ooforectomia.

É ainda possível remover os gânglios linfáticos adjacentes ao tumor, para determinar se contêm células cancerígenas. Se tal acontecer, a doença poderá ter-se disseminado para outras regiões do organismo.

Radioterapia

A radioterapia (terapia por radiação) utiliza raios de alta energia para matar as células cancerígenas, afectando apenas as células da região tratada.

As doentes podem ser submetidas a radioterapia, radioterapia com quimioterapia ou quimioterapia com cirurgia. Para um pequeno número de mulheres que não possam ser submetidas a cirurgia por motivos clínicos, o médico pode sugerir a radioterapia como alternativa à cirurgia. A maioria das mulheres com cancro disseminado é submetida a radioterapia com quimioterapia. Para cancros que atingiram órgãos distantes, apenas a radioterapia é eficaz.

Para tratar o cancro do colo do útero os médicos utilizam dois tipos de radioterapia:

Radiação externa: a radiação é aplicada com um aparelho de grande dimensão que dirige a radiação para a área do tumor. A maioria das pessoas que recebe radiação externa é tratada 5 dias por semana durante 5 a 7 semanas, em regime de ambulatório.

Radiação interna (radioterapia intracavitária): os implantes (constituídos por uns tubos finos) são colocados na vagina, durante algumas horas ou até 3 dias; estes contêm uma

substância radioactiva. Durante este tratamento, o doente fica hospitalizado alguns dias. Para proteger as outras pessoas da exposição à radiação, os doentes não podem ter visitas ou só podem tê-las durante um curto período de tempo, enquanto o implante estiver aplicado. Uma vez removido o implante, não fica qualquer radioactividade no organismo. A radiação interna pode ser repetida duas ou mais vezes, durante várias semanas.

Quimioterapia

A quimioterapia utiliza fármacos antineoplásicos para matar as células cancerígenas. É considerado um tratamento sistémico, uma vez que os fármacos entram na corrente sanguínea e afectam as células de todo o corpo. No tratamento do cancro do colo do útero é usual combinar a quimioterapia com a radioterapia. Em cancros que se disseminaram para órgãos distantes pode utilizar-se apenas quimioterapia.

Os fármacos anti-neoplásicos usados no tratamento do cancro do colo do útero são geralmente administrados por via intravenosa. Regra geral, as mulheres são submetidas ao tratamento no hospital em regime de ambulatório, no consultório médico ou em casa. Durante o tratamento, as doentes raramente necessitam de ser hospitalizadas.

Conclusão

O carcinoma do colo uterino causado pelo Papiloma Vírus Humano vem se tornando um dos piores inimigos da mulher no que trata a afecções do aparelho ginecológico, afectando sobretudo mulheres sexualmente activas acima dos 25 anos que iniciaram sua vida sexual precocemente. É desta senda que decidimos, realizar este trabalho com o intuito de melhor esclarecer as mulheres e não só sobre a gravidade do problema, porque durante muito tempo foi um problema banalizado, completamente isolado do conhecimento das pessoas e que por tal causa custou a vida de muitas mulheres em todo mundo. Esperamos que com este trabalho as mulheres tenham uma melhor visão e maior responsabilidade com a sua saúde não só no lado exterior para a beleza do rosto, mas também no que toca ao seu estado interior tendo sempre atenção a problemas completamente preveníveis, para que se deixe de adoecer ou morrer por ignorância. Esperamos também que sujam mais campanhas de prevenção e combate à enfermidade, rastreio precoce e vacinação na infância para todas as meninas.

Bibliografia:

- Livro de Ginecologia e obstetrícia- Rigol pag. 297-307.
- Livro de Medicina Interna- Harrison.vol. I- Fauci; Brunwald; Kasper; Hauser; Longo; Jameson; Loscalzo- Artmed- cap. Oncologia
- Manual de diagnóstico e terapêutica em obstetrícia e perinatologia. La Habana 2000- pag. 277
- www.drauziovarella.com.br
- Portal da faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- www.medline.com

SAÚDE

RISCO DE HEPATITE B NOS PACIENTES QUE RECORREM AOS HOSPITAIS DO HUAMBO

Analdina M.D. Mundombe, Hélder da Silva, Nilton Lialunga

Orientadores: Marcelino Chipa⁷⁸, Elsa Mbala

marcelino.chipa@ispsn.org

Resumo:

O presente trabalho tem como objectivo avaliar os riscos de hepatite B nos hospitais por parte dos pacientes e profissionais de saúde nos hospitais Central, Sanatório e Cambiote da província de Huambo. Para avaliar esses riscos foram recolhidos dados dos hospitais supracitados com a finalidade de perceber a incidência e prevalência da Hepatite B nestes hospitais. Verifica-se que actualmente o conhecimento por parte dos utentes que recorrem aos serviços de saúde sobre o contágio de certas doenças, nomeadamente as infectocontagiosas é insuficiente.

Lamentavelmente verifica-se também que o conhecimento por parte dos profissionais de saúde por mais bem consolidado que seja no que diz respeito a este tipo de matéria, nem sempre é corretamente aplicado. Esta investigação é importante num duplo sentido: o de avaliar os comportamentos de risco desta população e de posteriormente serem criadas medidas preventivas para que se evite a contaminação da doença quer entre os doentes bem como entre doentes e profissionais de saúde.

⁷⁸Marcelino Chipa. Licenciado em Ciências de Educação no Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Actualmente é docente da disciplina de Microbiologia e Parasitologia na Escola de Formação de Técnicos de Saúde do Huambo e coordenador do Curso de Análises Clínicas na E.F.T.S do Huambo; Elsa Maria Mbalaca Licenciada em Matemática e Professora de matemática na E.F.T.S.Huambo. **Analdina M. D Mundombe; Helder da Silva; Nilton Estanislau Hilário Lialunga** (Finalistas do Curso de Análises Clínicas da E.F.T.S – Huambo)

Palavras-Chave:

HBV; Infectados; Hospital; Huambo.

Abstract:

The present work aims to evaluate the risks of hepatitis B in Huambo's Hospitals, in patients and health professionals. To evaluate these risks data was collected by the following hospitals: Central hospital, Sanatório and Cambióte. We studied that nowadays, the knowledge of the hospital user's on sickness dissemination, especially in infectious sickness is not enough. Unfortunately, we also saw, that health professional knowledge, in this subject, most of the time, was not correctly applied. This study is important in a double sense: to evaluate these behaviors in the population in risk; and then to create preventive measures to avoid the sickness dissemination in patients as in health professionals.

Keywords:

HBV; Infected; Hospital; Huambo.

INTRODUÇÃO

O vírus da Hepatite B, descoberto em 1965, origina uma das mais frequentes doenças do mundo, a mais perigosa das hepatites. Estima-se que existam 350 milhões de portadores crónicos do vírus. Os portadores de hepatite B podem desenvolver doenças hepáticas graves, como a cirrose e cancro no fígado. Estas patologias são, actualmente responsáveis pela morte de um milhão de pessoas por ano em todo o planeta, contudo a prevenção desta doença encontra-se ao nosso alcance através de uma vacina. Esta vacinação (contra a hepatite B) tem uma eficácia de 95 por cento (Bernardino, 2010).

A transmissão do vírus desenvolve-se através do contacto com o sangue e fluidos corporais que advêm de pessoas infectadas, ocorre de forma semelhante ao vírus da

imunodeficiência humana (VIH) que provoca a Sida. Porém, o vírus da hepatite B é 50 a 100 vezes mais infeccioso do que o VIH (Bernardino, 2010).

O vírus por VHB provoca hepatite aguda num terço dos atingidos. Um em cada mil infectados pode ser vítima de hepatite fulminante. Menos de dez por cento dos casos em que a infecção ocorre na idade adulta, a doença torna-se crónica, verificando-se uma maior incidência desta doença nos homens (Bernardino, 2010).

Pertencente à família dos hepadnovírus, o vírus da Hepatite B (VHB) é composto por ácido desoxirribonucleico, sendo o único vírus de hepatite a possuir ADN como material genético (Bernardino, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), anualmente as hepatites virais são a causa de cerca de um milhão de mortes em todo o mundo. O maior número de casos de hepatite B foi registado na China e o maior número de casos de hepatite C foi registado no Egipto (OMS, 2011).

A vacina contra a hepatite B começou a ser testada em 1975, em França e comercializada a partir de 1981. As primeiras vacinas eram constituídas pelo antígeno HBs, retirado do plasma de doentes infectados e que, ao chegar ao organismo da pessoa vacinada, desencadeava a produção de anticorpos anti-HBs, servindo assim de protecção. Actualmente, com o avanço da ciência, existem vacinas chamadas "recombinantes" obtidas a partir de engenharia genética, usando células de hamsters ou de leveduras (Bernardino, 2010).

REVISÃO DE LITERATURA

A infecção pelo VHB tem um período de incubação longo, entre as seis semanas e os seis meses, e é registada uma maior prevalência na Ásia, Pacífico e África inter-tropical. Nestes locais, calcula-se que entre cinco e 20 por cento das pessoas sejam portadoras crónicas do vírus (Roche, 2010).

A transmissão do vírus dá-se através do contacto com o sangue e fluidos corporais de pessoas infectadas. Existe também a possibilidade de transmissão de mãe para filho, no momento do nascimento. Esta forma de contágio causa a cronicidade da doença especialmente nas zonas hiperendémicas de países em desenvolvimento, onde a maior

parte dos infectados contrai o vírus durante a infância. Nos países industrializados, esta faixa etária é a que se encontra menos exposta ao contágio do vírus já que a vacina contra a hepatite B faz parte do programa nacional de vacinação de 116 países (estando Portugal incluído neste programa de vacinação obrigatória) (Roche, 2010).

No mundo ocidental, Europa e América do Norte, o vírus é transmitido, sobretudo, aos jovens adultos por via sexual e através da partilha de seringas e outro material de injeção entre os utilizadores de drogas endovenosas (Roche, 2010).

Os primeiros sintomas a surgir são febre, mal-estar, desconforto, dor abdominal, dor nas articulações e erupções na pele. Mais tarde, pode aparecer icterícia, a urina tornar-se escura e as fezes mais claras do que o habitual. A hepatite crónica pode não apresentar qualquer sintoma específico, mas por vezes, pode provocar alguma debilidade associada a cansaço (Roche, 2010).

A sintomatologia de uma hepatite varia segundo a sua origem. Porém, existem sintomas comuns a todos os tipos de hepatite, tais como: icterícia (amarelão), urinas escurecidas, fezes esbranquiçadas, náuseas, ou fígado sensível ao toque. A doença pode ser aguda e evoluir espontaneamente de forma favorável na maioria dos casos, sem deixar nenhuma sequela. No entanto, uma hepatite mal cuidada pode evoluir para uma forma crónica, uma cirrose, ou até mesmo cancro.

A contaminação faz-se a partir de sangue, fluidos orgânicos ou objectos por eles contaminados que, em contacto com o corpo humano através da pele ou das mucosas ou por perfuração do organismo transmitem o vírus. O contágio dos fluidos orgânicos é amplamente variável. Desde nula a altamente infectante, fazendo-se a infecção, na esmagadora maioria dos casos, pelo sangue e "secreções" genitais.

Principais factores de risco da transmissão do vírus da Hepatite B

- Contacto com sangue e com fluidos genitais (Marcos, 2013);
- Actividade sexual genital não protegida e a partilha de seringas contaminadas (Marcos, 2013);

- O VHB pode também ser transmitido através da exposição da pele ou de mucosas não íntegras a fluidos corporais contaminados, saliva, exsudados de feridas ou doenças de pele exsudativas (Marcos, 2013);

De notar que grande número dos infectados com Hepatite B aguda são assintomáticos e a doença não está diagnosticada; os portadores crónicos do vírus são a forma de maior prevalência e a maior fonte de disseminação da doença. O diagnóstico é muitas vezes desconhecido por longo tempo (Marcos, 2013).

DIAGNÓSTICO

Os marcadores que permitem diagnosticar a hepatite B surgem no sangue em tempos diferentes. Normalmente, o primeiro a detectar é o antígeno HBs, pode ser detectado num período de um a três meses e que demonstra a presença do vírus, no organismo.

Um pouco mais tarde (por vezes ao mesmo tempo) consegue detectar-se o antígeno HBe, sinónimo de que o agente infeccioso está a multiplicar-se. Esta é a fase de maior probabilidade contágio do vírus, só depois surgem os anticorpos. O primeiro a aparecer, em geral, é o anti-HBc; em seguida, se as defesas imunitárias do organismo estiverem a funcionar correctamente, surgem o anti-HBe, como resposta ao antígeno HBe. Isto significa que houve uma seroconversão, a multiplicação do vírus diminuiu e, se nada alterar o curso normal, desaparece o antígeno HBs e surge o anticorpo anti-HBs, que permanece no organismo para o resto da vida e confere imunidade. A presença do antígeno Hbe durante pelo menos oito semanas, indica que a hepatite está a passar a uma fase crónica. A permanência do antígeno HBs, por mais de seis meses confirma a passagem ao estadio crónico.

A realização de uma biopsia hepática pode ser necessária nalguns doentes que apresentem indícios da presença do vírus no organismo por mais de seis meses, de modo a avaliar a gravidade das lesões do fígado. Como a infecção crónica pelo VHB é uma doença sexualmente transmissível, devem ser realizadas análises para a detecção de HIV, pois a probabilidade de haver indivíduos com estes dois vírus é elevada (Jorje,2011).

TRATAMENTO

O tratamento da hepatite B quando esta se encontra numa fase crónica pode fazer-se com interferão ou com medicamentos designados por análogos dos nucleósidos. Este tipo de tratamento tem como objectivo interromper a multiplicação do vírus e estimular a destruição das células infectadas (Jorge, 2011).

O interferão peguilado, ou peginterferão, veio substituir o interferão clássico. O tratamento com peginterferão dura, em geral, 12 meses e tem uma eficácia de 36 a 42%, sendo mais alta nos doentes com transaminases mais elevadas e com carga vírica mais baixa. Em alternativa, o tratamento pode ser feito com os análogos dos nucleósidos, como a lamivudina e o adefovir, que têm um efeito antivírico potente mas que necessitam duma administração mais prolongada do que o peginterferão para se obterem taxas de resposta semelhantes (Jorge, 2011).

Como com todos os medicamentos, os tratamentos para a hepatite B têm efeitos secundários, pelo que os doentes devem aconselhar-se com o seu médico. (Jorge, 2011).

O transplante hepático é aconselhado quando a hepatite crónica dá origem à cirrose hepática e esta evolui para a insuficiência hepática porém, no caso da hepatite B os riscos de recidiva são muito elevados, pois, não existem formas eficazes de evitar a infecção do novo fígado. Normalmente administra-se imunoglobulina anti-HBs logo após ter-se retirado o fígado do corpo e antes de inserir o novo órgão, para neutralizar o vírus que se encontra no sangue. O doente deve continuar a receber imunoglobulina anti-HBs durante vários anos, para evitar o reaparecimento do antígeno HBs (Roche, 2010).

O doente que vai receber o novo fígado não deve ter mais de 65 anos nem sofrer de uma patologia grave que afecte outro órgão como os rins, os pulmões e o coração (Roche, 2010).

VACINAÇÃO

A vacinação existente para a hepatite B pode ser tomada por todas as pessoas. Porém, não tem qualquer efeito em quem já está infectado pelo vírus.

A vacina é composta por três doses que são administradas através de injeções intramusculares e registam uma eficácia de 95%. Em Portugal, como em muitos outros países, está incluída no Programa Nacional de Vacinação.

Os bebés, filhos de mães portadoras do vírus, devem ser vacinados à nascença, para minimizar o risco de transmissão pelo aleitamento.

A vacina tem-se revelado segura, não havendo prova que possa provocar reacções secundárias, nomeadamente doenças auto-imunes. A imunidade parece ser duradoura, não havendo necessidade de reforços, pelo menos nos primeiros dez anos de vacinação (Roche, 2010).

PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em conta as doenças correntes e o seu risco de contaminação, no âmbito da disciplina de Agentes Biológicos e Patológicos do curso de Análises Clínicas da Escola de Formação Técnica de Saúde do Huambo considerou-se ter como objecto de estudo os riscos associados à transmissão de Hepatite B nos hospitais Central, Sanatório, do Cambiote e no Centro da Mineira.

Qual o nível de conhecimento do risco de contaminação pelo vírus da Hepatite B da população que recorre aos Hospitais da província do Huambo?

Razão da escolha do tema

O facto da hepatite B ser uma das doenças com maior índice mundial de complicações de saúde no século XXI justifica a necessidade de investigação sobre os riscos inerentes a esta doença.

Foram observadas inúmeras situações constrangedoras nos hospitais alvo de recolha de dados desta pesquisa. Situações essas que colocam em risco não só os pacientes bem como os profissionais de saúde. Sabe-se também que a hepatite B tem um maior risco de contágio do que a doença de que tanto se fala neste século, HIV, sendo assim necessário um maior controlo sobre esta doença para que se evite a sua disseminação.

Espera-se que com o desenvolvimento deste estudo sejam criados métodos de sensibilização quer da população doente, como da saudável, bem como dos profissionais

de saúde que lidam diariamente com a doença a fim de se criarem estratégias de prevenção.

A prevenção da doença pode passar inicialmente por palestras de sensibilização, inicialmente aos profissionais de saúde para que saibam lidar com a doença. Posteriormente espera-se que estes profissionais de saúde sejam capazes de, eles próprios, realizarem palestras para a população doente no sentido de evitarem o contágio a uma população saudável. É também importante sensibilizar a população saudável para os cuidados que devem ter, nomeadamente a nível de prevenção sexual para que evitem a contracção de Hepatite B e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

De acordo com o tema proposto foram definidos os seguintes objectivos:

Objectivos Gerais

Avaliar o índice de contaminação pelo vírus da Hepatite B (VHB) presente nos utentes que recorrem aos serviços de Hemoterapia dos hospitais em estudo (Hospital Central, Sanatório e Cambote) da província de Huambo.

Objectivos Específicos

- Recolha de dados sobre a taxa de incidência e prevalência de Hepatite B nos serviços de Hemoterapia dos Hospitais já mencionados da província do Huambo.
- Recolha de dados aos bancos de sangue dos referidos hospitais sobre a contaminação de VHB.
- Elaboração de um programa educativo da saúde pública do MINSA quanto aos cuidados a terem em conta no manuseamento dos alimentos, materiais de trabalho e outros.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo transversal realizado no Serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambote, no Hospital do Sanatório e no serviço de Hemoterapia do

Hospital Central, todos situados na província de Huambo. A amostra para este estudo traduz-se nos indivíduos que recorrem a estes serviços para realizar o teste da presença de HVB.

Local de estudo

O estudo foi realizado nos hospitais: Central, Sanatório, Cambiote de Huambo.

Recolha de dados

Os dados foram adquiridos a partir dos registos dos laboratórios dos serviços de Hemoterapia dos Hospitais acima referidos, no período de Janeiro a Junho de 2013

Procedimentos éticos

O trabalho foi feito no local que não colocou exigências injustas ou anti-éticas em relação aos pacientes considerando o respeito para com os sujeitos da pesquisa. Foi aplicado o instrumento estabelecido um contacto prévio com as direcções dos referidos hospitais pedindo autorização para a realização do trabalho.

Análise e Procedimentos dos Dados - Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos foi utilizado o Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos e aqui tratados foram recolhidos através dos livros de registo do Hospital Sanatório e dos serviços de hemoterapia do Hospital Central e do Cambiote. Obtiveram-se os registos respectivos ao primeiro semestre do ano de 2013 para o teste de HVB nos hospitais supracitados.

1. Serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote

No serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote, durante o primeiro semestre de 2013 foram realizados 112 testes dos quais 9 indivíduos apresentaram positividade para HVB e 103 apresentaram resultados negativos neste teste (Tabela I).

Tabela I: Frequências absolutas e relativas do primeiro semestre de 2013 de testes para HVB no serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote.

Mês	FA			FR (%)		
	N HVB +	N HVB -	N Total	% HVB +	% HVB -	% Total
Janeiro	0	8	8	0,00	100,00	7,14
Fevereiro	0	9	9	0,00	100,00	8,04
Março	0	20	20	0,00	100,00	17,86
Abril	1	14	15	6,67	93,33	13,39
Mai	1	24	25	4,00	96,00	22,32
Junho	7	28	35	20,00	80,00	31,25
Total	9	103	112	8,04	91,96	100

Verificou-se que, durante o primeiro trimestre do ano de 2013 (Janeiro, Fevereiro e Março) não se verificaram casos positivos para HVB neste serviço (Tabela I).

No mês de Abril a incidência do vírus foi de 7% (n=15); no mês de Maio a incidência de HVB foi de 4% (n=24); o mês de Junho foi o que apresentou uma maior incidência de casos, 20% de casos positivos para HVB (n=28) (tabela I, gráfico I);

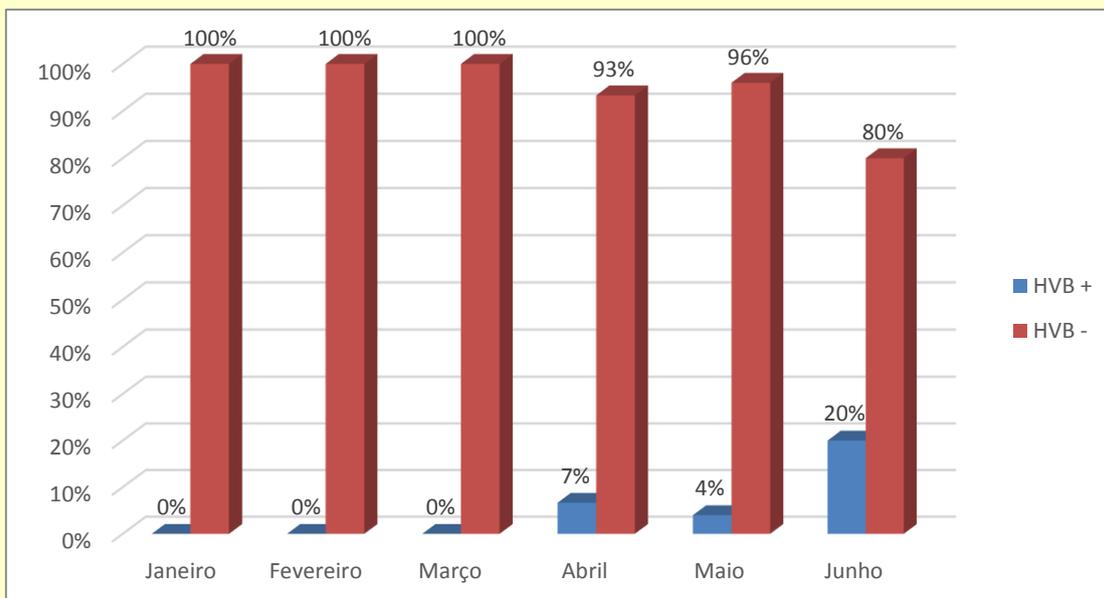


Gráfico I: Percentagem de testes positivos e negativos para HVB no serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote durante o primeiro semestre de 2013.

Verifica-se então que no serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote, de todos os testes realizados, n=112, obteve-se positividade para 8% dos casos e negatividade para 92% dos casos (tabela I).

2. Hospital do Sanatório

No Hospital do Sanatório foram realizados durante o primeiro semestre de 2013, 156 testes para HVB dos quais 18 indivíduos apresentaram resultados positivos e 138 resultados negativos (tabela II).

Tabela II: Frequencias absolutas e relativas do primeiro semestre de 2013 de testes para HVB no Hospital do Sanatório.

Mês	FA			FR (%)		
	N HVB +	N HVB -	N Total	% HVB +	% HVB -	% Total
Janeiro	2	16	18	11,11	88,89	11,54
Fevereiro	4	16	20	20,00	80,00	12,82
Março	4	32	36	11,11	88,89	23,08
Abril	2	23	25	8,00	92,00	16,03
Maiο	5	38	43	11,63	88,37	27,56
Junho	1	13	14	7,14	92,86	8,97
Total	18	138	156	11,54	88,46	100

Durante o mês de janeiro a incidência de HVB foi de 11,11% (n=18); o mês de Fevereiro foi o mês em que se verificou uma maior incidência do vírus isto é, 20% dos casos foram positivos (n=20); no mês de Março verificou-se uma incidência de casos igual ao mês de Janeiro, 11,11% (n=36); no mês de Abril a incidência de casos de HVB registada foi de 8% (n=25); no mês de Maio verificou-se 11,63% de casos positivos de HVB (n=43); o mês de Junho foi o que se observou uma menor incidência do vírus 7,14% de casos positivos (n=14) (tabela II, gráfico II).

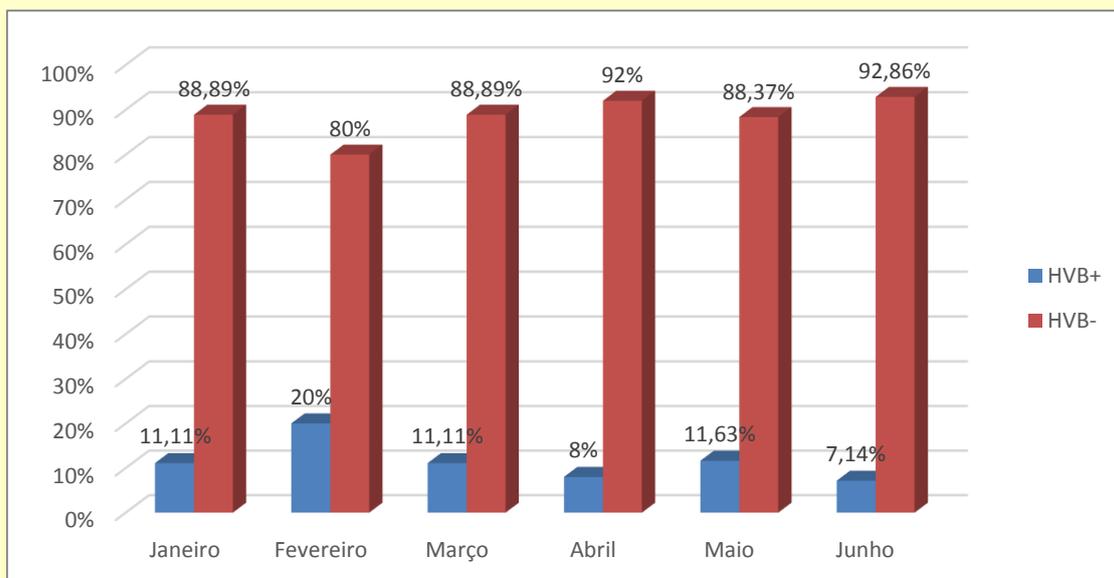


Gráfico I: Percentagem de testes positivos e negativos para HVB no Hospital Sanatório durante o primeiro semestre de 2013.

Verifica-se então que no Hospital Sanatório, de todos os testes realizados, n=156, obteve-se positividade para 11,54% dos casos e negatividade para 88,46% dos casos (tabela II).

3. Serviço de Hemoterapia do Hospital Central

No serviço de Hemoterapia do Hospital Central durante o primeiro semestre de 2013 foram realizados 271 testes de HVB dos quais 71 foram positivos e 200 foram negativos (tabela III).

Tabela III: Frequências absolutas e relativas do primeiro semestre de 2013 de testes para HVB no serviço de Hemoterapia do Hospital Central.

Mês	FA			FR (%)		
	N HVB +	N HVB -	N Total	% HVB +	% HVB -	% Total
Janeiro	14	35	49	28,57	71,43	18,08
Fevereiro	8	26	34	23,53	76,47	12,55
Março	11	30	41	26,83	73,17	15,13
Abril	16	42	58	27,59	72,41	21,40
Maio	10	28	38	26,32	73,68	14,02
Junho	12	39	51	23,53	76,47	18,82
Total	71	200	271	26,20	73,80	100

Pode verificar-se que no mês de Janeiro a incidência de HVB foi de 28,57% (n=49); no mês de fevereiro a incidência do vírus baixou ligeiramente para os 23,53% (n=34); no mês de Março observou-se uma incidência de HVB de 26,83 (n=41); no mês de Abril a incidência registada foi de 27,59% (n=58); no mês de Maio observou-se 26,32% de novos casos de vírus (n=38) e finalmente no mês de Junho foi observada uma incidência do vírus igual ao mês de Fevereiro (23,53%, n=51) (tabela III, gráfico III).

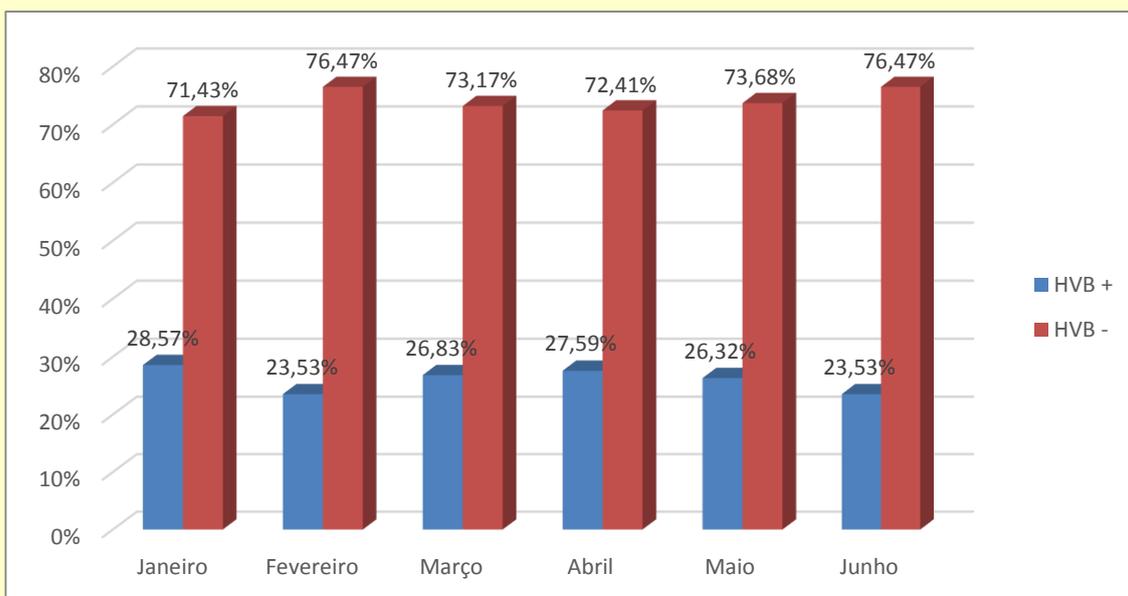


Gráfico III: Percentagem de testes positivos e negativos para HVB no Serviço de Hemoterapia do Hospital Central durante o primeiro semestre de 2013

Verifica-se, então, que no Serviço de Hemoterapia do Hospital Central, de todos os testes realizados, n=271, obteve-se positividade para 26,20% dos casos e negatividade para 73,80% dos casos (tabela III).

Dos 539 (n total=539) registos obtidos no serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote, Hospital Sanatório e serviço de Hemoterapia do Hospital Central durante o primeiro semestre de 2013 (de Janeiro a Junho de 2013), verificou-se uma prevalência de HVB de 18,18% (tabela IV).

Tabela IV: Frequências Absolutas e Relativas de HVB positivo e negativo nos diferentes locais de registo de dados durante o primeiro semestre de 2013.

Hospital	FA			FR (%)		
	T (+)	T (-)	Total	% T (+)	% T (-)	% Total
Cambiote	9	103	112	1,67	19,11	20,78
Sanatório	18	138	156	3,34	25,60	28,94
Central	71	200	271	13,17	37,11	50,28
Total	98	441	539	18,18	81,82	100,00

Durante o primeiro semestre do ano de 2013, o serviço de Hemoterapia do Hospital Central apresenta uma maior incidência de HVB 50,28% dos registos positivos para HVB deste estudo foram registado lá. O Hospital do Sanatório apresenta uma incidência de casos positivos do vírus de 28,94% sendo o Serviço de Hemoterapia do Hospital do Cambiote o que regista uma menor incidência de casos positivos, 20,78% (gráfico IV).

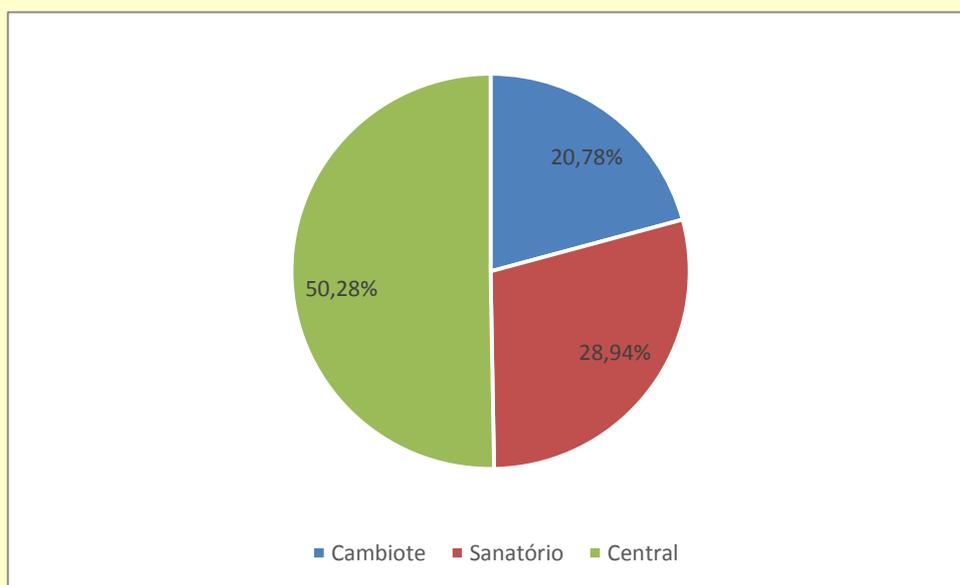


Gráfico IV: Percentagem de HVB + nos diferentes locais de registo de dados durante o primeiro semestre de 2013.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO:

Pode então concluir-se não só que a positividade de casos de HVB é uma realidade bem presente na província do Huambo bem como a sua prevalência não é estatisticamente significativa em nenhum dos meses do primeiro semestre de 2013.

Verifica-se também uma maior incidência e prevalência de casos de HVB no Serviço de Hemoterapia do Hospital Central. Tal facto pode dever-se ao tipo de população que recorre a este serviço.

Devido às complicações que podem surgir numa infecção causada pelo vírus HVB é necessário redobrar os esforços para prevenir a disseminação do vírus, criando e adoptando medidas profiláticas com vista a prevenir todos os cidadãos deste contágio, bem como tornando a vacina da hepatite B obrigatória a todos.

Seria também de útil análise, compreender o seguimento que é dado a estes casos positivos, se há ou não sensibilização para medidas de prevenção de contágio a outros e se estes são informados ou mesmo submetidos a qualquer tipo de tratamento.

RECOMENDAÇÕES:

1-Que o MINSA através da Saúde Pública oriente as unidades sanitárias para criar instrumentos que possam alertar a população sobre o perigo da existência do vírus da HVB.

2-Que os programas ministrados na Escola de Formação de Técnicos de Saúde em todos os cursos deve constar os temas que trata de HVB no sentido de difundir o mais rápido possível a mensagem à população.

3-Que os meios de difusão massiva, Rádio, Jornais, Televisão participem activamente na sensibilização da população para alertar sobre o perigo que pode causar à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernardino P, 2012. Introdução segundo os riscos: Disponível em:
<http://www.criasaude.com.br/N1909/doencas/hepatite.html>. Acesso em 20 de Maio de 2013.
- OMS. Disponível em:
<http://www.criasaude.com.br/N1909/doencas/hepatite.html>. Acesso em 20 de Maio de 2013.

- Marcos, 2013. Riscos da Hepatite B. Disponível em:
<http://www.eselx.ipl.pt/saudeseguranca/doenca/hepatite.htm>. Acesso em 28 de Maio de 2013.
- Jorge S.G, 2011. As Hepatites. Disponível em:
http://www.hepcentro.com.br/hepatite_b.htm. Acesso em 2 de Junho de 2013.
- OMS, 2013. Disponível em:
<http://www.criasaude.com.br/N1909/doencas/hepatite.html>. Acesso em 20 de Maio de 2013.
- Roche N, 2010. A Hepatite B: Disponível em:
<http://www.roche.pt/hepatites/hepatiteb/>. Acesso em 15 de Maio de 2013.
http://www.hepcentro.com.br/hepatite_b.htm

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

COMO MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA VERDE DO ENSINO SECUNDÁRIO DO II CICLO?

Estudo de Caso

Adelino Sanjombe⁷⁹

adelino.sanjombe@ispsn.org

Resumo:

O propósito deste estudo é contribuir para as actuais reflexões sobre a melhoria da qualidade de educação em Angola. Apesar de ter havido vários debates sobre a melhoria da qualidade de educação em Angola, ainda há necessidade de avançar para passos e medidas concretas para mudar a situação actual. Este estudo visa partilhar as experiências das acções que uma escola do ensino secundário do II ciclo tem implementado para melhorar a qualidade de educação num contexto específico.

As principais constatações do estudo são as seguintes: a educação de qualidade exige acções integradas de todos os actores interessados, o que inclui uma planificação conjunta, liderança democrática, capacitação de professores numa base regular. Por outro lado, o estudo constatou que há necessidade de haver uma mudança de abordagem da

⁷⁹O autor é Mestre Psicopedagogia Clínica- Universidade de Leon do IEAU-Espanha e é Licenciado em Psicologia da Educação-Universidade Agostinho Neto- Angola

aprendizagem memorística para a significativa por ser a mais apropriada para um contexto onde a maior parte dos alunos são trabalhadores.

Palavras-chave:

Educação de Qualidade, Indicadores de Qualidade de educação, Aprendizagem significativa, Angola, Escola Verde e Escola Amarela.

Abstract:

The purpose of this study is to shed light into the current national reflections about the quality of education in Angola.

Although there have been debates about the quality of education in Angola, it still holds to be seen concrete steps and measures to boost the current situation. Hence, this case study aims to share the experience of a secondary school that has been taking different actions toward the enhancement of the education quality under a specific context.

The key findings of the study are the following: education quality calls for integrated actions of all stakeholders. This includes joint planning, democratic leadership and teacher's capacity building on a regular basis. On the other hand, the study found out that there is a need to shift from memoristic learning approach to the meaningful learning process as this is the most appropriate approach for a secondary school in which most of the students are employees trying to get new academic qualification aiming to get a promotion.

Keywords:

Quality of Education, Education Quality Indicators, Meaningful learning, Angola, Escola Verde and Escola Amarela.

Introdução

O ano de 2013 foi marcado por muitos debates sobre a qualidade de educação em Angola. Os principais actores interessados (pais, encarregados, instituições do Estado e os alunos) nos resultados da educação formal levantaram muitas questões sobre o valor acrescentado das instituições de formação.

Apesar da preocupação manifestada em relação ao tema da qualidade da educação, o nosso estudo não conseguiu constatar avanços significativos no que concerne ao diagnóstico das causas e possíveis soluções contextuais que concorram para se alcançar melhorias substantivas que permitam conseguir definir padrões de qualidade que possam satisfazer as necessidades da sociedade para a qual a escola deve prestar contas do valor do seu trabalho.

Este trabalho pretende contribuir para o começo do debate sobre como se pode melhorar a qualidade no país tomando como exemplo uma escola que tem características semelhantes às demais que existem.

Revisão da Literatura

A definição dos padrões de qualidade de educação em termos de consumos mínimos necessários que cada aluno deve ter para poder responder às exigências do curso que frequenta e ser capaz de desenvolver as habilidades que a sociedade requer de tal sorte que possa contribuir positivamente para o seu desenvolvimento pessoal e do meio que estiver inserido, é uma tarefa complexa, portanto, cada contexto tem as suas expectativas baseadas nas suas necessidades (Dourado, 2007 p.11). Apesar dessa complexidade Dourado (2007, p. 26-27) identificou vários níveis a partir dos quais os padrões de qualidade da educação podem ser definidos. Para efeitos deste trabalho, julgamos relevante seleccionar três níveis tais como: “nível da escola, nível do professor e nível do aluno”. Em resumo vamos seleccionar os indicadores considerados mais adequados ao contexto desta pesquisa.

Nível de Escola- Gestão e Organização do Trabalho Escolar

- Mecanismos de informação e comunicação adequados entre todos os segmentos da escola.

- Gestão democrática-participativa, incluindo a criação de espaços de participação dos vários grupos existentes na escola.
- Projecto colectivo da escola que responda as exigências sociais e pedagógicas.
- Mecanismos de participação do aluno na escola.

Nível do Professor- Formação e Profissionalização

- Definição de qualificações mínimas adequadas ao exercício profissional.
- Políticas de formação e valorização do pessoal docente: plano de carreira, incentivos e benefícios.
- Ambiente profícuo ao estabelecimento de relações interpessoais que valorizem atitudes e práticas educativas, contribuindo para a motivação e solidariedade no local do trabalho.
- Atenção ao aluno no ambiente escolar.

Nível do Aluno- Acesso, Permanência e Desempenho Escolar

- Processos de avaliação centrados na melhoria das condições de aprendizagem que permitam o desenvolvimento integral dos alunos.
- Igualdade de oportunidades para todos os alunos independentemente de qualquer condição.

Caleiro (2010: 139) identificou quatro (4) indicadores principais de qualidade da educação relacionada ao aluno, tais como: aprender a ser, aprender a viver em comunidade, aprender a fazer e aprender a conhecer. Esta classe de indicadores apresentam-se como mais mensuráveis, portanto, a sociedade espera que os alunos saiam da escola tendo desenvolvido competências que lhes permitam saber viver em comunidade e enfrentar os desafios do dia-a-dia das suas vidas.

Os indicadores seleccionados por Dourado e Celeiro são complementares. Enquanto Dourado parece dar mais atenção a factores estruturantes do ambiente escolar para se obter uma educação de qualidade, já Celeiro, foca o seu trabalho em indicadores concretos

que servem para medir o impacto de uma educação de qualidade na vida dos alunos e da sociedade.

Tendo em conta os níveis definidos por Dourado (2007: 26-27) a qualidade da educação passa em primeiro lugar pela gestão, portanto, os gestores do processo docente-educativo jogam um papel determinante para a garantia do estabelecimento de um ambiente de aprendizagem. Para tal, segundo Pedler (2008: 38-39) para garantir uma gestão efectiva, é necessário que os gestores criem condições de aprendizagem em acção. Isto é, os gestores do processo docente-educativo devem definir encontros regulares para reflectir sobre as questões que forem emergindo no ambiente escolar e resolvê-las dentro de um tempo útil. Os referidos encontros, devem ser bastante objectivos e abertos para que os participantes possam livremente exprimir os seus pontos de vista. Nesse sentido, é necessário estabelecer normas para os encontros de reflexão e aprendizagem em acção. Entre outras normas, destacam-se as seguintes: pontualidade em começar e terminar, confidencialidade, compromisso e garantia de que todos devem ser escutados e podem admitir as suas fraquezas, necessidades, erros, porquanto, ninguém os vai julgar.

Por outro lado, Dourado (2007: 26-27) colocou o professor como o nível a seguir ao da gestão da escola que para nós parece uma classificação acertada, portanto, é ao professor que compete incentivar e criar condições práticas para que as habilidades que se podem traduzir em indicadores mensuráveis na vida do aluno e no seu desempenho na sociedade possam ser desenvolvidas. Libâneo (1999: 71) defende que é ao professor que compete a tarefa de orientar as tarefas de ensino para alcançar os objectivos educativos de formação da personalidade, isto é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida e desenvolverem atitudes e convicções que norteiem as suas opções diante dos problemas e situações da vida real. Isto inclui criar condições e meios para que os alunos desenvolvam habilidades e capacidades intelectuais para que dominem métodos de estudo e de trabalho intelectual visando a sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento. Deste modo, o professor poderá contribuir para que o aluno ganhe domínio e seja seguro dos conhecimentos científicos que adquirir na escola e nas suas pesquisas independentes. Se de um lado estamos de acordo com a posição Libâneo (1999: 71) do outro convém notar que o professor só vai conseguir cumprir com este padrão caso seja constantemente capacitado para exercer a sua função com eficiência.

Por último, seguindo a mesma classificação de Dourado (2007: 26-27) todos esforços dos níveis (gestão escolar e professor) abordados até ao momento, devem estar focalizados no aluno. Em relação ao aluno, a perspectiva de Dourado (2007) parece muito superficial, portanto, não aborda com profundidade os pré-requisitos do aluno para que a qualidade da educação seja possível. Por isso, recorreremos novamente a Libâneo (1999: 229) para discorrer sobre a questão dos pré-requisitos que os alunos devem preencher antes de chegar ao II ciclo do ensino secundário. O aluno deve chegar ao II ciclo do ensino secundário com conhecimentos sólidos das classes anteriores. No contexto em que esta pesquisa foi feita, é quase impossível cumprir com este pré-requisito, porquanto, mais de 90% dos alunos apresentam sérias debilidades em conhecimentos das matérias das classes anteriores. Como é que se resolve este problema?

Libâneo (1999: 229) defende que um professor não deve justificar o fracasso dos alunos pela falta de base anterior, portanto, o suprimento das condições prévias de aprendizagem deve ser previsto no plano de ensino. O professor não deve alegar que os alunos são dispersivos, porque é ele que deve criar as condições, os incentivos e os conteúdos para que os alunos se concentrem e se dediquem ao trabalho.

Ao concluir a revisão da literatura sobre a qualidade de educação e seus indicadores, depreende-se que a qualidade de educação é uma questão que deve ser abordada de forma integrada envolvendo todos actores interessados (gestão escolar, professores e alunos) no processo. Quanto aos indicadores identificados pelos autores estudados, é importante sublinhar que os indicadores universais de qualidade de educação independente do contexto são os seguintes:

- Que os alunos sejam capazes de escolher um caminho na vida e desenvolvam atitudes e convicções que norteiem as suas opções diante dos problemas e situações da vida real (Libâneo, 1999, 229).
- Que os alunos desenvolvam habilidades e capacidades intelectuais para que dominem os métodos de estudo e de trabalho intelectual visando a sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento.

Metodologia

Abordagem Metodológica: Qualitativa

Posição Epistemológica

Por se tratar de um estudo que visa compreender e conhecer os passos que devem ser dados para melhorar a qualidade de ensino, preferiu-se adoptar a postura epistemológica fundamentada no Construtivismo, pois permitiu formar conceitos cujo sentido está baseado no contexto em que a escola está inserida (Creswell,2014, p.5).

Método

Estudo de Caso

O Estudo de caso apresentou-se como o método mais adequado para esta pesquisa pois, permitiu recolher dados de todas as fontes disponíveis (informadores-chave, jornais, dados estáticos da escola, actas de reuniões e relatórios) o que facilitou a identificação de padrões que podem servir de referência na melhoria da qualidade de ensino tendo como base a realidade objectiva da escola e a participação dos vários actores interessados na melhoria da qualidade de ensino.

Durante o processo de recolha de dados, foram empregues duas técnicas principais: **entrevistas semiestruturadas feitas a sete (10)⁸⁰ Informadores-chave e debates grupos focais**. Para além das técnicas mencionadas, foi feita a observação participante, porquanto, o pesquisador faz parte do colectivo de professores da escola onde decorreu o estudo.

Contexto da Pesquisa

A Escola Verde do II Ciclo do Ensino Secundário foi fundada por decreto oficial no ano lectivo de 2007.

⁸⁰ Neste estudo, a noção de informadores-chave representa os participantes que pela sua experiência profissional como professores ou gestores do processo docente-educativo, foram capazes de contribuir significativamente prestando informações neutras e objectivas sobre os passos a seguir para melhorar a qualidade de educação

De 2007 até ao presente momento, a escola formou acima⁸¹ de 1000 alunos nas seguintes áreas: Ciências Económicas e Jurídicas; Ciências Físicas e Biológicas, bem como Ciências Humanas. Até ao presente momento, a escola tem 44 professores formados em diversas áreas. De salientar que a maior parte dos professores tem um grau de licenciatura nas seguintes especialidades: Biologia, Economia, Filosofia, Geografia, Gestão de Empresas, Matemática, Pedagogia e Psicologia.

Neste momento, 85% dos alunos da escola Verde do II ciclo são provenientes da escola Amarela do I ciclo.

Para efeitos desta pesquisa, decidiu-se apresentar apenas o quadro de aproveitamento dos últimos 3 anos que são: 2010, 2011 e 2012. Ei-lo abaixo:

⁸²Quadro1

Nº de Ordem	Ano Lectivo	Estudantes Matriculados	Nº de Alunos s que Chegaram ao fim do ano lectivo	Alunos Aptos	% de Alunos Aptos
1	2010	309	223	163	73.09417
2	2011	483	379	304	80.21108
3	2012	523	438	301	68.72146

Os dados contidos no quadro acima apresentado, levam-nos a concluir que a média aritmética da percentagem de alunos que têm obtido a classificação de apto é de 74%.

No decurso do pretérito ano lectivo de 2012, houve uma mudança na estrutura de Direcção Geral da Escola. Foi nomeado um novo Director geral para Escola. No fim do mês Janeiro de 2013, durante uma reunião entre a Direcção da Escola e o coletivo de professores, foram partilhados alguns dados estatísticos do aproveitamento dos alunos. O

⁸¹Estimativas obtidas dos dados disponibilizados pela Subdireção Pedagógica da Escola Verde.

⁸²Fonte: Subdireção Pedagógica da Escola Verde.

Director geral mostrou-se satisfeito, porém, levantou uma questão: dos alunos que transitam de classe, quantos deles demonstram que a nossa Escola está a prestar um serviço de qualidade para a sociedade? No fim da reunião o Director reformulou a sua questão da seguinte maneira: *Como podemos melhorar a qualidade de educação na nossa Escola?*

Breve Descrição das Sessões de Reflexão dos Grupos Focais

Em resposta à questão do Director da escola Verde, os professores sugeriram que houvesse um encontro facilitado por alguém para discorrer em detalhe sobre as estratégias que devem ser adoptadas para melhorar a qualidade de educação na nossa Escola. Em seguida, foi seleccionado entre os professores, um facilitador a quem o Director confiou a tarefa de orientar a primeira sessão de reflexão sobre a qualidade de educação na Escola.

Na semana a seguir do mesmo mês de Janeiro de 2013, foi organizada a primeira sessão de reflexão sobre como pode ser melhorada a qualidade de educação. Dentro dos vários assuntos debatidos durante as várias sessões de grupos focais, para este trabalho, vamos partilhar apenas aqueles que foram considerados úteis a esta pesquisa que são os seguintes:

- Análise FOFA⁸³ (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).
- Que Metodologias Empregar no Ensino Médio as da Pedagogia ou da Andragogia?
- Características da Aprendizagem Memorística. Características Aprendizagem Significativa.

Forças da Escola

⁸³Uma adaptação do método de avaliação de capacidade institucional SWOT (strength, weaknesses, opportunities and threats) analysis.

- Existência de uma Direcção democrática e preocupada em melhorar a qualidade do ensino na escola.
- A existência de um corpo docente diversificado e motivado para prestar um serviço de qualidade, que pode permitir assegurar uma formação de qualidade.
- A existência de alunos interessados em aprender e superar-se academicamente.

Oportunidades Disponíveis que Permitem Melhorar a Qualidade de Educação

- As reuniões trimestrais de balanço e análise dos resultados de cada trimestre, servem de oportunidade para rever as metodologias empregues e considerar a aplicação de novas estratégias para reforçar a qualidade de ensino.
- O debate nacional sobre a necessidade de melhorar a qualidade de ensino permite que as iniciativas locais da escola possam ter apoio a todos os níveis.
- A preocupação da actual Direcção em promover debates sobre as metodologias e o tipo de ensino que se devem promover no Ensino Secundário, é bastante útil para melhorar a prática diária de cada professor que poderá conseqüentemente reflectir-se na melhoria da qualidade das aulas.

O que pode ameaçar a Qualidade de Ensino na nossa Escola?

- A falta de uma biblioteca enfraquece a actual Qualidade de Educação.
- O mau relacionamento entre professores e alunos pode enfraquecer a qualidade de Educação.
- Se os programas e as directivas superiores não forem contextualizados a realidade de cada escola a qualidade da educação pode ser enfraquecida.
- A atribuição de disciplinas que não são do domínio do professor pode levar ao imprevisto e comprometer a qualidade da Educação.
- A falta de motivação intrínseca para aprender por parte dos alunos.

- A falta de orientação escolar e profissional pode comprometer o desempenho dos alunos.
- A falta de preocupação dos professores em motivar os alunos para uma aprendizagem efetiva.
- A inobservância da ética e deontologia profissional.
- A postura arrogante de alguns professores quando se dirigem para os alunos pode ameaçar a qualidade de ensino.
- A preparação insuficiente de alguns alunos que trazem poucas bases das classes anteriores **se não for superada**, pode ameaçar a qualidade de ensino (Labâneo, 1999, p.229).
- A falta de adopção de metodologias adequadas ao tipo de aula e conteúdo a ser transmitido pode ameaçar a qualidade de ensino.
- A falta de planificação das aulas pode levar ao improviso e isso pode ameaçar a qualidade de ensino.
- Os conflitos de interesses. Quer dizer, há casos em que o professor enfrenta a dificuldade de atribuir a classificação de não apto a um(a) aluno(a) por ter sido solicitado por um(a) colega que conhece o(a) aluno(a) para atribuir a classificação de apto.

Que Metodologias Empregar no Ensino Médio, as da Pedagogia ou da Andragogia?

Para efeitos deste trabalho, é importante salientar que estamos a falar de um contexto específico em que mais de 97% dos alunos estão na fase adulta. Por outro lado, mais de⁸⁴90% dos alunos são trabalhadores. Para os alunos que não estão a trabalhar, a motivação da frequência do curso está directamente relacionada com a obtenção de um certificado que possa garantir um emprego a curto e médio prazo.

Diante desta constatação, que metodologias empregar para motivar os alunos a dar o melhor de si e conseguir tirar o máximo proveito da formação?

⁸⁴ Estimativas obtidas por triangulação e observação de mais 6 anos.

A Pedagogia e Andragogia são dois ramos das ciências da educação que oferecem ferramentas para educar e formar os alunos. Enquanto uma oferece metodologias para o começo da vida escolar do aluno (jardim de infância, creche, primária até a nona classe do sistema em vigor em Angola), a **outra, oferece ferramentas necessárias para formar um aluno competente, responsável, autodidacta, capaz de melhorar as suas habilidades profissionais como resultado das suas reflexões constantes (Cavalcanti,1999, p. 8).**

Em resumo, para o ensino médio e níveis acima deste, a Andragogia afigura-se como sendo a estratégia mais adequada para conseguir desenvolver no aluno as habilidades necessárias para o transformar em adulto consciente, seguro, capaz de interpretar e seguir as normas da convivência social e promover o espírito de equipa onde quer que esteja.

Assim, o professor que utiliza a Andragogia deve assegurar a implementação do seguinte:

- Transformar o momento de aula em laboratório de análise das teorias científicas prescritas numa determinada disciplina. Isto é, analisar com os alunos o valor real daquilo se pretende ensinar e aprender. **Isso pressupõe a distribuição de tarefas antes das aulas.**
- Encorajar e incentivar ao máximo possível a participação dos alunos através de resolução de problemas práticos.
- Fazer tudo que for possível para aliar a teoria à prática das tendências profissionais dos alunos, tendo em conta a realidade do ambiente em que o aluno se encontra inserido e o contexto global.
- Valorizar a experiência dos alunos.

Características da Aprendizagem Memorística. Características da Aprendizagem Significativa.

A aprendizagem é o processo através do qual, o sujeito muda de comportamento, apropria-se do conhecimento passando para o seu acervo cultural e intelectual o entendimento que adquirir sobre um determinado ramo do saber (Campos, 1987: 26). Quando o aluno aprende, é capaz de julgar, criticar (distinguir o real do aparente) e tomar decisões de forma consciente. De tipo de aprendizagem estamos a falar? A resposta a esta pergunta dependerá da análise que foi feita pelo grupo que a seguir vai ser apresentada.

Aprendizagem memorística, decorre da fixação e reprodução de algum conteúdo previamente experimentado (sentido, lido, ouvido tocado etc.) (Campos, 1987: 56). Esta aprendizagem é geralmente resultante de palestras, pregações e aulas expositivas. Neste tipo de aprendizagem, o aluno é receptor passivo da informação e quando se lhe é solicitado o conhecimento que domina sobre algum tema previamente fixado, reproduz simplesmente o que fixou sem sentir posse daquilo que diz.

Na vida prática é comum encontrar-se alunos que dizem “o meu professor ensinou assim”... Esse tipo de justificações decorre da aprendizagem memorística. O aluno fixou uma informação que não considera sua. Não significa nada para ele. Por isso, não é capaz de criar algo novo a partir do que captou. Convém notar, que isso não ocorre apenas com os alunos do ensino médio ou secundário. Já acompanhamos vários debates em que estudantes e graduados defendem posições de outros teóricos sem se quer tentar perceber o sentido do que defendem.

Depois do que acima ficou dito, o que fazer com a aprendizagem memorística? Vamos eliminá-la do ensino médio e dos outros níveis acima deste?

O que se pretende com esta reflexão, é começar o debate sobre que aspectos de uma disciplina devem ser memorizados e que estratégias devem ser adoptadas para conseguir garantir que a memorização não seja mecânica? **Por exemplo, a parte histórica, o objecto de estudo, objetivos, métodos e postulados de uma disciplina, talvez devam ser memorizados.** O importante é que tal memorização, não seja feita de tal sorte que o aluno recite as informações sem ter consciência plena do que está a dizer.

Em que consiste então a Aprendizagem Significativa? Quando é que estamos perante a Aprendizagem Significativa? Quais são os indicadores de uma Aprendizagem Significativa?

A aprendizagem significativa consiste na assimilação e compreensão da essência de uma determinada forma de conhecimento bem como a sua aplicação prática incluindo as suas limitações. Estamos perante a aprendizagem significativa, quando o aluno é capaz de transcender a informação que lhe é passada. Isso ocorre quando o estudante é convidado, motivado e persuadido a reflectir de maneira crítica sobre o conteúdo. Por exemplo, as razões que estão na base do subdesenvolvimento de um país, são similares às que justificam o subdesenvolvimento de uma família ou pessoa singular. Ou seja, se uma

uma pessoa não aumenta o seu nível de conhecimentos e habilidades práticas para transformar a realidade que a envolve, dificilmente conseguirá desenvolver-se. O mesmo se aplica a uma família que depende de uma única fonte de receitas, dificilmente vai conseguir desenvolver-se. Outro exemplo que pode ser interessante está relacionado ao caso da crise económica. Quando uma família contrai muitas dívidas sem capacidade de pagar, ela corre o risco de entrar em crise financeira e conseqüentemente económica.

Portanto, a aprendizagem significativa, exige que o professor traga situações da vida real para que o aluno possa dar sentido ao conteúdo teórico (Buchweitz,2001). **Porém, o professor que emprega os métodos da aprendizagem significativa, deve garantir a observância do rigor e relevância que a ciência exige para evitar que os alunos façam da aula um momento lúdico (Ausubel, 2011, p.2).**

Resultados e Temas Emergentes

Tendo em conta os dados recolhidos durante os debates dos grupos focais, as entrevistas semiestruturadas concedidas pelos informadores-chave e da revisão da literatura, obtivemos os resultados que abaixo se seguem:

Constructos Iniciais	Temas de Primeira Ordem	Primeiro nível de Categorização	Segundo nível de Categorização
Qualidade de Educação	Gestão escolar democrática e participativa.	Plano de Ensino elaborado com a participação dos professores.	Adaptação do plano curricular às necessidades locais, nacionais e globais. Promoção de espaços de debate sobre os problemas de gestão emergentes no ambiente escolar.
	Professores Competentes	Formação e valorização do pessoal docente,	Ambiente que permite estabelecer relações interpessoais que valorizem atitude e

		plano de carreira, incentivos e benefícios. Professores que dominam a arte de formular perguntas que desafiem os alunos a buscar cada vez mais conhecimentos.	práticas educativas contribuindo para a motivação e solidariedade no trabalho.
	Desempenho escolar dos Alunos	Revisão das matérias das classes anteriores como pré-requisito ao entrar no conteúdo da nova classe.	Realização de tarefas dentro e fora da sala de aula
Indicadores de Qualidade de Educação	Alunos capazes de tomar decisões coerentes, escolher um caminho na vida e desenvolver atitudes e convicções que norteiem as suas opções diante dos problemas e situações da vida real.	Em todas as aulas dentro e fora da sala, os alunos deverão resolver questões práticas do dia-a-dia do seu contexto.	Os professores deverão incluir dentro das suas aulas exploratórias, questões específicas do contexto dos alunos para garantir que haja uma constante ligação entre a teoria e a prática.
	Alunos capazes de fazer exercícios intelectuais e gerir a sua aprendizagem de maneira independente.	Alunos capazes de resolver problemas científicos conhecendo as bases lógicas dos exercícios e a sua aplicação prática.	Alunos autodidactas, independentes nas suas investigações e capazes de auto-avaliar o seu desempenho e fazer as devidas correções.
	Definição clara de indicadores mensuráveis para cada curso- Ciências Económicas e Jurídicas Ciências	Coordenadores de cursos capazes de gerir o processo de identificação de indicadores mensuráveis de bom	Coordenadores de disciplinas capazes de facilitar sessões de debates para identificar e definir indicadores de

	Físicas e Biológicas, e Ciências Humanas.	desempenho aceitável em cada disciplina.	bom desempenho em cada disciplina.
--	---	--	------------------------------------

Implicações desta Pesquisa

Espera-se que este estudo possa contribuir para começar o debate prático sobre a melhoria da qualidade de educação nas escolas II ciclo do Ensino secundário.

Limitações do Estudo

O estudo apresentou os vários passos que foram dados pelos actores-chave da Escola Verde para a melhoria da qualidade de ensino, porém, ainda não é possível determinar com precisão o impacto das várias acções que podem ser consideradas “*boas práticas*” levadas a cabo para responder à pergunta que motivou essa pesquisa: Como melhorar a qualidade da educação na escola Verde do II ciclo do Ensino Secundário?

Avenida para futuras Pesquisas

Não se conseguiu informação sobre indicadores específicos e mensuráveis para as disciplinas dos cursos de Ciências Económicas e Jurídicas, Ciências Física e Biológica e Ciências Humanas. O estudo constatou que a qualidade de educação depende e exige integração de programas e planificação entre as escolas dos vários níveis, porém, a literatura revista, não faz menção deste aspecto que parece crucial para garantir a qualidade de educação. Com esta constatação, esperamos que outros pesquisadores possam explorar esse aspecto em futuros estudos.

Recomendações para a Direcção da Escola

- Para superar o problema da má preparação dos alunos, recomenda-se que a escola inclua nos programas de cada disciplina conteúdos das classes anteriores durante o primeiro trimestre de cada ano lectivo para permitir que os alunos possam facilmente inserir-se na nova classe.

- O estudo constatou que mais de 85% dos alunos da escola Verde são provenientes da escola do I ciclo que aqui preferimos chamar de Escola Amarela. Por isso, recomenda-se que a escola Verde estude um mecanismo de planificação conjunta entre os coordenadores de disciplinas de ambas as escolas para garantir que os alunos possam trazer para o II ciclo as competências que lhes permitam absorver os novos conhecimentos.
- Para que haja aprendizagem significativa, recomenda-se à Direcção da escola para treinar os professores em metodologias utilizadas pela Andragogia.
- Recomenda-se que a Direcção da escola possa considerar a possibilidade de treinar os professores em matéria de formulação de perguntas para incentivar a investigação científica autónoma (Fadem, 2009, p. 4; Fisher, et al., 2008, p.12).
- Para garantir que os professores possam focalizar a sua atenção no desenvolvimento das habilidades indispensáveis ao desenvolvimento de competências fundamentais em cada disciplina recomenda-se que a escola em coordenação com os coordenadores de cursos possam desenvolver indicadores de desempenho para cada disciplina.
- Para garantir a existência de um quadro docente capaz de responder às exigências de uma educação de qualidade, é importante que a escola mantenha as reflexões trimestrais sobre o curso das acções educativas.
- Recomenda-se à direcção que defina um mecanismo para garantir a participação dos alunos para poderem partilhar as suas preocupações.
- Recomenda-se à direcção da escola que defina mecanismos para incentivar os professores para poderem superar-se e empenhar-se cada vez melhor.
- Para que a escola Verde cumpra com o seu papel de ajudar os alunos a escolherem o seu rumo na vida e aprenderem a conviver em comunidade, recomenda-se que a Direcção da escola oriente os coordenadores de curso para gerirem o processo de definição de traços e comportamentos e atitudes esperadas dos alunos que frequentam a escola Verde (Tomás, 2000: 71)
- Apesar de não ter feito parte do estudo, chamo a atenção para o facto de terem havido desistências de alunos em número substancial nos últimos 3 anos. Por isso, recomenda-se que a escola investigue as causas de tais desistências.

Referências Bibliográficas:

- Ausubel, D. (2011). 5-Aprendizagem Significativa.
- Buchweitz, B. (2001). APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: IDÉIAS DE ESTUDANTES CONCLUINTES DE CURSO SUPERIOR*(Meaningful learning: ideas of higher education graduates). *Investigações em ensino de Ciências*, 6(2), 133-141.
- Caleiro, A. (2010). Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe. *Departamento de Economia–Universidade de Évora, Portugal*.
- Campos, D.M. S (1987) Psicologia da Aprendizagem. 33ª ed. Editora vozes.
- Cavalcanti, R. A. (1999) “ANDRAGOGIA: A APRENDIZAGEM NOS ADULTOS”
- Creswell, J.W.(2014.p.5) “Research Design. Qualitative Quantitative and Mixed Methods Approaches”. 4th ed. Sage publications.
- Dourado, L. F. (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Fadem, T.J (2009) “The Art of Asking. Ask Better Questions, Get Better Answers”. Pearson Education, Inc. 2nd Edition.
- Fisher, Roger., Ury, William., Patto, Bruce.(2008) Como Conduzir uma Negociação. Chegar a Acordo sem Ceder. 8ª ed.
- Libâneo, J.C. (1999) Didática. 27ª ed. Editora Cortez.
- Pedler, M. (2008) *Action Learning for Managers*. 2nd ed. Aldershot, England: Gower Publishing Ltd.
- Tomás, F.C. (2000) Condicionamentos. Pessoas Traços e Comportamentos (Tomo 1). 1ª Ed. Editora Paulinas.



ESTUDOS

GESTÃO

OPTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO CAPITAL CIRCULANTE COMO FONTE DE FINANCIAMENTO INTERNO E MEHORIA DA RENDIBILIDADE DAS EMPRESAS: O CASO DA GESTÃO DE STOCK NA ALUMÍNIOS GARFRAN LDA. - HUAMBO

Raimundo Rosa¹

raimundosantarosa@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho teve como objectivo a derivação dos níveis mínimos e máximos de stock de matérias-primas para a empresa em referência através de um apurado modelo gestão de stock e a identificação dos procedimentos de gestão de stock/existências a implementar de forma a garantir a manutenção dos níveis mínimos e máximo de stock/existências numa base permanente.

Para tal foi adoptada a investigação realista com a feição descritiva – explicativa recorrendo à pesquisa quantitativa – qualitativa e aos métodos indutivo – dedutivo e análise - síntese na estratégia de investigação do tipo estudo de caso, num horizonte temporal de seis meses.

Os resultados da investigação apontam para o Lote Económico de Encomenda, o Ponto de Re-encomenda, a Análise ABC, a Análise de Rácios e a Análise *Break-Even* como modelos recomendados para a gestão otimizada de stock, sendo que a aplicação destes

¹ Mestre em Administração de Empresas –Universidade de Liverpool. Professor Assistente de Cálculo Financeiro e Contabilidade Analítica – Faculdade de Economia da UJES- Huambo. Professor Assistente de Contabilidade Analítica – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente.

na empresa Alumínios Garfran Lda. influirá directamente na libertação de fundos obsoletos e no aumento da sua produtividade.

Palavras-chave:

Capital Circulante, Gestão de Stocks, Financiamento Interno, Produtividade.

Abstract:

The present work has a goal derive by means of certified inventory management model, the minimum and maximum levels of inventory of raw materials for the company in reference and to identify the inventory management procedures to implement in order to ensure the maintenance of inventory minimum and maximum levels on a permanent basis.

For this purpose a realistic research methodology with descriptive - explanatory characteristics was adopted using the quantitative-qualitative research and the inductive - deductive and analysis - synthesis methods embedded in a case study research strategy, over a time horizon of six months.

The results of the investigation show the Economic Order Quantity, the Reorder Point, the ABC Analysis, the Ratio Analysis and the Breakeven Analysis as recommended models for optimal inventory management, and that its implementation at Aluminum Garfran Lda., will directly affect the release of obsolete funds and in increasing the firm's profitability.

Keywords:

Working Capital, Inventory Management, Internal Financing, Profitability.

Introdução

Existe um consenso na literatura, do ponto de vista pragmático que, na maior parte das empresas, sobretudo as micro, pequenas e médias empresas carecem dum certo grau ou montante de financiamento que, se providenciado, iria catapultar o seu nível de performance actual para um patamar superior em áreas específicas como: melhor gestão com ajuda da tecnologia, economia de escala, aproveitamento de oportunidades ou mesmo responsabilidade social (Bianchi e Noci, 1998; Singh e Belwal, 2008). De acordo com o Accountancy Ireland (2009), as pequenas e médias empresas têm a flexibilidade necessária para resistir à crise, mas também são mais vulneráveis se o acesso ao capital for reduzido.

Estimativas mundiais do Country Monitor (2006) e da OECD (2006) apontam para vários tipos de vácuos financeiros nas empresas Angolanas. Entre estes vácuos encontram-se: o vácuo generalizado, necessidade de financiamento de capital, de crescimento e baseada na tecnologia; e que somente uma pequena fracção das PME e MEs, entre 3% a 18% têm acesso ao financiamento formal. Todavia, cerca de 90% das PME precisam de financiamento interno, não obstante apenas 10% olha atentamente para o financiamento interno.

Por outro lado a rendibilidade das PME não atingiu o seu ponto óptimo considerando que vários aspectos inibem tal sucesso, desde a escassez de recursos, ao deficiente uso da tecnologia e ao fraco *know-how*. De acordo com Hall (2002), um vácuo considerável da performance óptima das PME e MEs, poderia ser alcançada através da melhoria dos processos internos e não apenas pela injeção de financiamento externo.

Neste aspecto Sharma (2009) e Laureate Online Education (2010) defendem um papel preponderante da gestão óptima do capital circulante como fonte de financiamento e melhoria da rendibilidade das empresas, na medida em que são encontrados pontos óptimos do capital circulante a ser retido pela empresa uma vez que estão implicados custos de oportunidade (disponibilidades) ou outros custos de manutenção (stock), ligados a mudanças nas taxas de juro, na procura pelos produtos da empresas nas diferentes estações do ano e no estado global da economia

Estes dois autores coincidem em referir que de uma maneira mais específica as existências ou stock de mercadorias/matérias-primas/produtos inacabados de uma empresa é o elemento do capital circulante que tem o potencial para o melhor aprimoramento, na

medida em que esta categoria do activo da empresa constitui, para a maior parte destas, uma porção significativa do seu investimento, ou seja entre 40 a 60%, como é referido por Dumas (2008), Bai e Zhong (2008) e De Assis (2010) e, por conseguinte uma pobre gestão das existências acarreta enormes tensões no fluxo de caixa.

Não obstante, por parecer tão trivial para a maioria das empresas sobretudo as PMEs e MEs, a gestão de existências está aquém do nível óptimo necessário. A gestão de stocks no caso específico das empresas angolanas e do Huambo em particular têm experimentado baixos níveis de performance, caracterizado por retenção de níveis de stock abaixo ou acima do ponto de equilíbrio. Vários aspectos internos e externos às PMEs e MEs contribuem para este facto estando incluído as dificuldades ligadas à importação, alfandegas e transporte bem como da decisão sobre o tamanho do lote, dificuldades em prever a demanda e pobre domínio da matéria de gestão de inventário pela maioria dos gestores da área (Lamberga, 2006; Fonseca, 2010).

No caso específico da Alumínios Garfran, o aspecto da gestão do inventário é superiormente crucial por se tratar de uma empresa manufacturadora, tendo a necessidade de armazenar para além dos produtos acabados, as matérias-primas e outros em curso.

Adicionados aos factores acima referidos, para a dificuldade na gestão de stock, concorrem outros como o espaço de armazenamento, os custos de armazenamento e manutenção de stock bem como oscilações nos níveis de produção programados. Os resultados de um estudo anterior na área de marketing, apontam para uma forte demanda nos seus produtos o que deixa pouco espaço para a economização das quantidades a serem produzidas, sendo necessário virar a atenção para os níveis óptimos do stock de matérias-primas a reter para garantir uma produção normal, tendo em conta o curto *lead-time* das encomendas à empresa – mãe. Estes aspectos levam ao seguinte problema científico.

Problema Científico:

Qual é o nível mínimo e máximo de stock de matérias-primas que a empresa deve reter com vista a minimizar os custos de retenção de stock e evitar os riscos das baixas produções e consequentemente baixas vendas e a perda da fidelidade e boa vontade do cliente?

Objectivos Gerais:

1. Derivar através de um apurado modelo gestão de stock, os níveis mínimos e máximo de stock de matérias-primas para a empresa Alumínios Garfran – Huambo.
2. Identificar os procedimentos de gestão de stock/existências a implementar de formas a atingir a garantir a manutenção dos níveis mínimos e máximo de stock/existências numa base permanente.

Objectivos Específicos:

1. Proceder a uma revisão da literatura dos aspectos inerentes a importância da gestão do capital circulante e seus elementos e duma maneira específica sobre os modelos de gestão de stock, como fonte de financiamento interno e melhoria da rentabilidade das empresas;
2. Diagnosticar a situação actual da gestão de stock de matérias-primas na Empresa Alumínios Garfran – Huambo e determinar com a ajuda de métodos estatísticos os níveis mínimos e máximo de stock de matérias-primas requeridos pela mesma;
3. Proceder à análise dos resultados do diagnóstico da situação actual da gestão do stock de matérias-primas e propor um conjunto de procedimentos a serem implementados para garantir uma gestão de stock óptima de forma sustentável;
4. Investigar a relação entre uma obtenção do nível mínimo e máximo de stock e os custos ligados à retenção de stock bem como à rentabilidade da empresa

Antecedentes e Relevância do Tema

O presente trabalho enquadra-se nos campos da gestão financeira de empresas e contabilidade de gestão e analítica, tendo sido escolhido por ter uma ligação às cadeiras de Cálculo Financeiro e Contabilidade Analítica, as quais são leccionadas pelo autor, na Faculdade de Economia da Universidade José Eduardo dos Santos.

A relevância deste artigo científico assenta-se na escassez da literatura sobre o assunto, sobretudo na praça angolana e do Huambo em particular quando contrastada com a elevada carência em termos de habilidades por parte das gestões das distintas empresas e,

sobretudo das PME e MEs no que concerne à gestão do capital circulante numa forma geral e da gestão optimizada de stock ou existências em particular, face às oscilações da procura e os custos associados com a retenção de stock.

Assim, este artigo é direccionado para os gestores, responsáveis da logística e/ou fiéis de armazéns da Alumínios Garfran em particular e das PME e MEs em geral. Também é de importância para gestores de importações e outros cargos relacionados nestas empresas. O facto desta pesquisa ser baseada numa única empresa limita a generalização dos resultados, mas que, por outro lado, a revisão da literatura sobre o assunto apresenta uma base sólida para a comparação dos resultados e servir de recomendação para os gestores.

Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se estruturado numa introdução e três capítulos. A introdução que aqui se encerra retrata uma visão sobre o estado da arte da gestão de stock e aspectos inerentes para as PME e MEs angolanas e do Huambo em particular bem como apresenta o problema da investigação, objectivos gerais e específicos e antecedentes e relevância do tema. No capítulo um, é apresentada uma revisão da literatura atinente ao capital circulante e seus elementos, importância e implicações da optimização da sua gestão, com realce para a gestão de stock/existências como ímpeto para o financiamento interno e a melhoria da rentabilidade das empresas. No capítulo dois é apresentada a metodologia adoptada para esta investigação. No capítulo três e último, são apresentados os resultados empíricos bem como a sua análise e discussão, culminando nas conclusões e recomendações desta investigação. No fim do trabalho é exposta a lista de obras consultadas bem como os anexos relevantes.

I - Revisão da Literatura

1.1 Conceptualização do Capital Circulante

A literatura das finanças corporativas tem tradicionalmente estudado as decisões de financiamento de longo prazo, como a estrutura de capitais, os investimentos, dividendos e valoração da firma. Contudo, Baños-Caballeiro *et. al.* (2009), sugere que a gestão do capital circulante (CC) é de igual modo importante por causa do seu impacto na

rendibilidade, riscos e conseqüentemente no valor da empresa sendo que a optimização do seu nível de retenção na empresa leva à lucratividade (Harris, 2005).

O capital circulante é uma das mais fundamentais medidas de performance da saúde financeira das empresas, sendo que, se uma empresa possui um valor significativo de activos líquidos pode facilmente financiar as suas obrigações diárias. O evento contrário pode afectar as receitas da organização, diminuição das vendas e a falha no cumprimento das obrigações a curto prazo (Sharma, 2009).

A definição do capital circulante na literatura apesar de ser divergente é pouco controversa uma vez que a sua ilação é clara. São aferidos três vertentes do capital circulante que são: (1) os activos circulantes ou capital circulante bruto, (2) passivo circulante e (3) capital circulante líquido que é entendido como a definição tácita do capital circulante (Sharma, 2009; Laureate Online Education, 2010; Baños-Caballeiro *et al.*, 2010).

O capital circulante vem a ser a diferença entre o activo circulante (AC) e o passivo circulante (PC), ou seja, $CC = AC - PC$, sendo que o activo circulante corresponde ao investimento em stock ou existência de mercadorias/matérias-primas/produtos em curso ou acabados, às contas a receber às disponibilidades e outros activos correntes, sendo que o passivo circulante corresponde às contas a pagar e aos empréstimos bancários de curto prazo e a outros passivos correntes. A esta definição do CC vários autores a designam como capital circulante líquido (Sharma, 2009; Freitas, 2010; Laureate Online Education, 2010).

1.1.1 Características Fundamentais do Capital Circulante

São as seguintes as principais características do capital circulante segundo Sharma (2009):

- 1) Curta duração: os activos correntes como disponibilidades em banco e caixa, contas a receber e existências, normalmente se convertem nouro tipo de activo corrente num curto espaço de tempo não superior a um ano;
- 2) Rápida Transformação: os activos correntes como a disponibilidades em caixa rapidamente são convertidos em matéria-prima, produtos em curso e acabados, que

por sua vez são vendidos a crédito ou a dinheiro, criando novamente contas a receber e/ou disponibilidades em banco e caixa;

- 3) Foco a curto prazo: o foco da gestão do capital circulante normalmente não tem em conta aspectos a longo prazo como o custo do capital ou o valor presente do dinheiro;
- 4) Repetitivo e frequente: conforme visto nas duas características anteriores, o capital circulante tem características cíclicas e muitas das vezes não sincronizadas;
- 5) Liquidez: a essência do capital circulante é prover liquidez à empresa de maneiras que o risco não seja nem muito alto nem baixo;
- 6) Inter-relação entre os activos: os activos correntes por exemplo não podem ser vistos isoladamente na medida em que as decisões de investimento em stocks, não podem ser feitas sem prever a procura e o nível de contas a receber de clientes que vai advir, bem como a fonte de aquisição que pode ser feita em cash ou a crédito a partir de fornecedores que fazem parte das contas a pagar.

1.2 Elementos do Capital Circulante

Laureate Online Education (2009) distingue dois principais grupos de elementos do capital circulante que são decorrentes da sua definição (líquida), o Activo Corrente (AC) e o Passivo Circulante (PC) a seguir descritos:

1.2.1 Elementos do Activo Corrente

Compõem o activo corrente ou o capital circulante bruto, o stock ou existências, as contas a receber, as disponibilidades e outros activos correntes (Laureate Online Education, 2010; Freitas, 2010).

1.2.1.1 Stock/Existências

O stock/existências refere-se a mercadorias para empresa comerciais, ao material, peças e partes para empresas prestadoras de serviço ou às matérias-primas, produtos em curso e acabados para empresas fabris, bem como todo tipo de embalagem, vasilhames utilizado bem como qualquer adiantamento feito à fornecedores, provisões criadas e mercadorias, matérias-primas ou outros matérias em transito (Sharma, 2009; Freitas 2010).

Não obstante haver adiante uma secção separada para a gestão de stock/existências, por razões de ser foco principal desta investigação, é importante referir que existem custos associados com a retenção de elevados níveis de stock como: custos de oportunidade de capital, de armazenamento, riscos de roubo, danos, riscos de obsolescência e seguros (Zariyawati *et. al.*, 2010). Uma ferramenta crucial para a gestão de stock é a sua orçamentação que de acordo com Laureate Online Education (2010) pode ser preparado segundo o modelo exposto na tabela 1.1

Tabela 1.1 Exemplo do Pressuposto do Stock/existências (Janeiro-Junho) (valores expressos em milhares de Kwanzas)

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Saldo inicial	250	50	250	150	350	450
Compras	500,0	800,0	750,0	800,0	900,0	400
Vendas/stock utilizado	(700)	(600)	(850)	(600)	(800)	(800)
Saldo Final	50	250	150	350	450	50

Fonte: Adaptado (Laureate Online Education, 2010).

1.2.1.2 Contas a receber

As contas a receber compreendem, segundo Sharma (2009) e Freitas (2010) aos valores a receber dos devedores/clientes que ainda não fizeram o pagamento dos bens ou serviços a si fornecidos, na medida em que quase todas as empresas são requeridas a fazer vendas à crédito, com uma excepção para África, e Angola em particular por causa do ainda persistente alto nível de risco ligado ao crédito desta natureza, muitos deles relacionados ao carácter a ainda baixa classificação ou *rating* dos cinco C's do Crédito que são (Marmitt, 2003):

- 1) **Capital:** os clientes devem parecer ter uma saúde financeira antes de se vetar o crédito para os mesmos;
- 2) **Capacidade:** além de ter uma saúde financeira, o cliente deve demonstrar capacidade em pagar o seu crédito, quer pelo seu histórico, sendo que o valor a crédito que o cliente pretende não pode ser superior a sua capacidade financeira total;

- 3) **Colateral:** em várias ocasiões, é necessário ter-se algum tipo de garantia sobre o crédito feito como outros activos da empresa como seguro do mesmo.
- 4) **Condições:** o estado da indústria em que o cliente opera, e as condições económicas gerais de uma região particular ou país podem ter uma influência na habilidade do cliente pagar os montantes em dívida na data acordada.
- 5) **Carácter:** a firmeza de vontade, a determinação em honrar com os compromissos assumidos bem como a honestidade reflectida no esforço para cumprir com a obrigação do cliente devem ser avaliados antes da concessão da venda de bens ou produtos ou prestação de serviço à crédito.

Além destes factores está a inexistência de instrumentos bancários como o pagamento à letra. A gestão óptima das contas a receber implica uma selecção a dedo dos clientes que merecem este crédito, das políticas de venda, dos sistemas de facturação, desembocando num sistema interno de gestão do crédito. Similarmente ao stock/existências o gestor do capital circulante deve preparar um pressuposto das contas a receber. Um exemplo é mostrado na tabela 1.2.

Tabela 1.1 Exemplo do Pressuposto das Contas a Receber num período de 6 meses (valores expressos em milhares de Kwanzas)

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Saldo inicial	400	300	700	700	400	900
Volume das Vendas	1200	1100	1.350	1250	1.100	1.400
Parte a crédito	700	800	650	500	850	800
Pronto pagamento	500	300	700	750	250	600
Pagamento de clientes	800	400	650	800	350	1000
Saldo Final	300	700	700	400	900	700

Fonte: Adaptado (Laureate Online Education, 2010; Sharma, 2009)

1.2.1.3 Disponibilidades

Plazak, C. (2007), Sharma (2009) e Freitas (2010), consideram as disponibilidades, que correspondem ao dinheiro em caixa e bancos, a forma mais líquida do activo corrente seguida dos equivalentes à disponibilidades como seguros vendíveis, e investimentos a curto prazo, dinheiro e equivalentes requer uma constante supervisão de formas a responder as seguintes questões: (1) O nível de disponibilidades é adequado para cumprir com as obrigações a curto prazo na medida em que se vencem? (2) Qual é o tempo de espera entre as entradas e saídas de caixa? (3) Quais são os períodos do ano que requerem o maior ou menor volume de disponibilidades? Qual será a magnitude dos empréstimos bancários a curto prazo para fazer face às deficiências de caixa e, (4) Quando devem estes empréstimos serem pagos?

A gestão óptima das disponibilidades envolve três prismas diferentes: primeiro, o stock/existências devem ter altos níveis de rotação evitando insuficiências e perda de vendas; segundo, as contas a receber devem ser colhidas o mais rápido possível sem perder vendas futuras, usando descontos sempre que possível e; terceiro, as contas a pagar devem ser quitadas o mais tarde possível tendo o gestor financeiro o desafio de ter um alto poder de negociação (Sharma, 2009). O pressuposto das disponibilidades está interligado com o stock, contas a receber e a pagar como exhibe a tabela 1.3.

Tabela 1.3 Exemplo do Pressuposto das Disponibilidades (Valores Expressos em Milhares de Kwanzas).

Descrição	Jan	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Junho
Saldo Inicial	50	400	270	570	870	520
Entradas de caixa/banco						
Vendas a pronto pagamento	500	300	700	750	250	600
Recebimentos de clientes (contas a receber)	800	400	650	800	350	1000
Total das entradas	1300	700	1350	1550	600	1600
Despesas						
Compras a pronto pagamento	200	400	300	500	500	300
Liquidação das Contas a pagar	500	300	600	400	300	400
Salários	100	100	100	100	100	100
Fornecimento de Serviços e Terceiros	50	30	50	50	50	60
Pagamento do empréstimo de curto prazo	0	0	0	0	0	600
Compra de Equipamento	100	0	0	200	0	0
Total das despesas	-950	-830	-1050	-1250	-950	-1460
Saldo Final	400	270	570	870	520	660

Fonte: Adaptado (Laureate Online Education, 2010; Sharma, 2009)

1.2.1.4 Outros activos correntes

Outros activos correntes não são muito frequentes na literatura como uma categoria a parte, normalmente incluídos nas categorias anteriores mas Freitas (2009) e a legislação contabilística de Angola consideram como uma categoria separada. Estes incluem os contratos pluríenais em curso e os encargos a repartir por períodos futuros.

1.2.2 Elementos do Passivo Corrente

1.2.2.1 Contas a pagar

Os credores da empresa provêm-na com fontes adicionais de financiamento a curto prazo e sem juros na maioria das vezes, uma vez que as contas a pagar são dívidas da empresa para com fornecedores de bens e serviços ou outras facturas que ainda não foram pagas. A óptima gestão das contas a pagar, similarmente às contas a receber, implica uma selecção dos fornecedores de matérias-primas, mercadorias ou outro tipo de existências e outros bens e serviços, a forma como são feitas as compras e o sistema de facturação das compras (Sharma, 2009)

Como integrante do capital circulante, um *trade-off* deve ser feito entre os riscos de aceder a compra a crédito como a não priorização nas compras, o não acesso à descontos de pronto pagamento e os benefícios que é o custo do capital investido em stock que bem poderia cumprir outros fins. Intrinsecamente ligado com o pressuposto das disponibilidades, está o pressuposto das contas a pagar exposto na tabela 1.4 (Laureate Online Education, 2010).

Tabela 1.4 Exemplo do Pressuposto das contas a pagar (Fornecedores) (Valores expressos em Milhares de Kwanzas).

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Saldo inicial	600	400	600	400	300	400
Compras	500,0	800,0	750,0	800,0	900,0	400,0
Parte a crédito	300	500	400	300	400	100
Pronto pagamento	200	400	300	500	500	300
Pagamento à fornecedores	500	300	600	400	300	400
Saldo Final	400	600	400	300	400	100

Fonte: Adaptado (Laureate Online Education, 2010; Sharma, 2009).

Além dos fornecedores a empresa tem outros credores como impostos ao Estado, salários em atraso, juros a pagar, seguros (Sharma, 2009; Freitas, 2010).

1.2.2.2 Empréstimos bancários de curto prazo

Os empréstimos bancários de curso prazo são parte integrante do capital circulante na medida em que devem ser liquidados no prazo de 1 ano e são fonte de financiamento da empresa para as suas operações normais. É mais comum o termo descoberto bancário, em que a empresa, tendo já granjeado confiança no banco pode efectuar levantamentos mesmo com saldo nulo ou negativo, montantes estes que serão pagos numa data futura com o sem juros.

1.2.2.3 Outros passivos correntes

Freitas (2010), na sua edição do Plano Geral de Contabilidade de Angola, faz menção de outros passivos correntes, nesta categoria podem ser adicionadas as despesas acrescidas que segundo Sjogren (1989) e Averkamp (2011), são as que ocorreram mas ainda não estão registados através da transacção normal de operações. Uma vez que estas despesas não estão ainda registadas na razão geral, não vão aparecer nas demonstrações financeiras

a não ser que um ajuste entrada seja feito antes da elaboração das demonstrações financeiras.

1.3 Importância e Técnicas da Optimização da Gestão do Capital Circulante

Até aqui foi retratado o conceito do capital circulante, e seus elementos bem como foram dadas algumas pista sobre as suas principais características e estratégias de gestão dos mesmos. Esta secção vai se debruçar sobre as razões retratadas na literatura e dum ponto de vista prático que, sublimam a gestão do capital circulante nas empresas em geral e nas PMEs e MEs em particular. Para esta descrição, são analisados os *trade-offs* do capital circulante e as suas características e, as técnicas para a optimização da sua gestão.

1.3.1 Importância da Optimização do Capital Circulante

Há cerca de 40 anos atrás, Knight (1972), caracterizou a gestão óptima do capital circulante como o cerne da teoria da gestão financeira e a sua intrínseca relação com as receitas da empresa, custos, e os factores de risco que constituem os modelos de planificação dos resultados e avaliação do valor da empresa.

A gestão do capital circulante, ganha relevo quando é evidenciado a literatura (Payne, 2002), que sua optimização pode habilitar as empresas em libertar fundos do seu balanço e investir em activos mais produtivos dando lugar ao crescimento da empresa. Apesar de a optimização do capital circulante não poder gerar fundos tão rápido como o acesso a uma linha de crédito, as empresas podem desprender fundos dramáticos das suas operações em surpreendentes curtos espaços de tempo sem nenhuma obrigação de reembolsá-los.

A gestão óptima do capital circulante é de particular importância para empresas com dificuldades financeiras, sobretudo as PMEs e MEs que dificilmente tem acesso facilitado à fundos externos para financiar as suas operações de crescimento na medida em que são libertados fundos presos em stocks, contas a receber e são atrasados, razoavelmente os pagamentos às contas a receber. Esta análise não exclui a importância da optimização do capital circulante em empresas saudáveis financeiramente ou grandes empresas, uma vez que os fundos libertados no capital circulante destas empresas são mais significativos e que, se investidos dão um outro aspecto de crescimento à empresa (Payne, 2002).

Apesar da importância da gestão óptima do CC, Sharma (2009) e Sagner (2011) constata que as preocupações da gestão para esta área são negligenciadas por várias razões. Primeiro, as decisões sobre o capital circulante são rotineiras e frequentes e, por esta razão são facilmente reversíveis. A gestão do capital circulante requer várias projecções sobre os seus elementos como cash flow, stock, e procura dos produtos da empresa e que não podem ser feitas apenas pelo gestor financeiro e adicionalmente a isto as variações da rentabilidade da empresa resultantes de inadequados níveis de capital circulante tendem a ser insignificantes no curto prazo devido as características básicas do capital circulante anteriormente descritas.

Em resumo, a gestão otimizada do capital circulante tem impactos positivos na situação financeira da empresa, na medida em que, os fundos libertos das existências/stock, reduzem a necessidade de financiamento numa base permanente ou pelo menos para aquele nível de actividade; o aumento das contas a pagar reduz a necessidade de financiamento de outras fontes; os fundos libertos do capital circulante, são uma fonte de financiamento para outros investimentos mais produtivos e, por último, o retorno ao investimento aumenta na medida em a base de investimento diminui, tendo em conta que o stock/existências e contas a receber são significativos em quase todas as empresas.

1.3.2 Trade-offs dos níveis de Capital Circulante

Sarma (2009) argumenta que existem riscos associados a retenção de um nível elevado ou muito baixo do capital circulante, daí a razão em haver um *trade-off* entre a optimização dos benefícios resultantes da minimização ou maximização dos níveis de capital circulante a reter na empresa bem como os riscos associados.

Riscos associados a retenção de um nível elevado de CC: um alto nível de investimento no capital circulante acarreta a existência de fundos ociosos que não dão nenhum retorno ao investimento. Por outro lado, altos montantes investidos em stock e contas a receber acarretam um acirrado nível de controlo e supervisão, riscos e custos, considerando que perdas de existências e existências de clientes incobráveis são mais propensos a acontecer quando o nível de investimento neste tipo capital circulante é alto. Altos níveis de liquidez podem ameaçar desta forma a rentabilidade da empresa (Sharma, 2009; Baños-Caballeiro *et. al.*, 2009).

Riscos associados a retenção de um capital circulante muito reduzido: a iliquidez é um o maior perigo da inadequação do capital circulante. Uma empresa que não é capaz de dar resposta as suas obrigações a curto prazo arrisca a boa vontade dos grupos de interesse, e a sua sobrevivência a longo prazo, levando a paragens regulares na produção ou interrupções no suprimento aos clientes, não conseguindo aproveitar oportunidades de curto prazo no mercado, perdendo as vantagens das compras em massa e nos casos de emergência ter que recorrer a financiamento externo (Laureate Online Education, 2009).

1.3.3 A gestão óptima do capital circulante

A gestão do capital circulante deve ser feita de uma maneira tanto intra-holística ou seja a gestão holística de todos os componentes do capital circulante, bem como macro-holística, ou seja a gestão do capital circulante em conjugação com outros aspectos do balanço da empresa bem como do ambiente externo (Knight, 1972).

As desvantagens do uso de um modelo parcial estão ligadas a perda de vista do quadro geral e das inter-relações ou aspectos com efeitos múltiplos, como por exemplo no orçamento das disponibilidades é necessário ter em conta as compras a serem feitas a pronto pagamento e os recebimentos dos clientes bem como as vendas a pronto pagamento. (Baños-Caballeiro, 2009; Laureate Online Education, 2010).

A gestão do capital circulante abrange desta forma os seguintes aspectos:

- (1) Preparação de um orçamento integrado. (*master budget*) dos elementos do capital circulante
- (2) Calcular as necessidades de capital circulante dada pela fórmula:

$NCC = S + CR - CP - DPP$, onde:

NCC = Necessidade de Capital Circulante,

S = Stock/Existências,

CR = Contas a Receber,

CP = Contas a pagar e

DPP = Despesas ou Contas Pré-Pagas

A NCC pode ser positiva ou negativa, se for negativa, indica necessidade de capital externo adicional, ao passo que se for positiva, significa que a empresa pode libertar capitais para outros investimentos;

- (3) A gestão dos componentes individuais do capital circulante (existências, contas a receber e a pagar, disponibilidades, empréstimos a curto prazo e outros activos e passivos correntes);
- (4) Proceder a análise de rácios financeiros destes elementos para monitorar tendências gerais.

Uma boa prática da gestão do capital circulante, inclui o *benchmarking* de todas as actividades da empresa para determinar até que ponto os valores actuais são diferentes daqueles da indústria a que a empresa faz parte, através da análise de rácios de rotação de stock, contas a pagar e a receber e outros. Contudo deve ser tido em conta que não existe nenhum único nível de benchmarking para todas as empresas, cada uma tem que encontrar o seu nível óptimo.

Além destes elementos existem outros do ambiente envolvente que das características da indústria que devem ser considerados para uma óptima gestão do capital circulante de acordo com Sarhama (2009) que são:

- (1) A natureza do negócio: a natureza de um negocio influencia o seu nível de stock, contas a pagar ou a receber, por exemplo uma empresa consultora vai manter níveis de stock muito baixos ou nulos em comparação com uma empresa de venda a retalho;
- (2) Sazonabilidade das operações: existem empresas cuja sua actividade é mais rentável em certas estações do ano ou proximidade de datas especiais, como por exemplo as empresas especializadas em postais, presentes ou outros bens relacionados às festividades do natal, dia dos namorados ou outra data especial, ou ainda referentes a uma estação do ano como o verão ou inverno, vão tender a ter o maior nível de stock ou capital circulante nestas datas;
- (3) O nível de actividade: grandes empresas ou ainda grossistas têm um maior volume de capital circulante.

- (4) As condições do mercado: muitas das vezes devido à incertezas do mercado as empresas são obrigadas a ter um nível de segurança de capital circulante, principalmente de stock para evitar oscilações, um exemplo concreto, em Angola, as empresas recusam-se em vender a ou prestar serviços à credito a outras empresas, com excepção do Estado, por causa dos elevados riscos associados, o que implica a nulidade tanto das contas a receber como a pagar, nos seus balanços.

1.4 A Gestão Optimizada de Stock/Existências

Depois de uma abordagem sinopsia do capital circulante, sua natureza, elementos, características e técnicas de gestão optimizada, nesta secção volta-se para uma análise mais profunda da gestão das existências, foco do presente estudo. Por esta razão apesar de alguns conceitos serem repetidos, a seguir apresenta-se uma análise mais profunda deste aspecto, começando por um enquadramento da gestão de stock na cadeia de suprimento, seu conceito, natureza e tipos, análise de custo, modelos de gestão e seu impacto na rendibilidade.

1.4.1 Enquadramento da gestão de stock na gestão da cadeia de suprimento

O termo cadeia de suprimento, do inglês “*supply chain*”, foi usado pela primeira vez nos anos 80 (Bai e Zhong, 2008) referindo-se a toda uma rede de suprimento de um bem ou serviço para o consumidor final, sendo a gestão da cadeia de suprimento a administração desta rede de negócios interligados e envolvidos nesta rede. Assim a gestão da cadeia de suprimento de um determinado bem ou serviço envolve as transacções e armazenamento necessários de matérias-primas, produtos em curso, stock de mercadorias e produtos acabados do ponto de origem para o de consumo (Cetinkaya, *et. al.*, 2011).

Bai e Zhong (2008) e Dumas (2008) enfatizam que o gestor de Stock/Existências deve ter um domínio geral da cadeia de suprimento dos produtos alvo de stock/existências da empresa, construindo uma rede contactos, troca de informações e poder de barganha à fornecedores, distribuidores, canais de distribuição e principais “*players*” e, focalizar na cadeia de suprimento de seus fornecedores e consumidores directos e optimiza-la.

1.4.2 Conceptualizando o Stock/Existências

1.4.2.1 Natureza e Conceito de Stock/Existências

A definição de stock/existências está mais catalogada com a sua caracterização do que conceito como tal (Bai e Zhong, 2008; Dumas, 2008, Sharma, 2009; Muckstadt e Sapra, 2010; Cetinkaya, *et. al.*, 2011;). Já Giraldi (2008) e a Encyclopedia of Business in Today's World (2009) definem stock ou existências como qualquer item que assume inúmeras formas e tipo (Sharma, 2009), que é armazenado na organização para fins do processo de produção ou venda. Estes autores consideram que qualquer organização mantém um nível de stock para as suas operações normais.

1.4.2.2 Tipos de Stock/Existências

A literatura revisada aponta para seis tipos/categorias de stock/existências (Giraldi, 2008; Dumas, 2008; Bai e Zhong, 2008; Sharma, 2009; Freitas, 2010; Muckstadt e Sapra, 2010; Laureate Online Education, 2010; Cetinkaya, *et. al.*, 2011):

- (1) **Matérias-Primas:** Substâncias em bruto que se encontram no seu estado natural ou fornecidas pela agricultura, pesca, pecuária e pela exploração mineira e florestal. Economicamente são todos os bens que entram na fabricação de outros e se identificam com o produto (Ex: a farinha na fabricação do pão ou o ferro e o aço na fabricação de máquinas).
- (2) **Matérias Subsidiárias:** Bens que entram na fabricação dos produtos, mas não se identificam com a substância que os caracteriza.
- (3) **Peças, partes e sobressalentes:** as empresas prestadoras de serviço, sobretudo, mantêm stock de peças, partes ou sobressalentes para a montagem ou reparação de artigos. Empresa prestadora de serviços e que usa estes elementos para os fins acima, são consideradas como tal, o que não acontece com uma empresa especializada na venda dos mesmos que, neste caso, constitui as suas mercadorias.
- (4) **Taras e vasilhames:** empresas dedicadas a enchimento de vasilhames retornáveis ou não têm stock de taras e vasilhames para as suas operações.
- (5) **Consumíveis:** materiais como papel, envelopes, material de limpeza, lubrificantes, cartolina, agrafos e outros fazem parte do consumo administrativo de uma empresa (Escritório de Advogados) ou de produção de outras (Gráficas)

- (6) **Produtos em curso:** São diversos materiais ou produtos que se encontram em diversas fases da sua fabricação, antes de chegar ao produto final
- (7) **Produtos acabados ou mercadorias como tal:** São produtos em sua fase final de processamento, já prontos para a venda ao público alvo. Para as empresas fabris, utiliza-se o termo produto acabado ao passo que para as comerciais e, sobretudo aquelas dedicadas a venda a retalho, consideram-nos como mercadorias.

1.4.2.3 Importância do Stock/Existências

Como referido anteriormente, o stock/existência de mercadorias constitui uma grande parte do activo corrente da maior parte das PME's e ME's, sendo requerido por qualquer empresa para executar as suas operações. A importância da retenção de stock assenta na disponibilização de bens e serviços para clientes/consumidores na hora, local e canal certo. Sharma (2009) aponta para cinco principais aspectos relevantes para retenção de stock/existências:

- (1) O stock/existências constituem a base do negócio;
- (2) Provêm um retorno no investimento favorável, tendo um valor que pode ser comercializado;
- (3) A compra de stock em massa pode facilitar cupões de desconto ao negócio;
- (4) Protege o negócio contra flutuações na procura, atrasos no fornecimento ou inflação;

Providencia um tempo de abrandamento da procura dos produtos em caso de produção em massa acima desta.

1.4.3 Custos Afectos ao Stock/Existências

São vários os custos afectos ao stock/existências numa empresa e, La Londe e Lambert (1977), Light (2001), Bai e Zhong (2008) e Sarma (2009) agrupam estes em _ categorias:

- 1) Custos de capital: referem-se ao valor facial do stock no fornecer ou seja o valor que é pago para a compra do stock em referência.
- 2) Custos de encomenda e transportação: inclui os custos administrativos da determinação de quanto encomendar, custo de facturação, processamento, o pagamento do transporte e custos alfandegários.

- 3) Custos de serviço de stock: Em alguns países, e mesmo em alguns casos em Angola, as empresas são requeridas a assegurar as suas existências contra riscos de danos e algumas taxas são cobradas sobre o valor do stock retido.
- 4) Custos de risco: nesta categoria estão inclusos os incalculáveis custos da perda de clientes ou vendas por razões do *stockout* ou indisponibilidade de stock, os riscos de obsolescência, danos, deterioração, roubo ou de relocação.
- 5) Custos de armazenamento: Custos de rendas/alugueres de armazéns, manutenção, montagem ou arrumação do stock.

1.4.4 Alguns Modelos de Gestão de Stock/Existências

1.4.4.1 Aspectos prévios à gestão de Stock/Existências

A gestão de stock é definida por Hofmann, et. al. (2011), definem a gestão de stock como a classificação, planificação, direcção e controlo de existências, incluindo a encomenda, transporte, processamento e armazenamento. Boone, Craighead e Hanna (2008), Bai e Zhong (2008) e Sharma (2009), enaltecem a pertinência da consideração de alguns aspectos prévios associados a gestão de stock que se olvidados afastam-na da optimização. Estes aspectos incluem:

- 1) **A estimação da procura pelos produtos da empresa:** o nível de stock retido pela empresa deve corresponder às quantidades procuradas, adicionados de uma margem de segurança, em casos de erros de estimação ou atrasos na encomenda. Neste aspecto, deve-se ter em conta que as estimativas estão sempre erradas e quanto maior o período de abrangência maior a margem de erro, sendo aconselhável estimar procuras agregadas.
- 2) **Níveis mínimos de stock para evitar o *stockout*:** conforme referido acima, a empresa deve ter um nível mínimo de stock de formas a evitar a indisponibilidade de stock e incorrer em custos risco.
- 3) **Tempo de entrega da encomenda:** através de contactos com os fornecedores e canais de entrega, é necessário a empresa estimar o tempo que as encomendas feitas levam a chegar no armazém, afectando desta forma a quantidade do lote a encomendar e o stock de segurança.
- 4) ***Trade-offs* do stock/existências:** para uma melhor gestão o logístico e a administração da empresa deve considerar um *trade-off* entre o grau ou

extensão da variabilidade dos produtos, o volume da encomenda e a custo da transportaçãõ.

1.4.4.2 Métodos de gestão do Stock/Existências

São variados os modelos de gestão de Stock reportados na literatura, sendo aqui sublimados os de maior relevância para o contexto angolano e da realidade das PMEs e MEs em particular. Estes são o Lote Económico de Compra, o Método ABC, o Ponto de Encomenda, e o Just-In-Time (JIT), (Dumas, 2008; Bai e Zhong, 2008; Gilardi, 2008; Sharma, 2009; Laureate Online Education, 2010).

Método do Lote Económico de Compra (Economic Order Quantity-EOQ)

Segundo Dumas (2008) e Bai e Zhong (2008), o uso deste método só é efectivo nas seguintes suposições: (1) a procura é constante e conhecida, (2) o preço de aquisição por unidade é constante, (3) os custos de encomenda são conhecidos e constantes, (4) a totalidade da encomenda é entregue de uma só vez, (5) os custos de gestão de stock são conhecidos e constantes e (6) em média metade do stock está em armazém a todo o tempo. E, este método visa a minimização dos custos de aquisição e as variações dos custos da encomenda versus o custo de armazenamento (retenção de stock). O EOQ, é dado pela fórmula:

$$EOQ = \sqrt{\frac{2DC_0}{C_h}}$$
 Onde: D= quantidade de procura anual; C_0 = custo de encomenda e C_h = custo de armazenamento unitário. O EOQ pode ser representado graficamente, conforme ilustra a figura 1.1

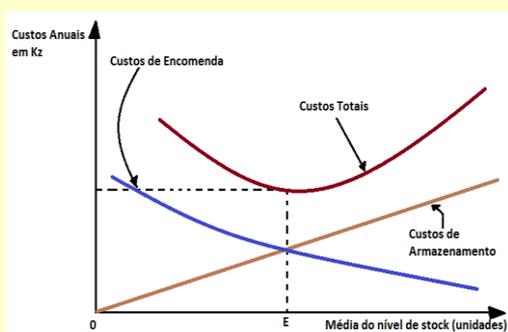


Figura 1.1 – Gráfico dos Custos de Stock - EOQ

(Laureate Online Education, 2009)

O Método ABC

O método ABC, é baseado no activity based costing (Custeio por nível de actividade), aplicado a gestão de stock e constitui uma técnica de classificação das existências na qual os itens são classificados de acordo com o volume monetário que geram durante o ano. A

classificação do stock em itens das categorias A, B e C, possibilita aos gestores focalizarem nos itens que constituem a maior parte do volume de vendas (Hofmann et. al., 2011). Bai e Zhong (2008), consideram que os itens da categoria A normalmente correspondem a apenas 10% do stock mas são responsáveis por 50% do valor do stock, os itens da categoria B, são 40% do stock e representam 40% do seu valor e, os da categoria C representando 50% do volume do stock só contabilizam 10% do seu valor. Ao classificar o stock desta maneira, diferentes tipos de stock devem ser classificados à parte como matérias-primas, ou produtos acabados. A figura 1.2 representa a distribuição destes itens percentualmente ao stock. Este método é de particular importância para as PME e MEs na priorização dos recursos para compras.

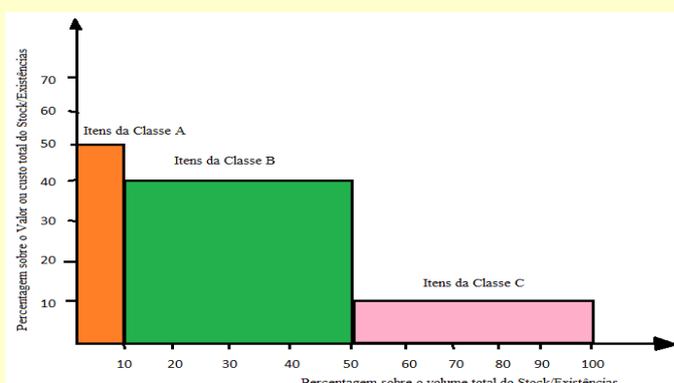


Figura 1.2 – Representação Típica da Análise pelo Método ABC (Bai e Zhong, 2008).

Ponto de Re-encomenda – Reorder Point (ROP)

O ROP é largamente fundamentado na literatura e é um método muito apropriado para as empresas que mantêm elevados níveis de stock. O ROP é uma ferramenta que ajuda a determinar quando encomendar, com base às unidades em armazém e, este é constituído por dois componentes: A procura média durante o tempo de espera da encomenda e o nível de stock de segurança. Este é calculado obedecendo a seguinte fórmula:

$$ROP = (AD \times TE) + SS,$$

Onde ROP = ponto de encomenda; AD= média da demanda do período seguinte; TE = O mais provável tempo de espera da encomenda e SS= nível de stock de segurança. A figura 1.3 mostra a representação do ROP com o nível de stock de segurança.

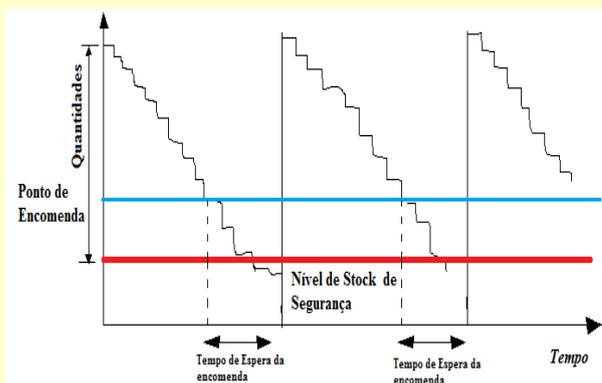


Figura 1.3 – Representação Gráfica do ROP com nível de stock de segurança.

O Método *Just-in-time* (JIT)

O método de gestão de inventário *Just-in-time*, foi desenvolvido no Japão por Taiichi Okno, vice-presidente da Toyota e é mais do que um sistema de gestão de stock mas sim da produção, onde a retenção de inventário é cortada para o mínimo na medida que o tempo e a distancia entre as unidades físicas de produção são reduzidos e, o stock só é movido pelo sistema de produção quando necessário, podendo a entrega ser feita directamente pelo fornecedor à unidade de produção (Sharma, 2009).

Este método é adequado para a empresa que se engaja na produção de produtos padronizados, fabrica um número razoável de quantidades diárias, tem um produto de valor elevado, uma equipa de trabalho flexível, um curto espaço de tempo de configuração das máquinas e valoriza a qualidade e o zeramento de unidades defeituosas.

1.4.5 Impacto da gestão otimizada de inventário no financiamento interno e melhoria da rendibilidade das empresas

Para muitas companhias a gestão de stock define o seu futuro (Dumas, 2008) na medida em que é o topo dos activos no balanço de muitas empresas, assim, a sua optimização deve assegurar o seu nível certo no local certo, tempo certo e ao menor custo possível, minimizando assim custos e optimizando a racionalização do capital (De Assis, 2010). A análise de rácios pode mostrar o aspecto geral da gestão de stock. Os custos de stock são relevantes para qualquer rácio de liquidez ou de endividamento e somente uma vez é encontrado o balanço entre níveis de serviço e custos de gestão de stock que quando acontece leva a lucratividade. Segundo Dumas (2008) e Sarma (2009), o impacto da gestão otimizada de stock na lucratividade e financiamento interno das empresas pode ser evidenciado a partir da análise dos seus rácios ou análise *break-even*.

1.4.5.1 Análise de rácios

A análise de rácios é feita basicamente a nível de razões e médias. Os rácios e médias mais utilizados pelos gestores, são: o rácio de rotação de stock, dias para vender o stock, a media de dias do inventário, o rácio de rotação das matérias-primas dos produtos em curso e acabados e a margem de retorno ao investimento em stock (Dumas, 2008; Bai e Zhong, 2008; Sharma, 2009; Laureate Online Education, 2010), São as seguintes as fórmulas para o calculo destes rácios.

$$(1) \text{ Rácio de rotação de stock} = \frac{\text{CustodasVendasAnuais}}{\text{MédiadasExistênciasemArmazémporano}},$$

$$(2) \text{ Média de dias do stock} = \frac{\text{MédiadeStockemArmazém}}{\frac{\text{CustodasVendasAnuais}}{360}} \text{ OU } \frac{360}{\text{Rácioderotaçãodestock}}$$

$$(3) \text{ Rácio de rotação das matérias-primas} = \frac{\text{MatériasPrimasUsadasnaProdução}}{\text{MédiadeStockdasMatériasPrimasemArmazém}}$$

$$(4) \text{ Rácio de rotação dos produtos em curso} = \frac{\text{VolumeAnualdeProdutosAcabados}}{\text{MédiadeProdutoemCursoemArmazém}}$$

$$(5) \text{ Margem de retorno ao investimento em stock} = \frac{\text{LucroBruto}}{\text{MédiadeStockAnual}}$$

1.4.5.2 Análise Break-Even

A análise break-even é amplamente usada pelas empresas manufactureras, usada para determinar o impacto das estratégias de preço e custo na habilidade da empresa reter a liquidez em sem riscos excessivos. O cálculo do ponto break-even envolve a inclusão dos custos fixos, variáveis e semi-variáveis da empresa e este pode ser expresso em quantidades ou em valor:

$$(1) \text{ Break-even em unidades: } Q = \frac{FC}{PV-CV}, \text{ onde } Q - \text{quantidades break-even; } FC - \text{Custos Fixos unitários, } PV - \text{preço de venda e } CV - \text{Custos variáveis por Unitários}$$

$$(2) \text{ Break-even em valor: } VC = Q \times PV$$

1.4.6 Conclusão do Capítulo

Este capítulo tratou da revisão teórica sobre a gestão do capital circulante, dando uma visão geral dos seus *trade-offs*, particularmente do stock e a importância da sua optimização. A gestão de stock é de capital importância para as empresas uma vez que estes constituem a maior parte dos activos e o seu nível acima ou abaixo do óptimo pode

afectar o rendimento da empresa, na medida que um nível de stock muito acima das quantidades resulta em custos de oportunidade e outros custos de gestão de stock e um nível abaixo deste pode provocar a perda de vendas e clientes. A gestão otimizada de stock é feita tendo em conta os seus *trade-offs*, através classificação do inventário pelo seu custo, do calculo do stock de segurança, lotes de encomenda económicos e pontos de encomenda e análise de rácios.

II Metodologia

2.1 Modelo de Investigação

Adoptou-se a investigação realista com a feição descritivo – explicativa por ser a abordagem que retém a posição do positivismo mas reconhece e conclui sobre a natureza subjectiva da pesquisa e a importância dos seus valores. Sendo a abordagem descritivo – explicativa escolhida para uma aferência aos resultados encontrados

2.2 Tipo de Investigação

Esta é uma investigação quantitativo – qualitativa na medida em que foram colhidos dados sobre a gestão de stock na empresa Alumínios Garfran e feitas entrevistas ao Delegado local e responsável logístico para com o intuito de esclarecer e entender as correlações.

2.3 Métodos

Para a presente pesquisa foram adoptados o método indutivo – dedutivo, a partir de de uma larga revisão da literatura. Neste curso foi empregue a análise-síntese, como ferramenta de filtragem dos conteúdos revistos fazendo recurso a comparação e generalização.

2.4 Estratégias de Investigação

A estratégia de investigação adoptada para o presente é o estudo de caso que de acordo com Buglear et. al. (2007), envolve uma investigação empírica sobre um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto real, usando múltiplas fontes de evidência tais como documentos, registos, entrevista, observação directa, observação participativa e artefactos físicos.

2.5 Horizonte temporal

O horizonte temporal base desta investigação é de seis meses, compreendendo o período de Janeiro à Julho de 2011.

2.6 Variáveis do estudo

São as seguintes as variáveis do presente estudo:

- a. Qualidade da gestão do inventário na empresa Alumínios Garfran Lda;
- b. Níveis e media do stock anual
- c. Rácios sobre a gestão de stock
- d. Impacto da gestão de stock na rendibilidade e lucratividade da empresa Alumínios Garfran Lda.

2.7 Recursos Utilizados para Análise dos Dados

Os dados da presente investigação foram tratados através do cálculo de rácios usando o Microsoft Excel 2007.

Capítulo III – Resultados e discussão

3.1 Caracterização da empresa

A Alumínios Garfran Lda foi aberta no Huambo, aos 15 de Maio de 2010 no âmbito da estratégia da empresa mãe em tomar parte da construção das 12.000 casas na região do Bié Huambo e Benguela do Grupo Cora, num contrato de fornecimento de Casquilharia de alumínio à todas as obras do Grupo Cora. Tendo este plano ficado apenas em papel a empresa mãe redireccionou as estratégias do Alumínios Garfran para a Produção de Casquilharia de Alumínios para o mercado construtor em geral da província do Huambo. A figura 3.1 mostra o enquadramento da empresa no grupo MARFRANCO-CACOFIL.

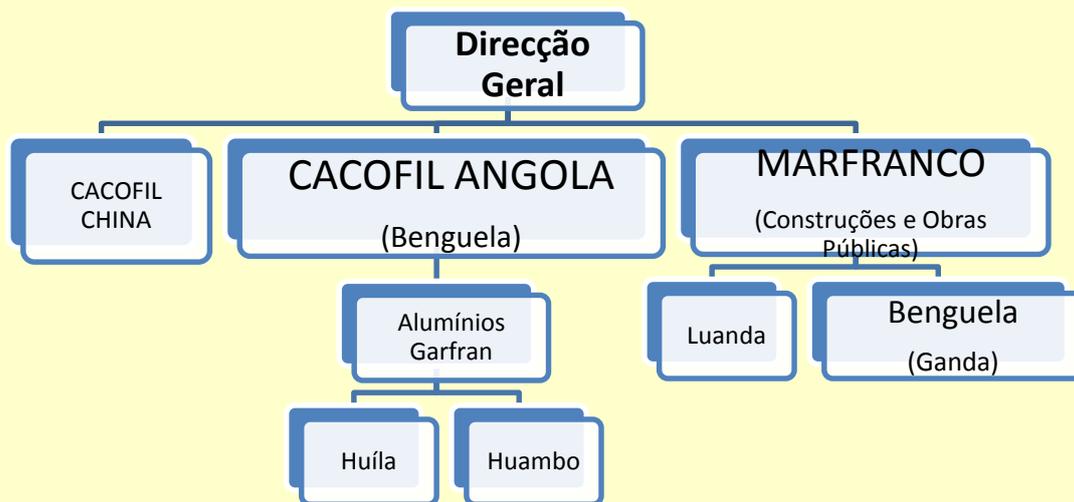


Figura 3.1 Organograma do Grupo MARFRANCO-CACOFIL

Produtos oferecidos: A Alumínios Garfran oferece os seguintes produtos de casquilharia de alumínio: Portas, janelas, divisórias de vários tipos, balcões, corrimão e gradeamentos. Estes produtos são pronto-a-usar e a empresa faz a aplicação no local, sendo estes custos incluídos no preço dos mesmos. Em caso de erros de responsabilidade da Alumínios Garfran, a empresa aceita devoluções e/ou restituição. Não existe um padrão certo dos produtos da empresa tendo vários níveis de dificuldade sendo a produção feita por encomenda e a capacidade aproximada de 10 m² de porta ou janela por dia.

Clientes: A Alumínios Garfran tem clientes diversos (Construtores ou População em geral detentora de obras) o FAS (Fundo de Apoio Social), a ABH e Governos Provinciais. A empresa também fabrica para o uso das outras empresas do grupo como a MARFRANCO e a CACOFIL.

3.2 A gestão de Stock na Alumínios Garfran Lda.

A Alumínios Garfran, fazendo parte da empresa CACOFIL Lda, parte do grupo MARFRANCO e CACOFIL tem uma cadeia de suprimento das matérias primas e dos produtos finais enquadrada internamente e externamente conforme demonstra a figura 3.1.

A CACOFIL – China, empresa do grupo, é responsável pela importação de matérias-primas em casquilharia de alumínio para a CACOFIL – Benguela e materiais de

construção para a MARFRANCO, empresa de construção civil e obras públicas. Estas duas empresas também adquirem as matérias-primas e materiais de construção, respectivamente de fornecedores nacionais. A MARFRANCO, é responsável por todo o tipo de obras como construção de escolas, casas e outros projectos e a CACOFIL através da Alumínios Garfran fornece Casquilharia de Alumínio para a Marfran, à própria CACOFIL e outros clientes. As matérias-primas da Alumínios Garfran são providenciadas pela CACOFIL, sendo esta a única responsável pela aquisição externa. Quando há necessidade de obras internamente a MARFRANCO as presta.

A gestão de stock é feita através do controlo dos níveis de stock, entradas e saídas de stock, sendo as decisões sobre as quantidades a serem usadas feitas por reuniões diárias, semanais e mensais. São feitas requisições de material ao armazém e só quando um item estiver é feita novas encomendas, ou seja a empresa não tem um sistema de gestão de inventário que alerta quando os níveis mínimos de stock de certo produto foram atingidos para a sua re-encomenda. Do mesmo modo, a empresa não tem um fiel de armazém ou um responsável logístico a nível local responsável por esta área sendo esta função partilhada com os técnicos de casquilharia.

Lead-time: são necessários em média 2,5 dias para as encomendas de matérias-primas feitas à CACOFIL chegarem à Alumínios Garfran.

3.3 Resultados da Verificação da Situação do Stock de Matérias-Primas da Alumínios Garfran Lda.

Utilizando o método de múltiplas evidências, apropriado para estudos de casos, recolheram-se dados sobre a situação das existências em matérias-primas na Alumínios Garfran, no período que vai de Janeiro a Junho de 2011. Foram levantados dados sobre as existências finais e iniciais, compras, consumo de matérias-primas, custos de encomenda e outros custos que a empresa assume na retenção do inventário. Também foi feito um arrolamento das existências finais em quantidade e valor para cada tipo de matéria-prima em armazém no fim do período em análise. As tabelas 3.1, 3.2 e 3.3 mostram os resultados deste levantamento.

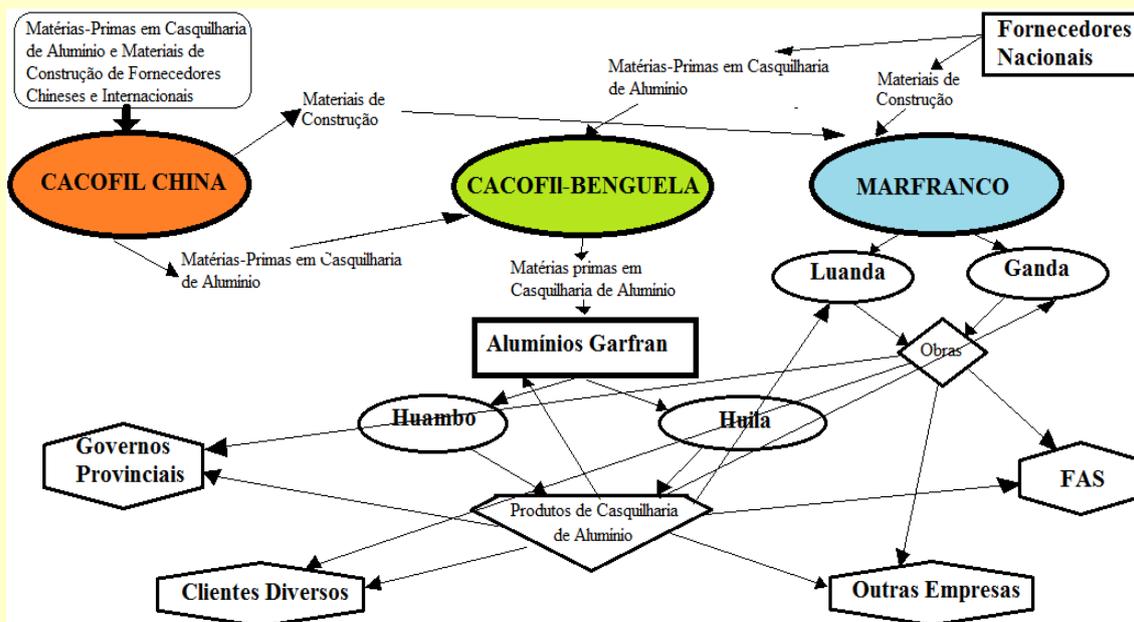


Tabela 3.1 – Fluxo das Matérias-Primas na Alumínios Garfran Lda. de Janeiro a Junho de 2011. Médias e Total de Existências em Matérias-Primas e Custos de Gestão de Stock

Categoria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Total do Stock	9.237.816,84	9.156.306,84	9.156.306,84	9.156.306,84	9.140.761,84	8.256.306,84
Saldo inicial	9.237.816,84	7.259.358,84	8.247.306,84	7.871.851,84	7.856.306,84	7.840.761,84
Compras	0,00	1.896.948,00	909.000,00	1.284.455,00	1.284.455,00	415.545,00
Consumo de matérias-primas	1.978.458,00	909.000,00	1.284.455,00	1.300.000,00	1.300.000,00	2.850.813,85
Saldo Final	7.259.358,84	8.247.306,84	7.871.851,84	7.856.306,84	7.840.761,84	5.405.492,99
Custos de encomenda	0,00	70.458,07	33.762,86	47.708,33	47.708,33	15.434,53
Custos de Retenção do Inventario	139.200,00	139.200,00	139.200,00	139.200,00	139.200,00	139.200,00

Tabela 3.2 -Médias e Total de Existências em Matérias-Primas na Alumínios Garfran Lda. Referentes ao período de Janeiro a Junho de 2011.

Categoria	Média de Stock Semestral	Total Geral
Total do Stock	9.017.301,01	15.028.219,84
Saldo inicial	8.052.233,84	9.237.816,84
Compras	965.067,17	5.790.403,00
Consumo de matérias-primas	1.603.787,81	9.622.726,85
Saldo Final	7.413.513,20	5.405.492,99
Custos de encomenda	35.845,35	215.072,11
Custos de Retenção do Inventario	139.200,00	835.200,00

Atinente a tabela 3.1 ressalta-se que a empresa assume um custo de 13.000 Kz por cada lote de encomenda de 350.000 Kz, sendo o valor das compras (encomendas à empresa mãe) dividido por 350.000 é multiplicado por 13.000 para se encontrar o custo de encomenda. Além destes custos a empresa suporta custos de retenção ou armazenamento de stock que englobam o pagamento do aluguer do armazém, 25% do salário dos guardas e os custos de arrumação.

Tabela 3.3 – Arrolamento das Existências Finais das Matérias-Primas da Alumínios Garfran Lda em Junho de 2011.

Descrição da matéria-prima	TOTAIS					Classificação ABC
	Preço Unitário	Quant.	% Da Quantidade Total	Valor	% do valor Total	
Aro movel red lrg Branco	7.163,94	106,00	1,14%	759.377,64	14,05%	A
Vedande Pelucia 7x4,5	4.891,62	7,00	0,07%	34.241,34	0,63%	C

Tubo Quadrado 40x40	4.192,06	42,00	0,45%	176.066,52	3,26 %	A
Redutor p/vs TRCS10	3.440,53	14,00	0,15%	48.167,42	0,89 %	A
Esquadro grande	134,25	324,00	3,47%	43.497,00	0,80 %	C
Esquadro pequeno	123,70	352,00	3,77%	43.542,40	0,81 %	C
Zé largo de 6500	1.420,00	92,00	0,99%	130.640,00	2,42 %	A
Té largo C/furo de 6500	1.520,00	92,00	0,99%	139.840,00	2,59 %	B
Dobradiças A6 pretas	650,00	268,00	2,87%	174.200,00	3,22 %	B
Feixo 2a Folha	770,00	7,00	0,07%	5.390,00	0,10 %	C
Inversor de 6500	1.385,00	46,00	0,49%	63.710,00	1,18 %	B
Compasso preto	560,00	7,00	0,07%	3.920,00	0,07 %	C
Feixo lateral	3.000,00	128,00	1,37%	384.000,00	7,10 %	A
Topo	200,00	174,00	1,86%	34.800,00	0,64 %	C
Vedante Cunha grossa	70,00	3.912,00	41,90 %	273.840,00	5,07 %	C
Bite Estreito	483,33	113,00	1,21%	54.616,67	1,01 %	C
Tubo 75/40	3.750,00	56,00	0,60%	210.000,00	3,88 %	A
Zé Estreito 6500	1.203,75	980,00	10,50 %	1.179.675,00	21,82 %	B
Chapas lisas 80/3m	12.000,00	28,00	0,30%	336.000,00	6,22 %	A
Vidro Liso 4mm	1.806,67	63,00	0,67%	113.820,00	2,11 %	B
Vidro Liso 75/2m	1.630,00	29,00	0,31%	47.270,00	0,87 %	B

Vidro Bronze 4mm	3.031,00	14,00	0,15%	42.434,00	0,79%	B
Cilicone	9.850,00	35,00	0,37%	344.750,00	6,38%	A
Parafusos	10,00	2.114,00	22,64%	21.140,00	0,39%	C
Fechadura	2.500,00	57,00	0,61%	142.500,00	2,64%	A
Puxador par/par	750,00	78,00	0,84%	58.500,00	1,08%	C
Vidro martelado 4mm	185,00	21,00	0,22%	3.885,00	0,07%	C
Chapas lisas 8mm	13.250,00	28,00	0,30%	371.000,00	6,86%	A
Bite Largo	850,00	43,00	0,46%	36.550,00	0,68%	B
Prumo liso lateral	1.220,00	46,00	0,49%	56.120,00	1,04%	B
Prumo central	1.200,00	60,00	0,64%	72.000,00	1,33%	A
Totais	83.240,85	9.336,00	100,00%	5.405.492,99	100,00%	

3.4 Análise dos Resultados

Ponto de Re-encomenda (ROP)

Da mesma forma que o EOQ o pode ser calculado nos seguintes termos: considerando o *lead-time* da encomenda de 2,5 dias o Tempo de Encomenda (TE) = 2,5/30 = 0,08333 Meses e o Stock de segurança será:

$$SS = \text{média da demanda do período seguinte (AD)} \times TE \times \frac{AD}{\text{LoteencomendaActual}}$$

$$\text{Nível de Stock de Segurança SS} = 1.603.787,81 \times 0,0833 \times \frac{1.603.787,81}{350.000,00} = 612.413,17. \text{ O}$$

ponto de Re-encomenda será dado por:

$$ROP = (AD \times TE) + SS = 1.603.787,81 \times 0,0833 + (612.413,17) = 746.062,16$$

Análise ABC

A divisão classificativa das matérias-primas da Alumínios Garfran expostas na tabela 3.1 em classes A, B e C, produz a seguinte análise:

Tabela 3.4 – Análise ABC das Matérias-Primas da Alumínios Garfran

Categoria de Matéria-Prima	Total Percentual em relação às quantidades	Montante	Total Percentuais em relação aos montantes
A	6,92%	2.974.501,58	55,03%
B	16,93%	1.853.619,00	34,29%
C	76,15%	577.372,41	10,68%

Esta análise pode ser representada em gráfico, conforme mostra a figura 3.1.

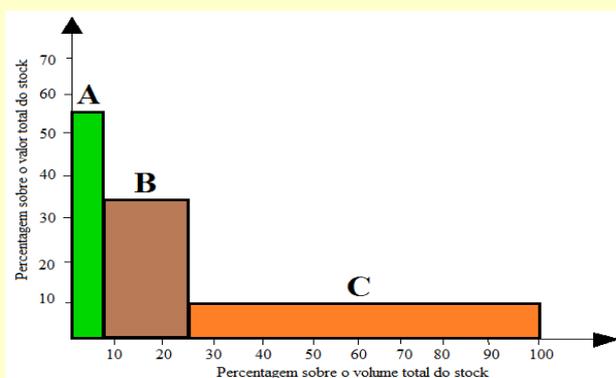


Figura 3.1 Análise ABC das Matérias-Primas da Empresa Alumínios Garfran Lda.

Análise de Rácios

Com dados da tabela 3.2 e 3.2 pode-se calcular os seguintes rácios:

Rácio de rotação de stock: = 1,30 Vezes

$$\frac{\text{CustodasVendasAnuais}}{\text{MédiadasExistênciasemArmazémoporano}} = \text{por semestre}$$

$$\frac{9.622.726,85}{7.413.513,20} = 1,298 \cong 1,30$$

Média de dias do stock

$$= \frac{\text{MédiadeStockemArmazém}}{\frac{\text{CustodasVendasAnuais}}{360}} = \frac{7.413.513,20}{\frac{9.622.726,85}{180}} = 138,68^*$$

139 dias

(*) Foram considerados 180 dias e não 360 por causa da análise abranger apenas 6 meses.

Tabela 3.4 - Nível de Investimento em Stock Poupado pelo Aumento do Rácio de Rotação de Stock

Estimativa do Consumo de Matérias-primas (Semestral)	Estimativa do Rácio de Rotação de Stock (matérias-primas)	Orçamento do Investimento em Stock	Poupança em Investimento em Stock
9.622.726,85	1,30	7.413.513,20	-
9.622.726,85	1,50	6.415.151,23	998.361,97
9.622.726,85	2,00	4.811.363,43	2.602.149,77
9.622.726,85	2,50	3.849.090,74	3.564.422,46
9.622.726,85	3,00	3.207.575,62	4.205.937,58

3.5 Discussão

A média de stock de matérias-primas em armazém no fim de cada período é 12 vezes superior ao nível de stock de segurança e 10 vezes maior que o ponto de re-encomenda, o que implica que a empresa tem muito capital obsoleto em stock que podia ser investido noutros activos. Um stock mínimo de 612.413,17 poderia ser mantido e, sempre que a empresa alcançasse o nível de stock equivalente a 746.062,16 Kz uma nova encomenda deveria ser emitida. A análise ABC vai facilitar a empresa a exercer mais controlo sobre os itens da categoria A bem como fazer estimativas da procura para adequados níveis de investimentos nos distintos itens (Bai e Zhong, 2008).

Considerando a média de stock semestral actual e o nível de stock de segurança máximo, tem-se que a empresa teve em média de stock acima do nível de segurança de 6.801.100,00 Kz. Este dinheiro se investido com o mínimo de risco possíveis a taxa de 4,57% ao ano (Banco Nacional de Angola, 2011), no período de 6 meses em que ficou retido em stock, geraria um juro correspondente a 153.669,00 Kz, sem considerar outros investimentos mais rentáveis que a empresa poderia fazer com este capital,

Actualmente a empresa tem um nível de rotação de stock de 1,3 semestralmente o que implica que anualmente o stock total da empresa pode esgotar 2,6 vezes. Este nível é muito baixo para empresas manufactureras de acordo com Sharma (2009) que é aconselhado ter um nível mínimo de 5 vezes. Por outro lado o stock das matérias-primas demora 139 dias para ser esgotado, o que implica custos elevados de retenção de stock e capital investido obsoleto durante este período.

A empresa pode poupar entre 998.361,97 Kz se implementar um nível de rotação de stock de 1,5 vezes por semestre ou 3 vezes por ano até 4.205.937,58 Kz se implementar um nível de rotação de stock semestral de 3 vezes ou 6 vezes por ano, o que corresponde a um mínimo de 1 vez em cada 2 meses.

Conclusões e Recomendações

Conclusões

A presente investigação, dentro do problema identificado, objectivos gerais e específicos, permite concluir o seguinte:

1. A gestão otimizada do capital circulante, especialmente do stock/existências, é de extrema importância para as PME's e ME's, como uma ferramenta para diminuir as necessidades de capital externo, libertação de capital para outros investimentos produtivos e aumentar a lucratividade da empresa;
2. Existem vários métodos atinentes a gestão óptima do capital circulante, destacando-se o Lote Económico de Encomenda, o Ponto de Re-encomenda, a Análise ABC, a Análise de Rácios e a Análise *Break-Even*.
3. A gestão do stock na empresa é débil considerando a não existência de pessoal especializado na área o a ausência do uso de software apropriado ou adaptado para análises e controlos cruciais.
4. A empresa Alumínios Garfran Lda. tem altos níveis de stock, tornando obsoleto um significativo capital que se investido noutras aplicações com riscos mínimos poderia obter rendimentos bem como, o aumento no rácio de rotação de stock iria diminuir o nível de investimento em stock.

Recomendações

A luz das conclusões apresentadas, propõe-se as seguintes recomendações:

1. A empresa deve aprimorar a função da gestão de stock, contratando ou treinando pessoal especializado na área e adoptar a utilização de software apropriado ou adaptado para garantir a sua optimização;
2. Uma estimacão da procura dos produtos da empresa combinada com o aprimoramento da capacidade de produçao e controlo de stock, vai a ajudar a empresa a estabelecer os níveis de stock mínimos ou de segurança de formas a encomendar lotes económicos no momento certo, evitando obsolência do capital e a perda de clientes;
3. A empresa deve libertar o máximo os fundos investidos em inventário para outras aplicaçoes produtivas e aumentar o numero de rotaçao do stock anual através do calculo de Lotes Económicos de Encomenda.
4. Um estudo sobre a gestão de stock nas PME e MEs, com foco na análise dos níveis de stock e seus rácios pode contribuir para a reavaliaçao das necessidades de financiamento externo das mesmas bem como das possibilidades do aumento dos níveis de eficiência, eficácia e rendibilidade.

Referências Bibliográficas

Accountancy Ireland (2009). Access to Finance for SMEs, Vol.41 No.1

Averkamp, H. (2011). What are accrued expenses and when are they recorded? *Accounting Coach*. [Online]. Disponível em:

<http://blog.accountingcoach.com/acrued-expenses/> (Acedido aos 27 de Dezembro de 2011).

Bai, L. e Zhong, Y. (2008). Improving Inventory Management in Small Business: A Case Study. Master Thesis in International Logistics and Supply Chain Management, Jönköping Internatioal Business School, Jönköping University, Sweden.

Banco Nacional de Angola (2011). Taxas de Juro do Sistema Bancário, Estatística Monetária e Financeira. [Online]. Disponível em:

<http://www.bna.ao/Conteudos/All/lista.aspx?idc=581&idsc=721&idl=1> (Acedido aos 3 de Janeiro de 2012).

Baños-Caballeiro, S., García-Teruel, P. J e Martínez-Solano, P. (2010). Working Capital Management in SMEs. *Accounting & Finance* 50, pp 511-527.

Bianchi, R. e Noci , G. (1998). “Greening” SMEs’ Competitiveness, *Small Business Economics* 11: 269–281, Kluwer Academic Publishers, Printed in the Netherlands.

Boone, C. A., Craighead, C. W., e Hanna, J. B. (2008). Critical challenges of inventory management in service parts supply: A Delphi study. *Business and Economics: Operations Management Research*, Volume 1, Number 1, 31-39.

Buglear, J., Lowry, D., Mutch, A. & Tansley, C. (2007). Researching and Writing a Dissertation: A Guide Book for Business Students, Pearson Education Limited: England. [Online]. Disponível em:

<https://shibboleth.liv.ac.uk:9443/idp/Authn/RemoteUser> (Acedido aos 31 de Dezembro de 2011).

Cetinkaya, B., Cuthbertson, R., Ewer, G., Klaas-Wissing, T., Piotrowicz, W. e Tyssen, C. (2011). Sustainable Supply Chain Management: Practical Ideas for Moving Towards Best Practice, Springer Heidelberg Dordrecht: London New York.

Country Monitor (2000). Financial Gap in SMEs, The Economist Intelligence Unit Limited.

De Assis, V. V. (2010). " Controle de Estoque com a Utilização do Sistema Kanban", Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações. [Online]. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/> (Acedido aos 13 de Dezembro de 2011).

Dumas, C. (2008). Effective Inventory Management in Small to Medium-Sized Enterprises, Mini-Dissertation, North-West University- USA.

Encyclopedia of Business in Today's World (2009). Inventory. [Online]. Disponível em: <http://www.credoreference.com/entry/sagebtoday/inventory> (Acedido aos 28 de Dezembro de 2011).

Fonseca, N. (2010). O Mercado Angolano e as Soluções Logísticas, Rangel, Inovating Express & Logistics. [Online]. Disponível em:

<https://www.apdl.pt/fotos/gca/127687306214.pdf> (Acedido aos 12 de Dezembro de 2011).

- Freitas, F. (2010). Legislação Comercial – Angola, 1ª Ed. Plural Editores: Angola.
- Giraldi, N. L. K. (2008). O Gerenciamento do Capital de Giro em Pequenas e Médias Indústrias, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
- Hall, P. (2002). Measuring SME Performance. *Manufacturing Engineer, IEE*.
- Harris, A. (2005). Working Capital Management: Difficult, But Rewarding. *Journal of Finance Executive*.
- Hofmann, E., Maucher, D., Piesker, S. e Richter, P. (2011). Ways Out of the Working Capital Trap: Empowering Self-Financing Growth Through Modern Supply Management, Springer: London, New York.
- Knight, W. D. (1972). WORKING CAPITAL MANAGEMENT- SATISFICING VERSUS OPTIMIZATION. *Financial Management (1972)*, 1(1), 33-40.
- La Londe, B. J. e Lambert, D. M. (1977) "Inventory Carrying Costs: Significance, Components, Means, Functions", *Managerial Finance*, Vol. 3 Iss: 1, pp.16 – 28.
- Lamberg, J. (2006). Má gestão de stocks é causa de escassez de combustível em Luanda. *Angonotícias*. [Online]. Disponível em:
<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/11187> (Acedido aos 12 de Dezembro de 2011).
- Laureate Online Education (2010) *Managing Resources, 3rd Edition*, London University of Liverpool in Partnership with Laureate Online Education, Pearson Custom Publishing.
- Light., E. (2001). The cost of inventory. *NZ Business*, 15(8), 10. [Online]. Disponível em:
<http://search.ebscohost.com.ezproxy.liv.ac.uk/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=5173330&site=ehost-live&scope=site> (Acedido aos 29 de Dezembro de 2011).
- Marmitt, L. A. (2003). Crédito e risco bancário, Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil.

- Muckstadt, J.A. e Sapra, A. (2010). Principles of Inventory Management: When You Are Down to Four, Order More, Springer Series in Operations Research and Financial Engineering, Springer Science+Business Media, LLC: London.
- OECD (2006). The SME Financing Gap: Volume I – Theory and Evidence. Rosewoods Drive, Denver: USA.
- Payne, S. (2002). Working Capital Optimization Can Yield Real Gains. *Financial Executive*, 18(6), 40-42.
- Plazak, C. (2007). Cash Management. *Community Banker*, 16(5), 22. [Online]. Disponível em:
<http://search.ebscohost.com.ezproxy.liv.ac.uk/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=25003746&site=ehost-live&scope=site> (Acedido aos 26 de Dezembro de 2011).
- Sagner, J. S. (2011). Cut Costs Using Working Capital Management. Wiley Periodicals, Inc, Online, DOI 10.1002/jcat.20669.
- Sharma, D. (2009). Working Capital Management: A Conceptual Approach Mumbai, IND: Global Média. [Online]. Disponível:
<http://site.ebrary.com/Liverpool/Doc?id=10415632&ppg=1> (Acedido aos 20 de Dezembro de 2011).
- Singh, G. e Belwal, R. (2008). Entrepreneurship and SMEs in Ethiopia Evaluating the role, prospects and problems faced by women in this emergent sector., *Gender in Management: An International Journal* Vol. 23 No. 2, pp. 120-136, Emerald Group Publishing Limited 1754-2413.
- Sjogren (1989). World According to GAAP: Tax Accounting for Accrued Expenses, HeinOnline (<http://heinonline.org>) (Acedido aos 27 de Dezembro de 2011).
- Zariyawati, M. A., Anuar, M. N., Taufiq, H. e Sazali, A. (2010). Determinants of Working Capital Management: Evidence From Malaysia, International Conference on Financial Theory and Engineering, União Europeia.



NORMAS DE
PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas notas de pé de páginas incluídas.
2. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
3. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.
4. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço
5. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o Pc.
6. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos
7. A redacção da revista se reserva o direito de publicar ou não.
8. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos
9. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
10. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita.

Livros electrónicos:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

Processo de avaliação e de seleção dos artigos:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do diretor antes do último dia de cada mês.
2. A direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.



Instituto Superior Politécnico Sol Nascente
APRESENTAÇÃO / ACTIVIDADES

APRESENTAÇÃO

O Instituto Superior Sol Nascente de Huambo, surge no quadro da premente necessidade da educação competente e competitiva para a nova Angola. Os seus promotores profundos conhecedores da realidade angolana, vêm na sua criação a maneira mais eficaz para participar ativamente na construção do ideal educativo da nova Angola.

O Instituto quer afirmar-se não somente como espaço da meritocracia, mas também como espaço da necessidade de uma avaliação contínua da “eticidade” da meritocracia, daí o seu lema “honor, labor et meritum”.

Creemos que a crença num mérito equilibrado pode dar lugar a formação do homem que a sociedade precisa. O Instituto defenderá os ideais humanistas sem entrar no humanitarismo. Procurará inculcar aos seus alunos e funcionários o espírito de trabalho árduo e persistente como o caminho seguro do bom aprender. Esta é, pois uma das grandes novidades que queremos oferecer: o bom aprender. Não terá, pois como vocação tapar os buracos deixados ou existentes, mas sim, refletir sobre estas carências oferecendo como contribuição um ensino de qualidade.

Não é da vocação do Instituto formar uma elite endinheirada, mas sim, afirmar-se como uma alternativa ética da educação e na educação, constituindo com isso numa vanguarda da proteção dos espaços da emergência da verdade. O elitismo do Instituto será, portanto associado sempre ao ideal da elevação ética na sua relação com o ensino.

David Boio

Director-Geral do ISPSN

ACTIVIDADES 2014

“EGIPTO E OS PODERES PERIFÉRICOS DE ÁFRICA”

29 Outubro 2014

No seguimento da primeira edição do Simpósio de Estudos Clássicos em Angola a 31 de Outubro de 2013, o ISPSN irá seguir esta tradição e realizar uma nova conferência.

Esta edição irá centrar-se no Egipto, contando para o efeito com convidados de relevo e especialistas na área.

PRÉMIO SOL CULTURA

JULHO 2014

O ISPSN apresenta o Prémio Sol Cultura 2014 numa parceria com a Direcção Provincial da Cultura do Huambo.

Será a primeira edição de uma iniciativa que pretende agraciar novos e ainda desconhecidos artistas angolanos da rovíncia nas suas mais diferentes vertentes, a salientar a literatura, música e artes plásticas.

SOL NASCENTE

Revista do Centro
de Investigação sobre
Ética Aplicada |CISEA|